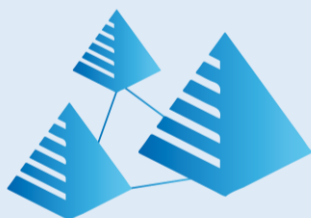




Centro Universitário



CONNECTION REVISTA ELETRÔNICA DO UNIVAG --- LINE

ISSN 1980-7341

Nº 33

2025



Centro Universitário

Av. Dom Orlando Chaves, 2655

Bairro Cristo Rei

Várzea Grande – MT

CEP: 78.118-187

www.univag.com.br

Contato

revista@univag.edu.br

(65) 3688.6122

Equipe Editorial

Editores

Dr^a Lúcia Helena Gaeta Aleixo, (Univag - Ciências Humanas)

M.Sc. Douglas de Faria Rios, (Univag - Biblioteconomia)

Conselho Editorial

Dr^a Anna Maria Ribeiro F.M. Costa, (Centro Ikuiapá- Cuiabá/Museu do Índio-RJ - Ciências Humanas)

Dr^a Daniella Moreira Pinto, (Univag - Engenharia de Alimentos)

Dr^a. Danniela Fernanda Lima de Carvalho Cavenaghi, (IFMT - Farmácia)

Dr^a Ermelinda Maria De Lamônica Freire, (Univag - Biologia)

Dr^a Gabriela Coelho Pereira De Luccia, (Univag - Fonoaudiologia)

Dr^a Gisele Pedroso Moi, (Universidade Federal de Sergipe)

Dr^a Lúcia Helena Gaeta Aleixo, (Univag - Ciências Humanas)

Dr^a Raquel da Silva Pereira, (UFABC - Administração)

Dr^a Walkiria Shimoya Bittencourt, (Univag - Fisioterapia)

Dr. Adriano Breunig, (IFMT - Ciência da Computação)

Dr. Anderson Luiz Cavenaghi, (Univag - Agronomia)

Dr. Ângelo Palmisano (Univag - Administração)

Dr. Flávio Henrique dos Santos Foguel, (Univag - Administração)

Dr. Sérgio Ricardo Lourenço, (UFABC - Engenharia)

Dr. Silas Borges Monteiro, (UFMT - Educação)

FICHA CATALOGRÁFICA

C752

Connectionline – Revista Eletrônica do Univag/Univag Centro Universitário.
n.33. - - Várzea Grande-MT: Univag, 2025.

ISSN: 1980-7341

1. Egressos – Medicina. 2. Cultura Otaku. 3. Direitos animais.
4. Brasil pós-abolição. 5. Dietas da moda. 6. PNAD contínua.
7. Odontologia hospitalar. 8. Modelos agrometeorológicos. 9. Autismo.
10. Desenvolvimento humano.

CDU 001

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Douglas Rios (CRB1/1610)

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos aos leitores e colaboradores a **33ª edição da Revista Connectionline**, mais um passo na trajetória deste periódico que se propõe a ser espaço plural de reflexão, diálogo e disseminação do conhecimento.

Ao longo dos anos, a Connectionline tem se firmado como um veículo interdisciplinar, aberto às múltiplas abordagens e metodologias que caracterizam a produção acadêmica contemporânea. Esta edição reafirma esse compromisso, reunindo trabalhos que expressam a diversidade de olhares e perspectivas que enriquecem o debate científico, artístico e social.

Neste número, o leitor encontrará artigos, ensaios, resenhas e relatos de experiência que transitam por diferentes campos do saber, promovendo conexões entre áreas tradicionais e emergentes. A diversidade temática e metodológica aqui apresentada é um reflexo do espírito que anima a Connectionline: a crença na potência das redes, nos diálogos interdisciplinares e na construção colaborativa de saberes.

Os trabalhos aqui publicados abordam questões de grande relevância social, científica e educacional, promovendo reflexões profundas e ampliando as fronteiras do conhecimento.

Este número inicia com o artigo: **O perfil do egresso de Medicina de uma Universidade Federal situada no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais**, oferece uma análise relevante sobre as trajetórias profissionais dos médicos formados em uma região marcada por vulnerabilidades sociais. O estudo evidencia a importância da interiorização do ensino médico e sua contribuição para a fixação de profissionais em áreas de difícil acesso, fortalecendo o SUS e reduzindo desigualdades em saúde.

Em seguida, temos o artigo **“Identificação de jovens adultos com a cultura otaku”**, de Ingrid Michelle Rodrigues Ortiz Redes e Damares Borges dos Santos, que explora um fenômeno cultural cada vez mais presente entre os jovens, analisando suas identidades e práticas.

No campo das relações interpessoais, destacamos **“Laços partidos e destinos entrelaçados: animais de estimação e o fim do vínculo conjugal”**, de Danusa Balthazar de Andrade e Maristela Carneiro, que traz uma abordagem sensível sobre o papel dos animais de estimação em contextos de ruptura afetiva.

O artigo **Libertos, mas não livres: a exclusão social dos ex-escravizados no Brasil pós-abolição** de autoria de Lúcia Helena Gaeta Aleixo, examina o processo complexo e negligenciado de inserção social dos ex-escravizados no Brasil pós-abolição, destacando a ausência de políticas públicas efetivas para garantir sua inclusão. Aponta a exclusão

educacional, a marginalização racializada, a resistência cultural afro-brasileira, demonstrando a eficácia do surgimento dos movimentos negros e o desenvolvimento gradual de políticas reparatórias nos séculos XX e XXI.

A questão da saúde e da alimentação feminina é contemplada no artigo **“A experiência das dietas em mulheres frequentadoras de uma clínica escola”**, de Jackeline Corrêa França de Arruda Bodnar Massad, Aline Soares da Silva, Jayne Araújo Menezes Ferreira, Mayara Alves dos Santos e Valdeci Sanguinete dos Santos, que apresenta resultados significativos sobre práticas alimentares e suas implicações.

No campo das ciências sociais aplicadas, contamos com o artigo **“Comparando os microdados da PNAD Contínua 2018 e da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2018”**, de Pedro Nessi Snizek Júnior, Carlos Magno da Silva, Herbert Tadashi Itsuyuki, Alessandra Pereira Paz de Santana e Eduardo Nicolini Dorneles, que apresenta uma análise comparativa relevante sobre bases de dados socioeconômicas brasileiras.

No campo da saúde, temos o artigo **“Cuidados odontológicos em pacientes paliativos”**, de Yasmin Mendes Rodrigues, Diogo Felix dos Santos, Gustavo Paião Dale Luche e Fabiana Vitória Ananias Gonçalves Chiossi, que trata de um tema fundamental para a humanização do atendimento em saúde.

Destacamos ainda a importante contribuição do artigo **“A influência da variabilidade climática na produtividade de soja do Mato Grosso”**, de Helizani Couto Bazame, Gabriel de Ávila Marcolino da Silva, Juliana Maria Amabile e Débora Curado Jardim. **Este estudo analisa como as mudanças e oscilações** climáticas impactam diretamente a produtividade da soja em um dos principais polos agrícolas do país. A pesquisa evidencia a necessidade de estratégias de adaptação e manejo agrícola frente às incertezas climáticas, trazendo dados relevantes para a formulação de políticas públicas e práticas sustentáveis no setor agropecuário.

Em **“Análise das habilidades de equilíbrio em crianças com Transtorno do Espectro Autista: aplicação do protocolo Fundamental Motor Skills”**, o autor Cristian Leandro Lopes Rosa traz uma contribuição relevante para a área da psicomotricidade e da educação inclusiva.

O artigo **Demarcações operacionais da funcionalidade: concepções de atividades avançadas da vida diária** finaliza a edição de número 33 de nossa Revista. O tema aborda a compreensão e a delimitação das capacidades funcionais dos indivíduos no contexto do envelhecimento, da reabilitação e de suas condições crônicas. As Atividades Avançadas da Vida Diária (AAVDs), diferentemente das atividades básicas como alimentação e higiene pessoal, requerem níveis mais elevados de autonomia, cognição e interação com o ambiente. Essas atividades envolvem tarefas mais complexas e socialmente integradas, como administrar finanças, utilizar meios de transporte, manter ocupações profissionais, participar de atividades culturais ou comunitárias, entre outras. O estudo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a evolução da funcionalidade a partir da capacidade dos indivíduos em realizar essas tarefas cotidianas e sua relação com a qualidade de vida. Os dados obtidos oferecem subsídios

importantes para que profissionais da saúde possam desenvolver planos de cuidado e estratégias de intervenção personalizadas, voltadas à promoção da autonomia e do bem-estar do ser humano.

Cada um desses trabalhos representa um esforço intelectual significativo e, juntos, constroem um mosaico de saberes que enriquece não apenas esta edição, mas também a trajetória da **Revista Connectionline**.

A cada nova edição, renovamos o nosso compromisso com a qualidade editorial, a ética na pesquisa e a democratização do acesso ao conhecimento. Acreditamos que o livre compartilhamento de ideias é fundamental para o fortalecimento da ciência e da cultura, especialmente em tempos nos quais a circulação de informações adquire novas configurações e desafios.

Gostaríamos de expressar nosso agradecimento a todos que tornam possível esta publicação: autores e autoras que confiaram seus trabalhos à nossa equipe, pareceristas que, de forma criteriosa e anônima, contribuíram para o aprimoramento dos textos, bem como aos membros do Conselho Editorial, que atuam com dedicação e profissionalismo.

Agradecemos, de forma especial, ao colaborador Ian Cesar Bertochi pelo apoio dedicado e competente na formatação dos textos para a edição nº 33 da Revista *Connectionline*. Sua colaboração foi essencial para garantir a qualidade e a padronização dos conteúdos, contribuindo diretamente para a organização e apresentação final da publicação. Reconhecemos e valorizamos o cuidado, o profissionalismo e a presteza com que desempenhou essa tarefa, o que demonstra seu comprometimento com o trabalho coletivo e com a excelência da revista. Nosso sincero muito obrigado!

Por fim, registramos um agradecimento especial ao nosso editor Douglas Faria Rios, cuja dedicação, profissionalismo e sensibilidade editorial foram fundamentais para a concretização desta edição. Sua contribuição enriquece e fortalece, a cada número de nosso periódico.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e inspiradora, certos de que os textos aqui reunidos contribuirão para o avanço das discussões em suas respectivas áreas e para o fortalecimento das conexões que dão nome e sentido à nossa revista.

Boa leitura!

Dra. Lúcia Helena Gaeta Aleixo

Editora

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| <u>O perfil dos egressos do curso de medicina de uma Universidade Federal situada no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil.</u> | |
| <i>Leila Cristina Madureira, Sarah Beatriz Soares de Oliveira, Angélica Dumont Cunha, Izabela Cajueiro Machado, Fernanda Fraga Campos, Magnania Cristiane Pereira da Costa, Maria Letícia Costa Reis</i> | 6 |
| <u>Identificação de jovens adultos com a cultura Otaku.</u> | |
| <i>Ingrid Michelle Rodrigues Ortiz Redes, Damares Borges dos Santos</i> | 19 |
| <u>Laços partidos e destinos entrelaçados: animais de estimação e o fim do vínculo conjugal.</u> | |
| <i>Danusa Balthazar de Andrade, Maristela Carneiro</i> | 48 |
| <u>Libertos, mas não livres: a exclusão social dos ex-escravizados no Brasil pós-abolição.</u> | |
| <i>Lúcia Helena Gaeta Aleixo</i> | 66 |
| <u>A experiência das dietas em mulheres frequentadoras de uma clínica escola.</u> | |
| <i>Aline Soares da Silva, Jayne Araújo Menezes Ferreira, Mayara Alves dos Santos, Valdeci Sanguinete dos Santos, Jackeline Corrêa França de Arruda Bodnar Massad</i> | 85 |
| <u>Comparando os microdados da PNAD contínua 2018 e da pesquisa de orçamentos familiares de 2018.</u> | |
| <i>Pedro Nessi Snizek Júnior, Carlos Magno da Silva, Herbert Tadashi Mitsuyuki, Alessandra Pereira Paz de Santana, Eduardo Nicolini Dorneles</i> | 96 |
| <u>Cuidados odontológicos em pacientes paliativos.</u> | |
| <i>Yasmin Mendes Rodrigues, Diogo Felix Dos Santos, Gustavo Paião Dale Luche, Fabiana Vitória Ananias Gonçalves Chiossi</i> | 114 |
| <u>A influência da variabilidade climática na produtividade de soja do Mato Grosso.</u> | |
| <i>Helizani Couto Bazame, Gabriel de Ávila Marcolino da Silva, Juliana Maria Amabile, Débora Curado Jardim</i> | 126 |

Análise das habilidades de equilíbrio em crianças com transtorno do espectro autista: aplicação do protocolo fundamental motor skills. 137

Cristian Leandro Lopes da Rosa

Demarcações operacionais da funcionalidade: concepções de atividades avançadas da vida diária. 158

Dante Ogassavara, Jeniffer Ferreira-Costa, Thais da Silva-Ferreira, Daniel Bartholomeu, Ivan Wallan Tertuliano, José Maria Montiel

**O PERFIL DOS EGRESSOS DO CURSO DE MEDICINA DE UMA
UNIVERSIDADE FEDERAL SITUADA NO VALE DO JEQUITINHONHA,
MINAS GERAIS, BRASIL**

THE PROFILE OF MEDICAL GRADUATES FROM A FEDERAL UNIVERSITY LOCATED
IN VALE DO JEQUITINHONHA, MINAS GERAIS, BRAZIL.

Leila Cristina Madureira¹
Sarah Beatriz Soares de Oliveira¹
Angélica Dumont Cunha¹
Izabela Cajueiro Machado¹
Fernanda Fraga Campos¹
Magnania Cristiane Pereira da Costa¹
Maria Letícia Costa Reis¹

¹ Faculdade de Medicina de Diamantina, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM - Minas Gerais, Brasil.

Autor correspondente:

Maria Letícia Costa Reis

marialeticia.reis@ufvjm.edu.br

Orcid 0000-0002-5730-2195

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Resumo

O objetivo do presente estudo foi analisar o perfil dos egressos do curso de medicina de uma universidade federal situada no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. O método utilizado foi o estudo transversal descritivo, quantitativo, com coleta de dados realizada por meio de questionário enviado aos egressos, formados entre 2020 e 2022. Os resultados obtidos demonstraram um perfil de médicos solteiros, sem filhos, com média salarial de R\$13.656,19. Em relação à procedência geográfica, a maioria dos participantes (47) eram provenientes de Minas Gerais, sendo apenas 7 oriundos de Diamantina (MG), sede do curso e da Macrorregião de Saúde do Vale do Jequitinhonha. Um ano após a formatura foi possível constatar que houve uma significativa inserção de 44 novos médicos em cidades mineiras, dos quais 24 foram absorvidos por cidades da Macrorregião de Saúde, sendo 15 em Diamantina. A inserção dos egressos no mercado de trabalho ocorreu de forma imediata para a maioria (94%). Conclui-se que houve relevante papel desempenhado pelo curso de Medicina na inserção de profissionais em regiões de baixa densidade médica, como o Vale do Jequitinhonha, especialmente em Diamantina, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento dos serviços de saúde da região e do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Faculdade de Medicina; Egressos; Médicos.

Abstract

The objective of the present study was to analyze the profile of medical graduates from a federal university located in Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brazil. The method used was a descriptive, quantitative cross-sectional study, with data collection carried out through a questionnaire sent to graduates, graduated between 2020 and 2022. The results obtained demonstrated a profile of single doctors, without children, with an average salary of R\$13,656.19. Regarding geographic origin, the majority of participants (47) came from Minas Gerais, with only 7 from Diamantina (MG), the course's headquarters and the Vale do Jequitinhonha Health Macroregion. One year after graduation, it was possible to verify that there was a significant insertion of 44 new doctors in cities in Minas Gerais, of which 24 were absorbed by cities in the Health Macroregion, 15 of which in Diamantina. The insertion of graduates into the job market occurred immediately for the majority (94%). It is concluded that there was a relevant role played by the Medicine course in the insertion of professionals in regions of low medical density, such as the Jequitinhonha Valley, especially in Diamantina, contributing to the strengthening and development of health services in the region and the Unified Health System.

Keywords: Faculty of Medicine; Graduates; Doctors.

Introdução

Em todo o mundo a dificuldade de acesso aos cuidados em saúde tem tomado contornos de uma crise global, desenhada pelas deficiências da qualidade de formação, pela deficitária quantidade de profissionais e pela desigual distribuição geográfica destes em determinadas regiões (Rocha et al., 2020). Tal situação não se faz diferente no Brasil, que é um país de vasta extensão territorial, o maior da América Latina, com uma população estimada em 203.062.512 habitantes (IBGE, 2022), sendo, inclusive, considerado um dos países mais desiguais do mundo, com a menor relação médico por habitante em regiões mais pobres (Figueiredo et al., 2022).

As primeiras escolas de Medicina do Brasil datam de 1808 e foram abertas nas cidades de Salvador - BA e Rio de Janeiro - RJ (Nassar, Passador e Pereira Júnior, 2022). Nesse ínterim, o que se assistiu foi uma contínua abertura de cursos na área médica, privados e públicos, inserindo o Brasil entre os países com maior número de escolas médicas do mundo, atrás da Índia e à frente dos Estados Unidos (Maués, 2018). Porém, apesar da grande expansão das escolas médicas no país, pode-se observar maior concentração destas em determinadas regiões. Em um mesmo estado também se observa uma distribuição heterogênea, como ocorre em Minas Gerais, onde o sul do estado apresenta grande número de escolas médicas e o norte número pequeno, semelhante ao interior do estado da Bahia (Pereira et al., 2021). Apesar da quantidade de novos profissionais inseridos no mercado anualmente, a relação médico x paciente brasileira não atingiu os melhores patamares, que indiquem um efetivo acesso à assistência.

Diversas políticas públicas têm sido implantadas ao longo dos governos, buscando melhorias no acesso à saúde e a redução das disparidades deste, principalmente considerando aspectos geográficos. Dentre estas, as mais voltadas ao objetivo de interiorizar os atendimentos em áreas de assistência deficitária, como o Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB) em 2011, o Plano Nacional de Educação Médica (PNEM) de 2012 e, por fim Programa Mais Médicos (PMM) de 2013 (Pinto e Côrtes, 2023). Além disso, conforme Figueiredo et al. (2022) a maior parte das vagas de graduação em Medicina encontram-se em municípios com mais de 50 mil habitantes, porém são nas cidades com menos de 50.000 habitantes (4.890 municípios), onde vivem 31% da população brasileira, que estão 8% do total de médicos do país. Neste cenário, em consonância com as diretrizes do PMM, é que se destaca a criação de um curso de Medicina, em 2014, exatamente no município de Diamantina/MG, que possui uma população de 47.702 habitantes (IBGE, 2022), sede da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, que engloba 33 municípios e possui os mais baixos indicadores sociais do estado de Minas Gerais.

Trata-se de um curso que integra a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criado pelo Ministério da Educação com a finalidade de melhorar a distribuição de oferta dos profissionais médicos no país, principalmente em regiões que apresentam um considerável déficit destes. Com um projeto pedagógico inovador à época, baseado em metodologias ativas, o curso apresenta extensa carga horária de 7.814 horas (UFVJM, 2017) e objetiva a formação de médicos generalistas, que agreguem substancial valor ao processo de construção de uma rede de atenção à saúde de melhor qualidade, que conte com o acesso de indivíduos da própria comunidade e seja capaz de atrair pessoas de outras regiões.

As primeiras turmas da Faculdade de Medicina (Famed) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) já concluíram o curso, porém, ainda não há um diagnóstico sobre o perfil desses egressos, bem como dados acerca do processo formativo efetivado pelo curso e seu impacto na rede de saúde da macrorregião do Jequitinhonha em que está inserida a universidade em questão. Considerando que a avaliação do perfil dos egressos de uma instituição de ensino médico fornece *insights* valiosos sobre a eficácia da formação e a adequação desses profissionais ao sistema de saúde, aspectos como estratégias utilizadas para ingressar no mercado, perfil dos egressos, avaliação da formação, intenção da continuidade dos estudos, municípios de atuação, remuneração, entre outros, têm sido continuamente o tema de interesse de pesquisadores (Almeida e Socci, 2017). Portanto, entendidas as pesquisas como ferramentas essenciais para melhorar o funcionamento do ensino superior (Paul, 2015), conhecer o perfil dos egressos de Medicina da UFVJM com o propósito de atender as expectativas políticas e econômicas da atualidade, permitirá avaliar o alcance dos objetivos da criação do curso e auxiliar em seu progresso baseado nos resultados obtidos durante e após a formação destes profissionais.

Portanto, o objetivo do presente estudo foi analisar o perfil dos egressos do curso de Medicina de uma universidade federal situada no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil.

Métodos

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa. O estudo transversal é o estudo epidemiológico onde a causa e o efeito são observados em um mesmo momento, permitem a aquisição de dados legítimos que possibilitam a elaboração de

conclusões confiáveis e robustas, que além de gerar novas hipóteses, poderão ser investigadas com novas pesquisas (Zangirolami-Raimundo, Echeimberg e Leone, 2018). Uma das possibilidades de ratificar as conclusões ou hipóteses obtidas no estudo transversal é a aplicação da técnica do estudo de coorte nesta mesma população.

O estudo teve como público-alvo os egressos do curso de Medicina da Famed da UFVJM, com sede em Diamantina (MG), formados entre janeiro de 2020 e agosto de 2022, o que corresponde a 126 profissionais provenientes das primeiras cinco turmas formadas. Os critérios de inclusão para participação do estudo foram: ser egresso do curso de Medicina da UFVJM, com sede em Diamantina (MG); de ambos os sexos; aceitar o convite para participação voluntária. Os critérios de exclusão foram: egressos de outros cursos; egressos do curso de Medicina da UFVJM com sede em Teófilo Otoni (MG); não aceitar participar da pesquisa. A amostra, do tipo não probabilístico, foi obtida por conveniência, a partir da resposta voluntária dos participantes.

Os dados foram coletados um ano após a formatura de cada turma, compreendendo o período de janeiro de 2021 a agosto de 2023, de forma *on-line*, através da aplicação de um questionário, cujo *link* foi enviado por e-mail aos egressos do curso de Medicina da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/ Campus JK, um ano após a formatura de cada turma. Os pesquisadores efetuaram a busca ativa dos egressos que não realizaram a devolução do questionário, por meio de *e-mails* e redes sociais.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário de autopreenchimento, adaptado do Questionário de Avaliação de Egressos da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, s.d.), construído no aplicativo *Google Forms*®, composto por variáveis abertas e fechadas, tais como: estado e país de nascimento; cidade e estado que reside atualmente; estado civil; número de dependentes; ano de conclusão do curso; se cursa ou cursou residência, Especialização ou Pós-Graduação *stricto sensu*; informações sobre o curso (distribuição dos módulos, carga horária, adequação dos conteúdos para a formação, qualidade dos estágios e da formação, grau de satisfação); corpo docente (nível de conhecimento e didática); informações sobre atividades profissionais (tempo entre a formatura e a colocação no mercado de trabalho, forma de ingresso, vínculo de trabalho atual, renda e atividades de formação continuada/treinamento).

Os dados coletados foram tabulados em planilha eletrônica gerada pelo programa utilizado e, posteriormente, importados para o software Excel® e EPI INFO versão 7.2.4.0, para análises estatísticas como frequências absolutas e relativas das variáveis para a construção dos gráficos e tabelas.

Aspectos éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFVJM, sob o nº CAAE: 25104319.0.0000.5108 e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados e discussão

O questionário foi enviado aos 126 egressos, sendo obtidas 50 respostas (39,7%), assim distribuídas conforme o ano de conclusão do curso: ano 2020 - 23 respostas (57,5% de 40); ano 2021 – 12 respostas (33% de 36); ano 2022 – 15 respostas (30% de 50). A taxa de resposta pode ser considerada satisfatória, uma vez que houve representação de todas as turmas na amostra e que a participação foi superior às de estudos similares conduzidos nas Faculdades de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp (Souza, Cruz e Cordeiro, 2002), da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra (Caovilla et al., 2008), da Faculdade de

Medicina do ABC - FMABC (Castellanos et al., 2009), da Universidade Presidente Antônio Carlos, de Juiz de Fora/MG (Magalhães et al., 2012) e da Universidade Federal do Pará - UFPA (Ferreira, Assunção e Caldas, 2020), que variou de 22,8% a 36,8%.

Em relação ao perfil do grupo participante, todos eram brasileiros, sendo 44 (88%) solteiros e 6 (12%) casados/outros; 37 (74%) sem filhos e 13 (26%) com pelo menos 1 filho e faixas de renda conforme descrito na Tabela 1. Ainda, neste grupo, foi possível verificar uma média salarial de R\$13.656,19.

Tabela 1 - Distribuição dos egressos de Medicina da Famed/UFVJM por estado civil, número de dependentes e faixa salarial, Diamantina/MG, Brasil, 2023

| Variável | Frequência | Porcentagem |
|------------------------------|------------|-------------|
| Estado civil | | |
| Solteiros(as) | 44 | 88 |
| Casados(as)/outros | 6 | 12 |
| <i>Total</i> | <i>50</i> | <i>100</i> |
| Número de dependentes | | |
| Sem filhos | 37 | 74 |
| Com filhos | 13 | 26 |
| <i>Total</i> | <i>50</i> | <i>100</i> |
| Faixa de renda mensal | | |
| < 5 mil | 8 | 20 |
| de 5.001 a 10 mil | 7 | 17,5 |
| de 10.001 a 15 mil | 9 | 22,5 |
| de 15.001 a 20 mil | 10 | 25 |
| > 20 mil | 6 | 15 |
| <i>Total</i> | <i>40*</i> | <i>100</i> |

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaboração própria.

*Nota: Apenas 40 egressos responderam a essa pergunta.

Esse perfil assemelha-se ao encontrado na Universidade do Pará (Maués, 2018), na Universidade Luterana do Brasil - Ulbra (Caovilla et al., 2008), da Faculdade de Medicina do ABC - FMABC (Castellanos et al., 2009), da Universidade Presidente Antônio Carlos, de Juiz de Fora/MG (Magalhães et al., 2012) e de uma Instituição Privada do sul do Brasil (Purim, Borges e Possebom, 2016) em que a maioria dos egressos são solteiros. Perspectiva distinta pode ser observada na Famerp, em São José do Rio Preto (Souza, Cruz e Cordeiro, 2002), Faculdade de Medicina do ABC (Castellanos et al., 2009), na Universidade Estadual Paulista, em Botucatu (Torres et al., 2012), em que a maioria dos egressos é casada.

No que diz respeito ao número de dependentes, este estudo se assemelha aos achados de Magalhães et al. (2012) em que a maioria não possuía filhos e difere de Torres et al. (2012) em que a maioria tinha pelo menos um filho.

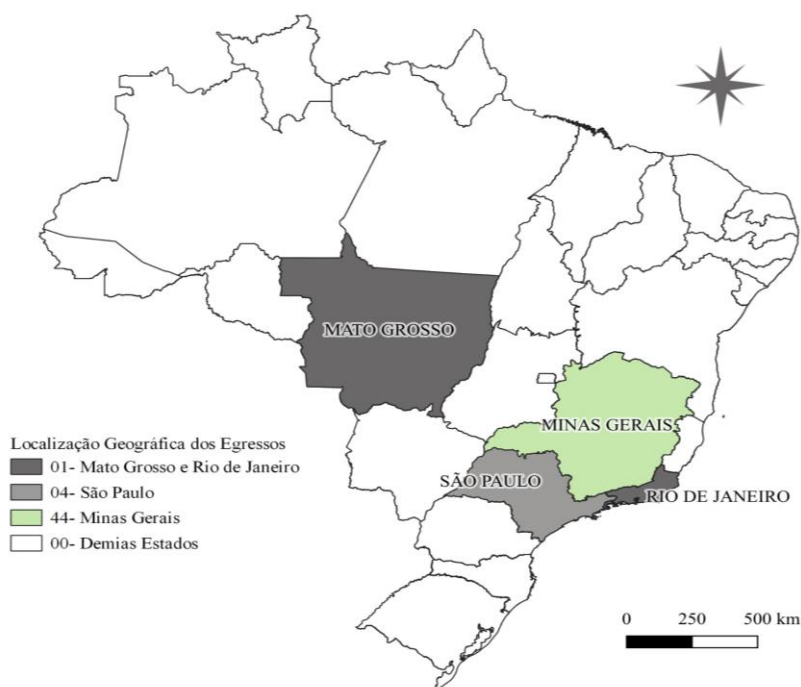
Já em relação à faixa de renda, a maioria dos egressos (80%) responderam que recebem acima de 5 mil, sendo 48% concentrados entre 10 e 20 mil, o que se assemelha aos estudos de Duarte (2019) e Ferreira, Assunção e Caldas (2020). De acordo com Scheffer et al. (2023) a renda média mensal declarada pelos médicos, de modo geral, à Receita Federal, em 2020, foi de R\$ 30,1 mil, o que varia entre as unidades da Federação,

bem como entre capitais (R\$ 32 mil) e interiores dos estados (R\$ 28,3 mil). Em Minas Gerais esse valor foi de R\$ 27.085.

Em relação à procedência geográfica, do total de participantes 47 (92%) procediam de Minas Gerais, 3 (6%) de São Paulo e 1 (2%) do Ceará. Apenas 7 (14%) já residiam em Diamantina (MG), cidade sede do curso, enquanto 43 (86%) vieram de outras cidades brasileiras, predominantemente mineiras. Essa tendência ao predomínio de estudantes provenientes do mesmo estado em que o curso é ofertado é similar a outros estudos com egressos de Medicina (Caovilla et al., 2008; Castellanos et al., 2009; Duarte, 2019; Torres et al., 2012; Purim, Borges e Possebom, 2016; Souza, Cruz e Cordeiro, 2002).

Um ano após a conclusão do curso, 44 (88%) egressos permaneceram no estado de Minas Gerais, 4 (8%) se mudaram para São Paulo e os estados do Rio de Janeiro e do Mato Grosso receberam 1 (2%) cada (Figura 1). Percutando um pouco mais sobre a localização dos egressos, foi possível constatar que do total de participantes (50) houve uma significativa inserção de 44 novos médicos em cidades mineiras, durante o período da pesquisa, dos quais 24 foram absorvidos pelas cidades da Macrorregião de Saúde do Vale do Jequitinhonha, sendo 15 em Diamantina, sede da Macrorregião.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos egressos da Famed/UFVM após um ano da conclusão do curso, Diamantina/MG, Brasil, 2023



Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaboração própria.

Os dados corroboram os resultados com os egressos da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Souza, Cruz e Cordeiro, 2002), da Universidade Estadual Paulista (Torres et al., 2012) e da Unifenas (Maués, 2018), nos quais os médicos recém-formados escolheram trabalhar nas cidades do interior dos estados em que se formaram. Além disso, os dados atuais em relação à demografia médica no Brasil indicam que no ano de 2022 houve um aumento da densidade de médicos por habitantes nos municípios do interior (65%) maior que nas capitais e regiões metropolitanas (51%), representando uma discreta melhora na distribuição dos médicos em direção aos municípios do interior (Scheffer et al., 2023).

Portanto, coerente com o apontado por Torres et al. (2012), o curso da Famed/UFVJM, ofertado em uma cidade relativamente pequena, também recebe muitos estudantes procedentes de outras cidades do interior e que, após a conclusão do curso, aparentemente optam por continuar morando e trabalhando fora dos grandes centros urbanos, pelo menos até um ano de formatura, que foi o período deste estudo. Esses dados permitem concluir que um dos principais objetivos da criação do curso no município de Diamantina/MG, ou seja, a fixação dos profissionais médicos no estado de Minas Gerais e principalmente em regiões de maior necessidade, vem sendo alcançado com êxito.

Quanto a esse aspecto, Rocha et al. (2020) realizaram uma revisão narrativa da literatura internacional visando identificar aspectos educacionais determinantes para fixação de médicos em áreas remotas e desassistidas, a partir da análise dos aspectos educacionais. Dentre os principais preditores encontrados, destacam-se: a realização de processos seletivos que priorizaram o ingresso de estudantes previamente vinculados aos locais de escassez de médicos; estruturas curriculares com metodologias de problematização com foco em questões locais de saúde e com ênfase na atenção primária à saúde e da Medicina de Família e Comunidade; e a qualidade das experiências formativas, que envolve os cenários, a formação e a experiência docente, a infraestrutura e a aproximação com a realidade das comunidades vulneráveis.

Nesse sentido, destaca-se que o acadêmico de Medicina da Famed/UFVJM vivencia o Sistema Único de Saúde em todos os seus níveis de atenção desde o seu ingresso no curso e de forma mais intensa e sistematizada nos módulos de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PIESC), até o oitavo período. Com foco na atenção primária, essa inserção precoce no contexto social local, pode proporcionar ao aluno o confronto com problemas reais e a discussão de assuntos fundamentais a sua formação, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Medicina (DCN, 2014). Tal perspectiva também pode ter influenciado na fixação desses profissionais recém-formados na região de oferta do curso.

Além disso, a Famed/UFVJM oferta vagas em cinco programas de residência médica, nas áreas de Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Neurocirurgia, Pediatria e Ortopedia e possui programas de Pós-graduação (*stricto sensu*) de Mestrado e Doutorado, constituindo-se também como possíveis atrativos para a fixação de profissionais na região.

De acordo com Torres et al. (2012) a avaliação da inserção profissional de ex-alunos é fundamental em todo processo de avaliação institucional sobre a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, a análise da inserção dos egressos de Medicina da UFVJM no mercado de trabalho, considerou as características dessa inserção, a distribuição geográfica destes profissionais, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da rede de saúde do estado e notadamente da região de abrangência do curso, conforme previsto em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Consoante ao exposto, a totalidade dos egressos atua na área médica e a inserção no mercado de trabalho, após a formatura, ocorreu de forma imediata para a maioria (94%) ou dentro do período de até 6 meses para 6% dos recém-formados, o que ratifica o papel social da Instituição de Ensino Superior (IES) no cumprimento de sua missão (Desiderio e Ferreira, 2022). Os dados se aproximam dos achados de Purim, Borges e Possebom (2016) no qual a maioria dos egressos estava empregada em menos de um mês após a conclusão do curso de graduação.

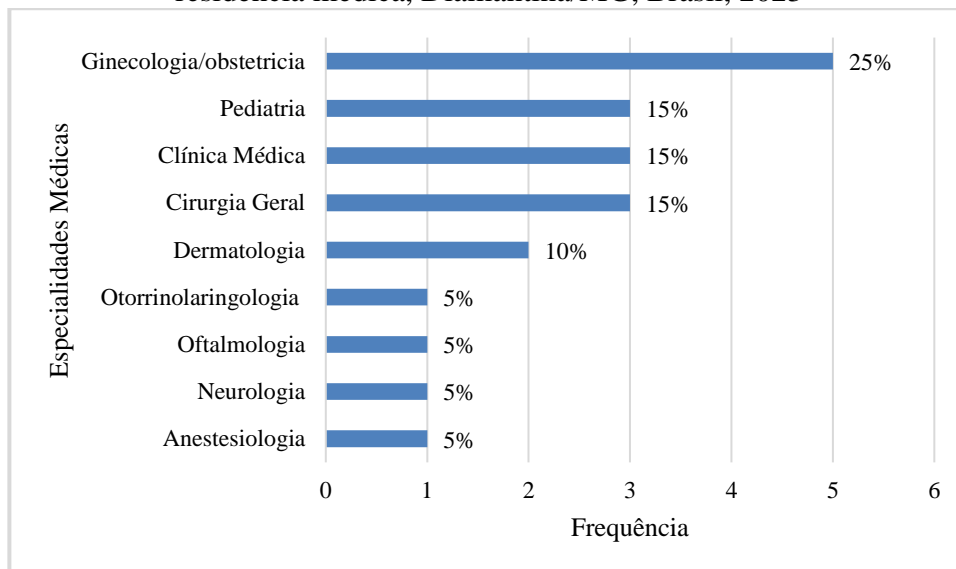
Destaca-se que a inserção no mercado seguiu variados caminhos, principalmente por: indicação (34%), iniciativa pessoal e trabalho autônomo (24%), concurso público (22%) e envio de currículo (20%). Neste mercado, o tipo de vínculo da maioria foi por contrato, em que estes passaram a atuar em funções bem variadas, como médicos

residentes, plantonistas, médicos de pronto atendimento, de Estratégia da Saúde da Família (ESF), com atuação na atenção básica e hospitalar, sendo estas duas últimas as principais.

Outros achados nesta temática, como da Unifenas, se alinham com os resultados da pesquisa demonstrando que a principal porta de entrada dos egressos de Medicina no mercado de trabalho tem “sido a atuação na rede básica de saúde, em particular na Estratégia de Saúde da Família e nas urgências médicas em unidades hospitalares” (Duarte, 2019, p. 66). Porém, em relação à atenção primária, pode não significar a permanência destes profissionais na área, uma vez que outras pesquisas demonstram que ela é “vista como uma forma de trabalho temporário o que pode estar relacionado com a expectativa econômica e de qualidade de vida” (Assunção et al., 2019, p. 79).

Com relação a atividades de formação continuada e treinamento, a maioria dos egressos (82%) informou cursar frequentemente. Além disso, no momento da pesquisa, dos 50 participantes, 20 (40%) cursavam programas de residência médica, em especialidades diversas, sendo as mais procuradas as de Ginecologia/obstetrícia, Pediatria, Clínica Médica e Cirurgia Geral (Gráfico 1). Além disso, 59,18% manifestaram o interesse em ingressar em programas de residência futuramente. Esses dados são animadores, visto que a maioria dos egressos vem dando atenção à sua educação continuada, fundamental na área médica e no contexto de elevada velocidade no surgimento de novos conhecimentos, práticas e tecnologias.

Gráfico 1- Participação dos egressos de Medicina da Famed/UFVJM em programas de residência médica, Diamantina/MG, Brasil, 2023



Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaboração própria.

De acordo com Scheffer et al. (2023) do total de profissionais em atividade no Brasil, em 2022, 62,3% são especialistas, podendo ser considerado um aumento da proporção de especialistas nos últimos anos. Entretanto, com o aumento do número de vagas de graduação da última década, sem proporcional aumento no número de vagas de Residência Médica, a proporção de médicos generalistas, ou seja, sem título em especialidades, poderá se elevar (Scheffer et al., 2023).

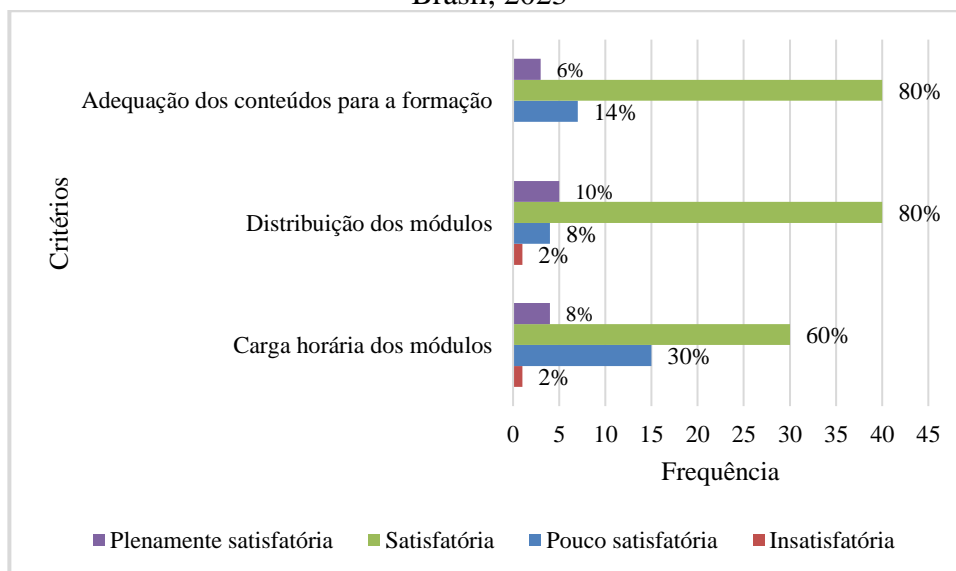
Em relação às especialidades mais procuradas, os dados coincidem com os achados de Cuoghi et al. (2022), Castellanos et al. (2009) e Maués (2018), nos quais as áreas de Clínica Médica, Cirurgia Geral e Pediatria foram as mais procuradas pelos médicos recém-formados. Esse dado também se aproxima do levantamento da Demografia médica no

Brasil, que aponta as quatro áreas mais procuradas como as especialidades com maior número de registros de especialistas: Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia (Scheffer et al., 2023). O que pode ser explicado em parte, pelo fato de que as especialidades de Clínica Médica e Cirurgia Geral são pré-requisito para a titulação em outras especialidades.

Sobre o perfil de formação profissional, 7 (14%) mostraram-se plenamente satisfeitos e 42 (84%) satisfeitos com o curso de Medicina e apenas 1 (2%) do total participante da pesquisa demonstrou insatisfação com o curso. De modo geral, as percepções dos egressos de Medicina sobre seus cursos têm sido altamente positivas, sendo a maioria satisfeita ou totalmente satisfeita (Castellanos et al., 2009; Duarte, 2019; Magalhães et al., 2012; Maués, 2018; Purim, Borges e Possebom, 2016; Senger et al., 2018). Sobre esse aspecto é necessário destacar que “o nível de satisfação do egresso com o seu processo de formação é um importante indicador da instituição de ensino” (Desiderio e Ferreira, 2022, p.6).

Ao se tratar da percepção dos egressos quanto ao seu percurso formativo no curso, foi possível identificar que a maioria 43 (86%) considera a adequação dos conteúdos plenamente satisfatória ou satisfatória para a formação e (14%) pouco satisfatória. Especificamente em relação à carga horária dos módulos, 34 (68%) apontam como plenamente satisfatória ou satisfatória e 16 (32%) como pouco satisfatória ou insatisfatória, o que pressupõe uma necessidade de adequações futuras. No que se refere à distribuição modular do curso e adequação dos conteúdos, 45 (90%) considera plenamente satisfatória ou satisfatória (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Avaliação do curso de Medicina na percepção dos egressos, Diamantina/MG, Brasil, 2023



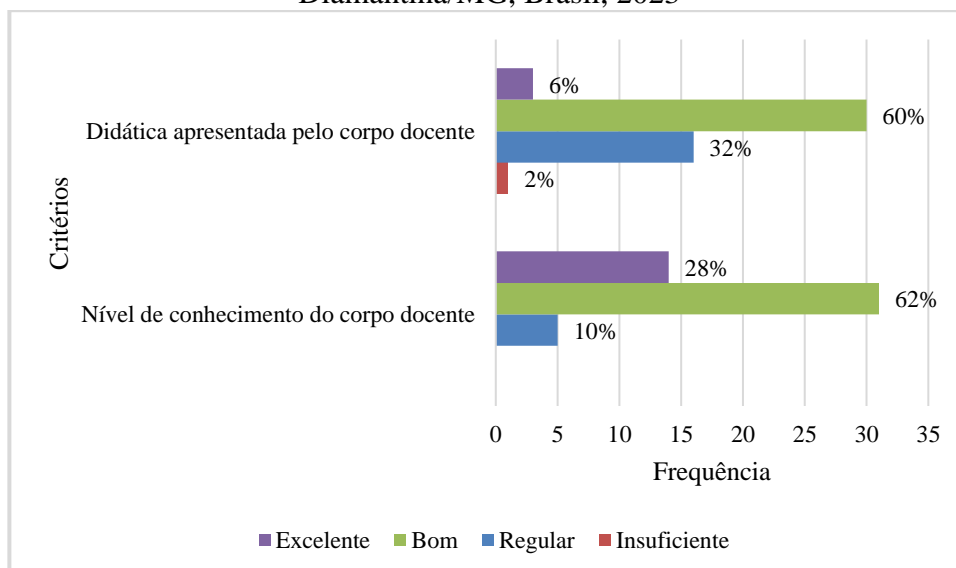
Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaboração própria.

Outro aspecto importante observado refere-se à formação teórica e prática obtida para o exercício da profissão, em que 44 (87,8%) considerou a formação teórica boa ou excelente, ao passo que 6 (12,2%) a considerou regular. Do mesmo modo, em relação a formação prática 40 (80%) a consideraram boa ou excelente e para 10 (20%) essa formação foi considerada regular.

Quanto à análise das atividades formativas de caráter prático destaca-se que Projeto Pedagógico do Curso (PPC) prevê a oferta de estágios curriculares obrigatórios (internatos) nos dois últimos anos, em consonância com as DCN de 2014, que prevê ao menos 30% da carga horária a ser desenvolvida na Atenção Básica e nos serviços de Urgência e Emergência e Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma fase de treinamento em serviço, sob supervisão, voltada para consolidação e aplicação dos conhecimentos, que na percepção dos egressos, teve a qualidade avaliada como boa e excelente para 78% e regular para os demais (22%).

Além disso, a pesquisa mensurou a percepção dos egressos quanto ao trabalho realizado pelo corpo docente do curso, importantes atores de todo esse processo. Na percepção dos egressos, o nível de conhecimento apresentado pelo corpo docente obteve uma significativa avaliação de 90% entre boa e excelente. Já em relação ao aspecto da didática apresentada, 66% dos egressos entenderam que ela oscilou entre boa e excelente, 32% a avaliou como regular e apenas 2% como insuficiente (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Percepção dos egressos sobre o corpo docente do curso de Medicina, Diamantina/MG, Brasil, 2023



Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaboração própria.

Os dados se aproximam dos resultados de Duarte (2019) e, quanto a esse aspecto, um estudo sobre a formação e envolvimento pedagógico entre docentes de cursos médicos demonstrou que muitos deles não realizavam cursos de aprimoramento, pois não consideravam a docência como a principal atividade, resultando em um limitado envolvimento didático-pedagógico (Quintanilha, Farias e Andrade, 2021). Essa perspectiva também afiniza com achados de Matos, Bonetti e Ferla (2023) que apontam déficits na formação pedagógica e educação permanente de docentes da área médica.

Portanto, há um crescente entendimento da necessidade de se investigar o perfil objetivado e o perfil alcançado, pois este último é um espelho da formação e reflete o que o curso verdadeiramente alcançou. Este processo, trazido pelas pesquisas, pode ser utilizado como estratégia de expressivo impacto quando relacionado à avaliação dos estudantes de universidades públicas (Desiderio e Ferreira, 2022).

Considerações finais

Em suma, o perfil do médico egresso da Faculdade de Medicina de Diamantina, UFVJM, é de médicos brasileiros, solteiros, sem filhos, com média salarial de R\$13.656,19, provenientes de cidades do interior de Minas Gerais, estado de oferta do curso, que após a sua conclusão têm optado por atuar no interior do mesmo estado, semelhante ao observado em outras universidades brasileiras.

Dentre os aspectos investigados na presente pesquisa, destaca-se uma visão global positiva por parte dos egressos em relação ao curso realizado, o que somado à carência de profissionais médicos na região, pode ter contribuído para a rápida absorção destes profissionais pelo mercado de trabalho. Cabe destaque ainda, à fixação dos profissionais no estado de Minas Gerais, notadamente em seu interior, o que corrobora com a proposta pedagógica do curso.

Apesar dos aspectos positivos, este estudo apresenta algumas limitações, que devem ser consideradas. A primeira delas diz respeito à taxa de resposta, uma questão central nos estudos transversais e que mesmo com o uso de tecnologias, não conseguiu maior adesão e participação dos egressos. A segunda limitação refere-se ao fato de que não se pode descartar a possibilidade de que os egressos que aceitaram participar do estudo sejam aqueles que tendem a avaliar de maneira mais satisfatória sua formação, enquanto os que não participaram sejam os que fariam uma avaliação menos favorável.

É importante ressaltar que este é o primeiro estudo sobre os egressos do curso de Medicina da Famed/UFVJM e a participação ativa destes pode auxiliar na realização de mudanças curriculares e nos processos de ensino-aprendizagem, de modo a alinhar a estrutura curricular com as necessidades de formação efetiva para o mercado de trabalho.

Os egressos representam o elo entre a formação e a prática médica, sendo seu acompanhamento um importante instrumento de *feedback* à instituição, necessário à avaliação do ensino oferecido. Nesse sentido, os resultados sugerem a necessidade de manter uma melhor vinculação destes profissionais recém-formados com o curso, aprimorando-se a política de acompanhamento de egressos, a fim de gerar dados mais consistentes e contribuir para melhorias no currículo do curso e para a formação acadêmica.

Por fim, destaca-se o relevante papel desempenhado pelo curso de Medicina da UFVJM na inserção de profissionais em regiões de baixa densidade médica, como o Vale do Jequitinhonha, especialmente em Diamantina, sede de Macrorregião de Saúde, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento dos serviços de saúde da região e do Sistema Único de Saúde.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os egressos que se disponibilizaram a participar deste estudo, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Determinantes de Saúde (GEPEDS) e à Faculdade de Medicina e à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Conflitos de interesses:

Os autores declaram que não há conflitos de interesses.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. G.; Socci, V. Inserção profissional e carreira de formandos e egressos brasileiros: revisão da literatura. **Rev. Bras. Orientac. Prof.** V.18, n.1, 2017. p. 81-92.
- ASSUNÇÃO, L. M. *et al.* A Expectativa Profissional do Futuro Médico: Análise do Quadriênio 2014-2017. **Rev. Bras. Educ. Med.** V. 43, n. 3, 2019. p. 73-81.
- CASTELLANOS, M. E. P. *et al.* Perfil dos egressos da Faculdade de Medicina do ABC: o que eles pensam sobre atenção primária em saúde? **Arq. Bras. Ciênc. Saú.** V.34, n.2, 2009. p. 71-79.
- CAOVILLA, F. *et al.* Perfil do médico egresso do Curso de Medicina da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). **Rev. AMRIGS.** V.52, n. 2, 2008. p. 103-109.
- Cuoghi, H. F. *et al.* Currículo médico baseado em competência e especialização voltada à atuação na atenção primária à saúde. **Rev Bra Educ Méd.** V. 46, n. 1, 2022. p. e007.
- DCN **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.** Resolução CNE/CES nº. 3, junho. Brasília. Ministério da Educação, 2014.
- DESIDERIO, T. M. P.; Ferreira, A. S. S. B. S. Avaliação de egresso da área da saúde: uma revisão. **Rev Bra Educ Méd.** V.46, n.1, 2022. p. e039.
- DUARTE, M. Z. **Avaliação do perfil de egressos dos cursos de Medicina da Universidade José do Rosário Vellano - Unifenas - campus Alfenas e Belo Horizonte, 89p.** Dissertação (Mestrado em Ensino em Saúde) - Universidade José do Rosário Vellano, Belo Horizonte, 2019.
- FERREIRA, L. M. M.; Assunção, L. M.; Caldas, A. M. O jovem médico: a trajetória profissional nos quatro primeiros anos de formados de uma instituição no norte do país – coorte prospectiva. **Rev Con Ciên.** V.15, n.2, 2020. p. 21-37.
- FIGUEIREDO, A. M. D. *et al.* Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e mudança no perfil de egressos de Medicina no Brasil: um estudo transversal. **Ciênc & Saúde Col.** V.27, n.9, 2022, p. 3751-3762.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro, 2022.
- MAGALHÃES, A. P.S. *et al.* Perfil dos egressos de Medicina de uma Faculdade de Medicina de Juiz de Fora/MG. **Rev Ciênc Saú.** V.2, n. 2, 2012, p. 1-13.
- MAUÉS, C. R. *et al.* Formação e Atuação Profissional de Médicos Egressos de uma Instituição Privada do Pará: Perfil e Conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais. **Rev Bras Educ Méd.** V.42, n. 3, 2018. p. 129-145.
- MATOS, I. B., Boneti, L. W.; Ferla, A. A. Trabalho docente na medicina em uma universidade federal na região Sul do Brasil. **Saú e Soc.** V.32, n.1, 2023, p. 1-14.
- NASSAR, L. M.; Passador, J. L.; Pereira Júnior, G. A. Programa Mais Médicos: identificação e análise dos cursos de medicina abertos. **Saú e Soc.** V. 31 n. 4, 2022, p. e200878.
- PAUL, J. J. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH.** V.28 n.74, 2015, p. 309-326.
- PEREIRA, D. V. R. *et al.* Mapping of medical schools: the distribution of undergraduate courses and annual vacancies in Brazilian cities in 2020. **Rev Bras Educ Méd.** V. 45 n. 1, 2021, p. e005.
- PINTO, H.; Côrtes, S. A influência dos médicos nas políticas de recursos humanos em saúde: conclusões a partir da experiência brasileira. **Saú em Deb.** V.47, n.137, 2023, p. 170-181.

- PURIM, K. S. M.; Borges, L. D. M. C.; Possebom, A. C. Profile of the newly graduated physicians in southern Brazil and their professional insertion. **Rev do Col Bras de Cir.** V. 43, n. 4, 2016, p. 295–300.
- QUINTANILHA, L. F.; Farias, C. S. S.; Andrade, B. B. Formação e envolvimento pedagógico entre docentes do ensino superior em Saúde: uma análise dos cursos médicos. **Rev Inter de EDUC SUP.** V.7, N.1, 2021, P. E021026.
- ROCHA, E. M. S. *et al.* Educational Predictors for the Retention of Physicians in Remote and Unassisted Areas: a Narrative Review. **Rev Bras de Educ Méd.** V. 44, n. 1, 2020, p. e024. 2020.
- SCHEFFER, M. *et al.* **Demografia Médica no Brasil 2023.** São Paulo, SP: FMUSP, AMB, 2023. p. 344.
- SENGER, M. H. *et al.* Trajetória profissional de egressos do curso de Medicina da Universidade de Campinas (Unicamp), São Paulo, Brasil: o olhar do ex-aluno na avaliação do programa. **Inter - Com, Saú e Educ.** V.22, n. 1, 2018, p. 1443–1455.
- SOUZA, G. M. B. DE; Cruz, E. M. T. N.; Cordeiro, J. A. Perfil do Egresso da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. **Rev Bras de Educ Méd.** V.26, n. 2, 2002, p. 105–114.
- TORRES, A. R. *et al.* Inserção, renda e satisfação profissional de médicos formados pela Unesp. **Rev Bras de Educ Méd.** V. 36, n. 1, 2012, p. 32–40.
- UFVJM. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Campus JK.** 2ª ed., 2017, p. 1-151.
- UNIFESP. (S.D.) Questionário de Avaliação de Egressos. Pró-Reitoria de Graduação da Unifesp. p.1.
- ZANGIROLAMI-Raimundo, J.; Echeimberg, J.O.; Leone, C. Research methodology topics: Cross-sectional studies. **Jour of Hum Gro and Dev.** V.28, n. 3, 2018, p. 356-360.

IDENTIFICAÇÃO DE JOVENS ADULTOS COM A CULTURA OTAKU

IDENTIFICACIÓN DE LOS JÓVENES ADULTOS CON LA CULTURA OTAKU

Ingrid Michelle Rodrigues Ortiz Redes¹

Dameres Borges dos Santos²

ortiz.ingrid509@gmail.com

RESUMO

A globalização tem facilitado o compartilhamento de aspectos culturais, especialmente através da mídia, aumentando o consumo de conteúdos estrangeiros como os *animes* e *mangás*. Esse fenômeno tem impulsionado o crescimento do grupo *otaku*, que adota elementos da cultura japonesa por meio de *animes*, *mangás*, jogos, entre outros. A internet desempenha um papel crucial na mediação entre culturas, distribuindo conteúdo e promovendo a socialização. Dentro do grupo *otaku*, forma-se uma cultura distinta, que influencia novos modos de pensar, agir e se relacionar, impactando significativamente a identidade dos indivíduos. Diante da convergência cultural entre Brasil e Japão, é essencial estudar esse fenômeno, especialmente os processos identitários dos jovens adultos brasileiros que adotam a cultura *otaku*. O presente artigo busca preencher essa lacuna através da pesquisa de opinião, investigando os fatores que levam esses jovens a adotar esse estilo de vida e os impactos dessa identificação na identidade individual e social. A pesquisa foi realizada através da técnica de amostragem *Snowball*, com pessoas entre 18 e 28 anos, e coleta dados através do Google Formulários. A análise foi realizada através da análise de conteúdo de Bardin, proporcionando uma compreensão aprofundada dos fatores e impactos dessa adoção cultural.

Palavras-chave: *Animes*; Cultura *otaku*; Identificação; Pesquisa de Opinião.

¹ Docente do curso de psicologia - Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP

² Docente do curso de Psicologia - Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP

RESUMEN

La globalización ha facilitado el intercambio de aspectos culturales, especialmente a través de los medios de comunicación, aumentando el consumo de contenidos extranjeros como los *animes* y *mangas*. Este fenómeno ha impulsado el crecimiento del grupo *otaku*, que adopta elementos de la cultura japonesa a través de *animes*, *mangas*, juegos, entre otros. Internet desempeña un papel crucial en la mediación entre culturas, distribuyendo contenido y promoviendo la socialización. Dentro del grupo *otaku*, se forma una cultura distinta que influye en nuevas formas de pensar, actuar y relacionarse, impactando significativamente la identidad de los individuos. Ante la convergencia cultural entre Brasil y Japón, es esencial estudiar este fenómeno, especialmente los procesos identitarios de los jóvenes adultos brasileños que adoptan la cultura *otaku*. El presente artículo busca llenar este vacío a través de la investigación de opinión, investigando los factores que llevan a estos jóvenes a adoptar este estilo de vida y los impactos de esta identificación en la identidad individual y social. La investigación se realizó a través de la técnica de muestreo *Snowball*, con personas entre 18 y 28 años, y recopiló datos a través de Google Formularios. El análisis se realizó mediante el análisis de contenido de Bardin, proporcionando una comprensión profunda de los factores e impactos de esta adopción cultural.

Palabras clave: *Animes*; Cultura *otaku*; Identificación; Investigación de Opinión.

INTRODUÇÃO

A cultura *otaku* parece ser algo recente para muitas pessoas, mas a cultura japonesa vem se estabelecendo no Brasil por meio das mídias desde meados da década de 1960 através de live-actions, principalmente os de estilo *Tokusatsu* (filmes e séries que utilizam de forma excessiva os efeitos especiais), sendo pioneiro o seriado *National Kid* (CARLOS, 2010). Nas décadas que se seguiram, diversos títulos conhecidos pelo povo brasileiro foram chegando através da TV aberta, como Jaspion e Jiraya: O incrível ninja (seriado que deu origem a expressão popular “virado no Jiraya”), bem como *animes* conhecidos pelos espectadores da TV Globinho, como *Dragon Ball* e nas últimas duas décadas *Pokémon* e *Naruto*.

Depois da chegada da internet se iniciou outro movimento que auxiliou na expansão do universo dos *animes* e *mangás*, sendo eles as práticas de *fansubbing* que consiste na tradução e legendagem e de *scanlation* que consiste na edição e tradução de *mangás* (CARLOS, 2010). Com cada vez mais pessoas entrando em contato com a cultura japonesa através dos *animes* e *mangás*, surgiram alguns termos, dentre eles o termo *otaku*, utilizado muitas vezes no ocidente para designar uma pessoa que seja fã de *anime* ou apreciador da cultura japonesa.

Esse termo não possui uma tradução precisa e direta para o português, entretanto, Gushiken e Hirata (2014) descrevem que é possível compreendê-lo como uma denominação para fãs ou pessoas obcecadas por algum tema específico. Se digitado no tradutor utilizando o ideograma hiragana お (letra O no alfabeto romano) e o *kanji* 宅 (*taku* de maneira romanizada) se obtém a tradução “sua casa” ou “vossa casa”. De acordo com Gushiken e Hirata (2014) foi na década de 1980 que esse termo passou a ser usado para dar nome ao novo grupo que começou a surgir na sociedade japonesa.

Gushiken e Hirata (2014), apontam que o termo foi usado pela primeira vez para descrever um grupo social por Akio Nakamori em seu artigo *Machi ni otaku ga ippai*, traduzido como A cidade está cheia de *Otakus*. Nakamori descreveu alguns fatores que observou em um evento chamado *Comiket*:

Se deparou com milhares de jovens, a grande maioria adolescentes e estudantes de ensino médio, dotados de características visuais que ele considerou excêntricas para aquela época: garotos franzinos, meninas acima do peso, muitos com corte de cabelo em formato de tigela e vestindo roupas baratas de uma conhecida loja de departamentos chamada Ito Yokado (GUSHIKEN; HIRATA, 2014, p. 137).

Dessa forma é possível perceber que existem algumas características referentes a vestimenta, tipo físico e até mesmo o corte de cabelo que destacam o grupo dos demais. Considerando para além de aspectos estéticos, aqueles que aderem à cultura *otaku* como um estilo de vida possuem relações que vão além do conceito de isolamento, a troca indivíduo e personagens se torna mais social à medida que passam a se compreender como um novo grupo social, de forma presencial através dos eventos e de forma online.

Gandolfi (2016) descreve que a interação dos *otakus* na internet vai além de simplesmente assistir *animes* e ler mangás em diversos sites, eles interagem através de diferentes grupos do *Facebook* e canais do *YouTube*. Além das redes sociais citadas, nos últimos anos o aplicativo *Amino* também vem ganhando destaque dentro da comunidade *otaku*, permitindo de forma ampla uma interação de diversos métodos, como enquetes, chats públicos, quizzes e criação de comunidades.

A socialização dentro das redes sociais vai desde o compartilhamento daquilo que assistem e leem, até aspectos mais pessoais, como os sentimentos despertados através do contato com esse mundo, “preocupações que remetem a outras áreas de sua vida, o dia a dia e as conversas que percebem como uma forma de fugir do tédio, sentir-se acompanhados ou conhecer pessoas que compartilham seus gostos e interesses” (GANDOLFI, 2016).

Através das conversas e trocas de informações, dentro de tais formas podem ser encontrados aqueles que se consideram *otakus* e pessoas que apenas se interessam por *animes/mangás* e pela cultura japonesa, sem necessariamente se reconhecerem como parte do grupo social. Alguns aspectos são mais claros do que outros naqueles que fazem parte da cultura *otaku*, como as pessoas que andam com camisetas de *animes* ou aqueles que fazem *cosplay*, se vestindo como seus personagens favoritos. De acordo com Costa (2011), “o *cosplay* é, provavelmente, a manifestação cultural *otaku* que tem maior visibilidade dentro da ‘sociedade geral’, e que é mais identificada com os *otakus*”.

Entretanto, aqueles que apenas apreciam não se encontram de forma tão assídua e empenhada, no aspecto mais fanático. Gushiken e Hirata (2014), em sua descrição sobre o que Akio Nakamori presenciou na *Comiket*, relatam que “emergiam outros grupos de jovens obcecados, como os fãs que acampam próximos a salas de cinema para serem os primeiros a assistir a filmes de animação no dia da estreia”. Todos esses aspectos descrevem indivíduos e trocas realizadas dentro do grupo, influenciando tanto no âmbito social, quanto pessoal e na percepção e identidade de cada um.

Para compreender de forma mais profunda as influências desse grupo nos indivíduos, é preciso primeiro entender sobre o conceito de identidade. De acordo com Stuart Hall (2006) pode-se distinguir três concepções de identidade, sendo o sujeito do Iluminismo que propõe que o centro do eu seria a identidade, podendo se definir como uma concepção individualista sobre o próprio sujeito e sua identidade; o sujeito sociológico que de maneira simplificada, a identidade surge e se desenvolve partir da interação com o outro; e o sujeito pós-moderno no qual a identidade não é fixa ou permanente, ela está em constante mudança, e assumimos diferentes identidades para diferentes momentos.

Tendo em vista esses conceitos, os dois últimos se enquadram dentro do tema tratado, embora a descrição sobre o sujeito pós-moderno seja uma concepção na qual o mundo atual melhor se enquadre, pensando que para cada ambiente no qual se convive, o modo de agir, pensar e até socializar é diferente. Dessa forma, quanto mais contato se tem com um ambiente, mais familiar ele se torna e a mais influências desse meio são expostas ao sujeito.

À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13)

A partir da definição de Stuart Hall é possível compreender a identidade como algo em constante mudança, que contempla diversas facetas, surgindo em diversos momentos da vida, por exemplo, uma pessoa possui uma identidade no âmbito profissional, outra no acadêmico, outra no meio social *etc.* Dentro desse meio existe um

outro ponto ao se falar de identidade que ainda é um pouco nebuloso, a dificuldade de diferenciar identidade de personalidade.

De acordo com Feist, Feist e Roberts (2015), os teóricos da psicologia não chegaram em um consenso sobre a personalidade e cada abordagem a compreende de formas diferentes, entretanto, pode-se compreendê-la como um conjunto de diferentes aspectos do ser humano.

São dois aspectos que compreendem a personalidade, traços e características. Os traços são o que contribuem para as diferenças individuais no comportamento, sua consistência e estabilidade nas mais diversas situações, e mesmo que alguns desses traços sejam compartilhados entre grupos e povos, nenhum ser humano é exatamente igual ao outro, cada um tem sua personalidade singular. As características por outro lado, compreendem as qualidades, incluindo aspectos como psiquê, temperamento e inteligência (FEIST; FEIST; ROBERTS, 2015).

A partir das definições de Stuart Hall e Feist, Feist e Roberts, é possível compreender que a identidade se trata de um aspecto mais mutável e depende da interação do indivíduo com o meio, sendo também múltipla, adaptando-se a cada situação. A personalidade é mais consistente e estável, compreendendo os traços e características individuais de cada um e formando a partir deles. Embora identidade e personalidade sejam diferentes, ambas estão relacionadas, os traços de identidade que uma pessoa tem contribuem para a formação de sua personalidade, o que ela é em sua essência.

Compreendendo que o meio e o próprio “eu” de cada indivíduo são importantes na formação da personalidade e da identidade, a cultura *otaku* traz aos indivíduos através de seu consumo a construção de subjetividades e de identidades, pois ao se adotar determinados estilos, o indivíduo pode estar consumindo experiência, construindo identidade ou até mesmo se autodescobrindo (BARBOSA; CAMPBELL, 2007; CARLOS, 2010)

Dessa forma, é possível perceber que vários fatores influenciam na formação de nossa identidade, existem aspectos que vem de dentro de cada pessoa e aspectos que vem do mundo externo, formando uma identificação a partir das pessoas com quem entramos em contato e o meio no qual vivemos. No caso do consumo de *animes*, Carlos (2010),

traz um ponto sobre as diferenças culturais ocidental e oriental, enunciando aspectos sobre o contato que os fãs da cultura *pop nipônica* têm com a cultura japonesa que é evidentemente diferente da cultura brasileira.

No entanto, é possível ver que cada vez mais as pessoas se inserem nesse mundo e com o acesso à internet ficou muito mais fácil encontrar esses tipos de conteúdo. A cultura *pop nipônica* vem tomando espaço desde o século vinte e alcançando as novas gerações, influenciando de forma significativa no modo se vestir, se comportar e falar. Ela faz parte das influências na criação da identidade, se torna uma parte do indivíduo. Assim, procurar estudar e compreender como ocorre esse processo de identificação e quais os impactos individuais e sociais dentro do contexto da comunidade *otaku*, é uma forma de validar a existência desse grupo e dos processos e aspectos psicológicos que os acompanham, principalmente tendo em vista a escassez de referencial teórico e prático desta temática, tão popular entre os jovens, dentro da área da psicologia.

Sob esse olhar, o presente artigo busca preencher esta lacuna investigando os fatores que levam esses jovens a adotar esse estilo de vida e os impactos dessa identificação na identidade individual e social.

METODOLOGIA

A pesquisa se qualifica como sendo de natureza básica, possui como procedimento pesquisa de opinião, e segue a abordagem qualitativa. Para realização da coleta de dados foi utilizada a técnica de Amostragem *Snowball*, mais conhecida como Bola de Neve, que permite que os pesquisadores encontrem novos participantes através das redes de contato dos participantes iniciais, criando uma reação em cadeia que facilita a captação de participantes (VINUTO, 2014). E através de um questionário semiestruturado com o uso da ferramenta *Google* Formulários. Dividido em cinco sessões, sendo elas:

Dados sociodemográficos: possuem o intuito de obter dados como: idade, gênero, região, etnia, escolaridade, renda e descendência familiar.

Contato com a cultura japonesa: com perguntas referentes aos primeiros contatos com a cultura japonesa e alguns componentes da cultura *otaku*.

Cultura otaku: com perguntas voltadas para a compreensão do indivíduo da cultura *otaku* e aspectos individuais e sociais sobre o tema.

Influências: com perguntas referentes as influências que o indivíduo percebe que a cultura *otaku* exerce sobre sua vida.

Identificação com personagens: com perguntas voltadas para os *animes* e personagens que mais gostam e se identificam.

Para registro foram utilizadas as respostas coletadas pelo *Google* Formulários, juntamente com o gráfico gerado a partir delas. A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo de Bardin, que consiste em uma abordagem metodológica para analisar dados qualitativos de maneira sistêmica e objetiva que permite descobrir informações sobre como as mensagens foram produzidas e recebidas (MINAYO, 2012)

Bardin (2016), descreve três polos nos quais giram as fases da análise de conteúdo, sendo eles: 1) a pré-análise, 2) a exploração do material, 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O processo de coleta de dados ocorreu através do envio do *link* do questionário por redes sociais para pessoas através de *networking*. O questionário ficou aberto para coleta de dados entre maio e junho de 2024, então se iniciou a análise e registro dos dados obtidos de maneira sistemática, procurando responder à pergunta de pesquisa e os objetivos descritos. A população de pesquisa foi composta por pessoas entre 18 e 28 anos, para compreender as considerações que as pessoas possuem sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi obtida através do *Google* Formulários uma amostra de 50 pessoas. A apresentação dos resultados está pautada na mesma ordem das sessões do questionário para que seja possível observar os dados de maneira mais clara e objetiva através de gráficos e tabelas.

Dados Sociodemográficos:

O resultado obtido através do questionário demonstrou que o perfil demográfico da amostra, tem em sua maioria participantes na faixa etária de 21 a 23 anos, seguida por participantes entre 24 e 28 anos, e apenas 24% de participantes entre 24 e 28 anos (Gráfico

1). Em relação a escolaridade, a prevalência da amostra se situa em pessoas que possuem o ensino superior incompleto, que engloba pessoas que estão cursando ou trancaram cursos do ensino superior, seguido por pessoas com o ensino médio completo que compõem 28% da amostra, como demonstrado no gráfico 2.

Em termos de renda média mensal, os dados apontam que há predominância de pessoas com renda de até 2 salários-mínimos, sendo o equivalente a 78% da amostra. Contudo, um dado interessante se apresenta ao analisar que existe uma parte da amostra, sendo ela 8%, que possui renda entre 6 e 10 salários-mínimos e nenhuma acima de 10 salários-mínimos (Gráfico 3).

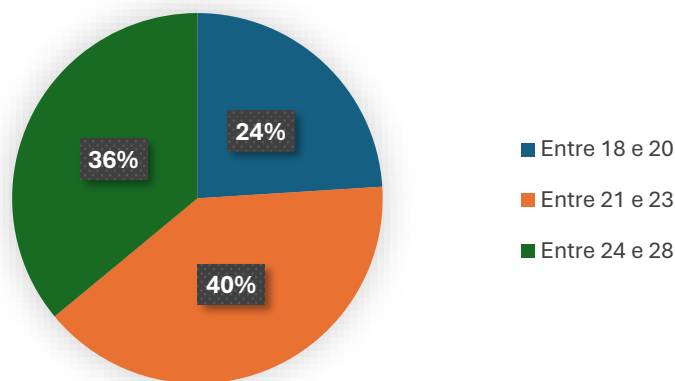


Gráfico 1 – Idade dos participantes da pesquisa

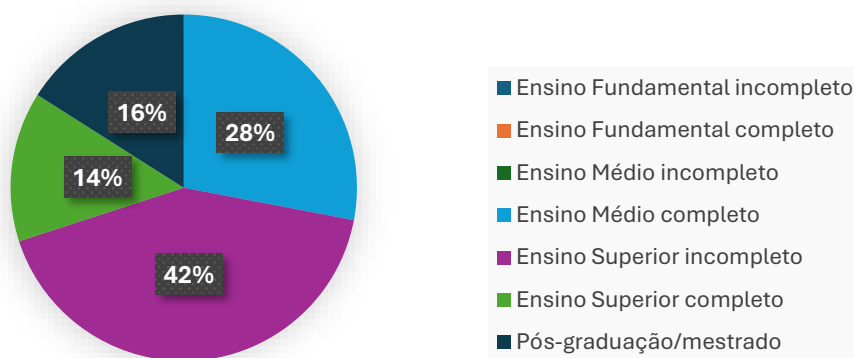


Gráfico 2 – Escolaridade dos participantes da pesquisa

Carlos (2010) discute como a internet e os meios de comunicação democratizam o acesso à cultura *pop* japonesa. Dessa forma, a predominância de participantes com renda de até 2 salários-mínimos indica que a cultura *otaku* é acessível mesmo para aqueles com

menor poder aquisitivo, possivelmente devido à disponibilidade de conteúdos gratuitos ou de baixo custo *online*. Outro ponto interessante é o fato de uma pequena parte da amostra ter uma renda entre 6 e 10 salários-mínimos, o que sugere que a cultura *otaku* também transcende barreiras econômicas.

O gráfico 4 demonstra que a região geográfica de maior destaque da amostra é o estado de São Paulo, caracterizando 80% da amostra. Houve participantes de outros estados, porém, se configuram entre 2% e 4%. Também foi possível observar através dos resultados uma predominância de mulheres cisgênero, caracterizando 66% da amostra, seguido por homens cisgênero e uma resposta para gênero fluido (Gráfico 5).

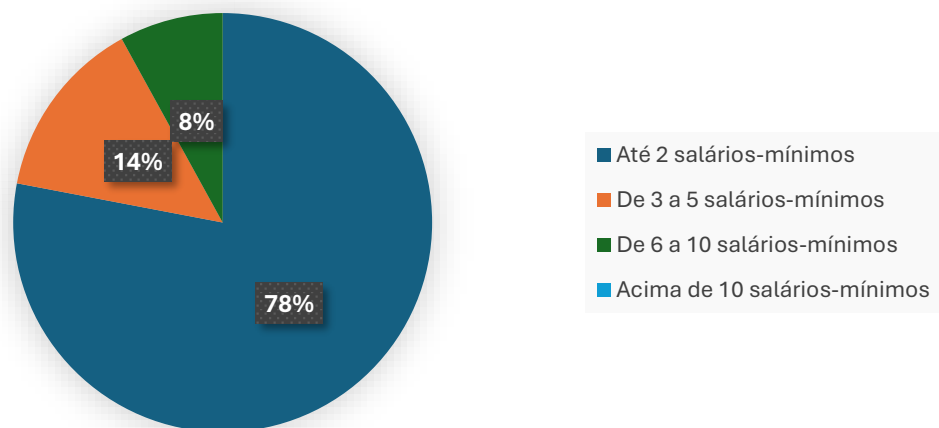


Gráfico 3 – Renda média mensal dos participantes da pesquisa

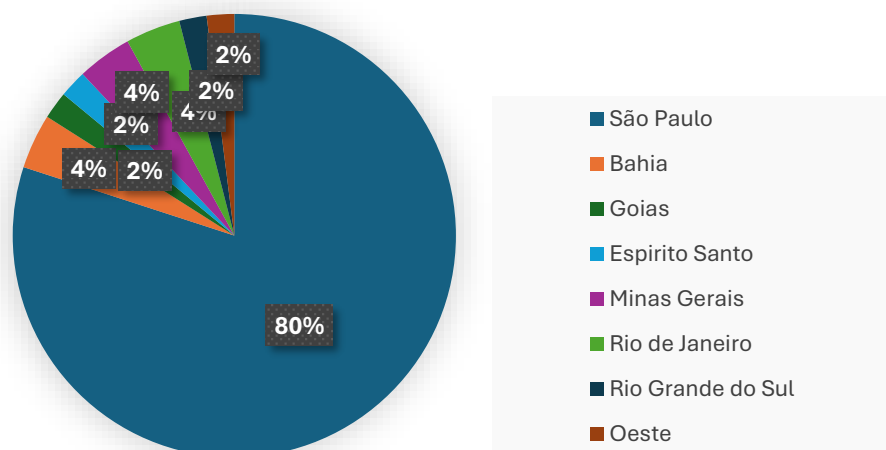


Gráfico 4 – Estado de residência dos participantes da pesquisa

As perguntas relacionadas a descendência familiar e etnia visam compreender a amostra de forma que seja possível perceber a presença, ou não, de fatores de influência familiar na adoção da cultura *otaku*, dentre eles, se havia predominância de pessoas de descendência japonesa ou asiática.

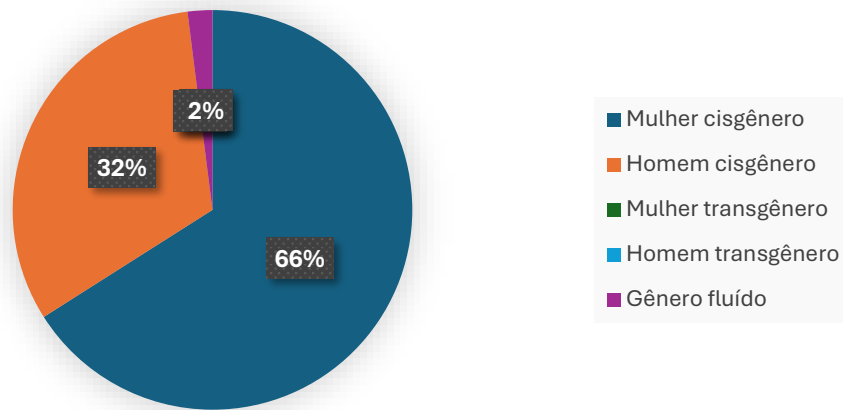


Gráfico 5 – Gênero dos participantes da pesquisa

Contudo, a amostra demonstrou em termos de descendência uma grande variação de países, questão esperada diante do grande mosaico que se configura a sociedade brasileira. Gushiken e Hirata (2023) trazem que existe uma globalização da cultura *otaku* e sua adoção por indivíduos fora do Japão, o que corrobora com variedade de descendências e a baixa porcentagem de descendentes de famílias japonesas.

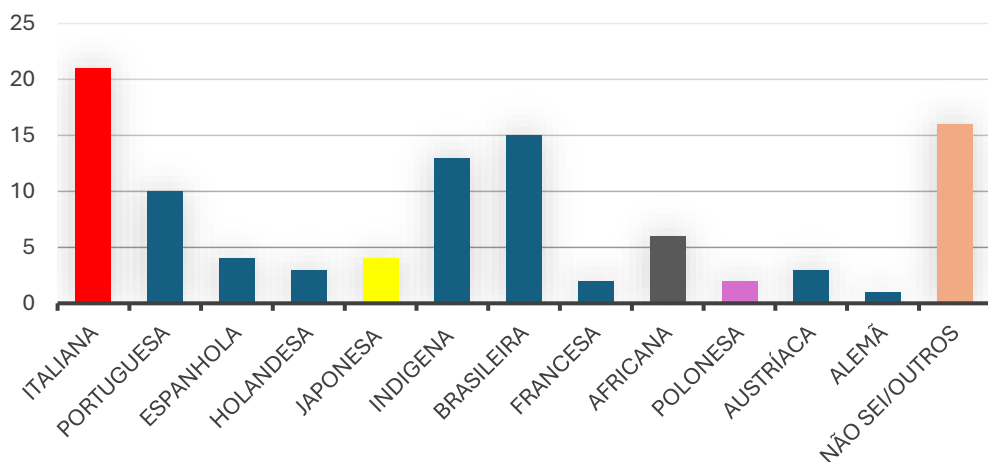


Gráfico 6 – Descendência familiar dos participantes da pesquisa

A prevalência observada se refere a descendentes de países europeus, apresentando apenas 4% de descendentes de famílias japonesas. Um ponto importante a se destacar, refere-se ao fato de que 16% das pessoas não compreendeu ou não soube responder, alguns compreenderam a pergunta como grau de parentesco ou estado civil (Gráfico 6). Quanto a etnia, os dados demonstram uma predominância de pessoas brancas, equivalendo a 52% da amostra, seguido por pessoas que se consideram pardas e negras, houve outras etnias, mas foram apresentadas em menor número (Gráfico 7).

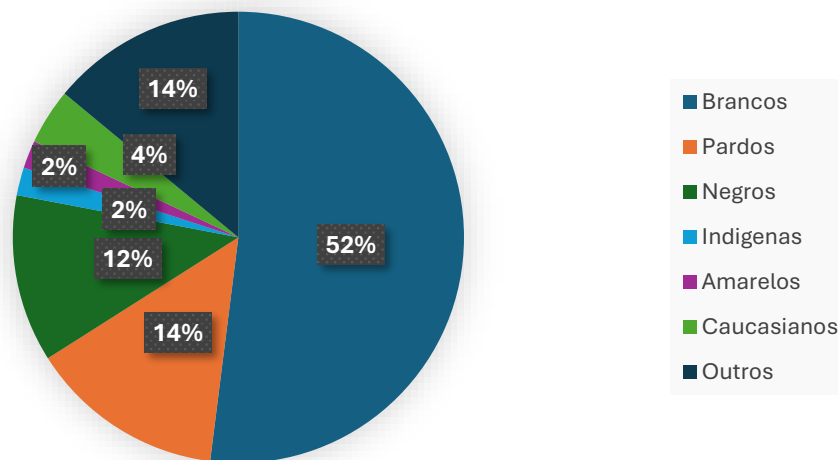


Gráfico 7 – Etnia dos participantes da pesquisa

Contato com a cultura japonesa:

Esta sessão do questionário tinha como intuito compreender como as pessoas percebem o primeiro contato com a cultura japonesa dentro da cultura *otaku*. No gráfico 8 é possível observar que a maioria dos participantes, correspondendo 90% da amostra, percebem que o primeiro contato com a cultura japonesa ocorre através dos *animes*, ainda que 6% dos participantes percebam esse contato através de *videogames*.

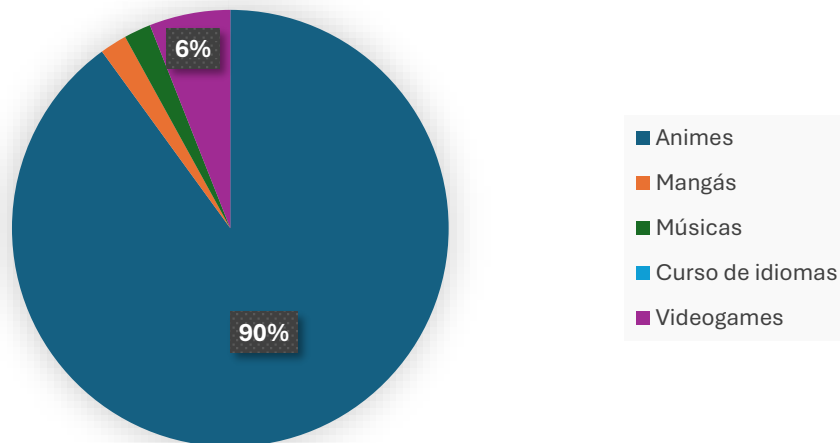


Gráfico 8 – Como ocorre o primeiro contato com a cultura japonesa

Esse dado sugere que os *animes* desempenham um papel muito importante na introdução dos jovens brasileiros à cultura japonesa, sendo possível observar que o interesse a outros aspectos como ler *mangás*, aprender o idioma e conhecer a culinária, se compreendem como caminhos posteriores ao contato com os *animes*.

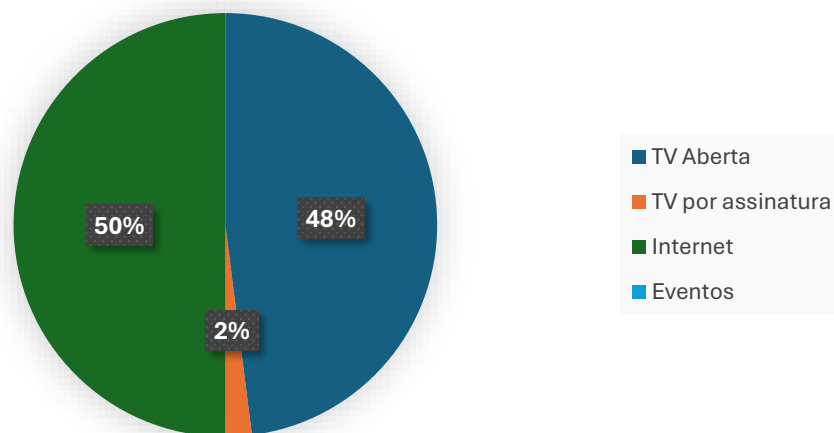


Gráfico 9 – Por onde ocorre o primeiro contato com a cultura japonesa

A partir do gráfico 9, é possível perceber que essa popularidade dos *animes* pode ser atribuída à grande disponibilidade de seu conteúdo na internet e na TV aberta, onde 50% e 48%, respectivamente, acreditam que seja por onde ocorre o primeiro contato. Essa questão pode ser analisada através da distribuição de *animes* por meio de programas como a TV Globinho, visto que a maior parte da amostra é composta por pessoas nascidas entre 1996 e 2003.

Outro ponto a ser observado, é a relação do primeiro contato com o avanço da *internet*, principalmente após a popularização das práticas de *fansubbing*, onde os fãs legendam os animes para que outros possam ter acesso ao conteúdo. Além disso, também é possível atribuir ao aumento do uso de plataformas de *streaming*, que permite um acesso fácil e variado aos conteúdos de *anime*, enquanto a TV aberta tem um histórico de exibição de animes populares que marcaram gerações.

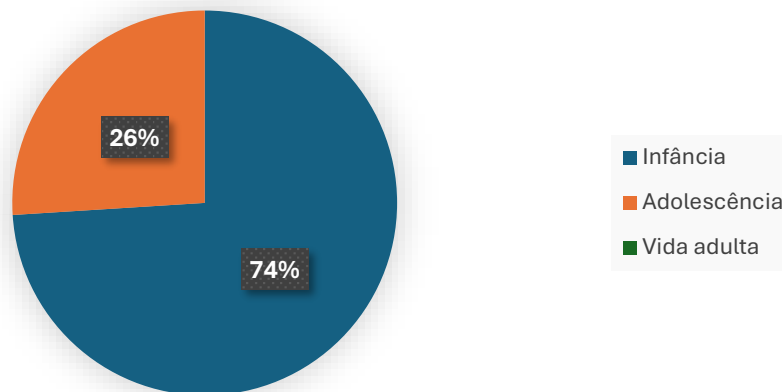


Gráfico 10 – Quando ocorre o primeiro contato com a cultura japonesa

Em relação à quando ocorre o primeiro contato, a maioria dos participantes compreende que ocorre na infância, enquanto 26% relataram que geralmente ocorre na adolescência (Gráfico 10). Feist, Feist e Roberts (2015) sugerem que experiências precoces desempenham um papel crucial na formação da identidade, o que indica que a exposição precoce à cultura japonesa através dos *animes* pode ter um impacto duradouro no desenvolvimento de interesses culturais e identitários, e que pode influenciar a formação de gostos e preferências culturais que persistem ao longo da vida. Outro ponto que é possível analisar a partir desse dado, é a idade dos participantes e a relação dela com a época em que os *animes* eram exibidos mais popularmente na televisão.

A predominância da TV aberta e da internet como meios de primeiro contato sugere que a mídia desempenha um papel fundamental na introdução da cultura japonesa aos jovens brasileiros. As estratégias da mídia televisiva através de programas, horários específicos e até canais voltados para esse tipo de programação, e a acessibilidade da internet permitiram que os *animes* alcançassem um grande público, facilitando o acesso a essa forma de entretenimento cultural.

O fato de que a maioria dos participantes teve seu primeiro contato com a cultura japonesa na infância demonstra a importância do contato precoce na formação das identidades e de interesses culturais. Henry Jenkins (2009), discute que a mídia desempenha um papel crucial na socialização, ou seja, no processo pelo qual os indivíduos aprendem normas, valores e comportamentos culturais. A exposição precoce a *animes* na infância pode ser vista como um exemplo de como a mídia molda as preferências culturais e os interesses individuais desde cedo.

A partir da análise dessa sessão é possível perceber que os *animes* são claramente considerados a principal porta de entrada para a cultura japonesa entre os jovens adultos brasileiros. Isso pode ocorrer devido à combinação de narrativas carregadas de histórias cativantes que carregam valores e comportamentos diferentes da cultura brasileira, personagens memoráveis e elementos visuais únicos que os *animes* são capazes de trazer. A capacidade dos *animes* de atrair e manter a atenção do público jovem, os torna uma ferramenta poderosa para a disseminação da cultura japonesa, que destaca a importância de considerar o papel da mídia no conhecimento e disseminação de culturas estrangeiras e na formação de identidades culturais globais.

Cultura *otaku*:

Grande parte dos participantes associam a definição de ser *otaku* principalmente a gostar de *animes* e a ter uma obsessão por eles, e 17% das respostas consideram importante aderir aos *animes* como estilo de vida, e 14% associam o ser *otaku* com gostar da cultura japonesa (Gráfico 11). Os dados indicam que a identidade *otaku* é variada, compondo tanto um forte interesse por *animes* quanto outros elementos da cultura japonesa como parte do estilo de vida.

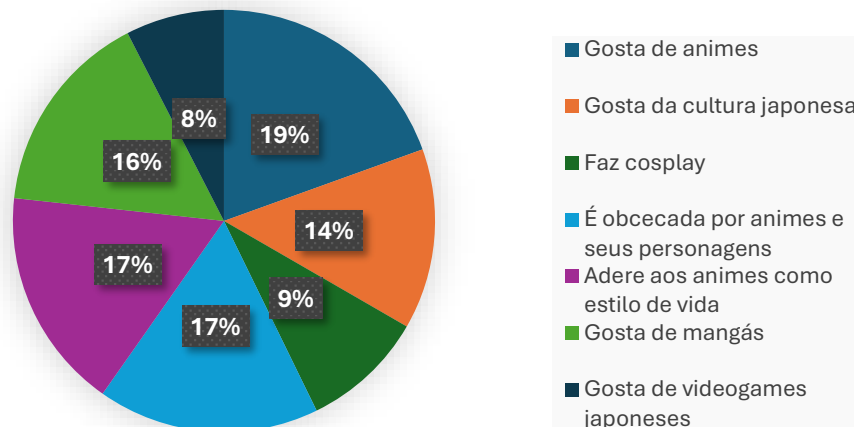


Gráfico 11 – O que torna alguém *otaku*

Outro ponto a ser observado nesta sessão, se refere que a maioria dos participantes compreende que é possível começar a se considerar *otaku* durante a adolescência, enquanto apenas 28% compreendem que isso ocorre na infância (Gráfico 12). Isso sugere que o reconhecimento da identidade *otaku* tende a acontecer em um período de mudanças, onde ocorre uma busca por seu lugar no mundo.

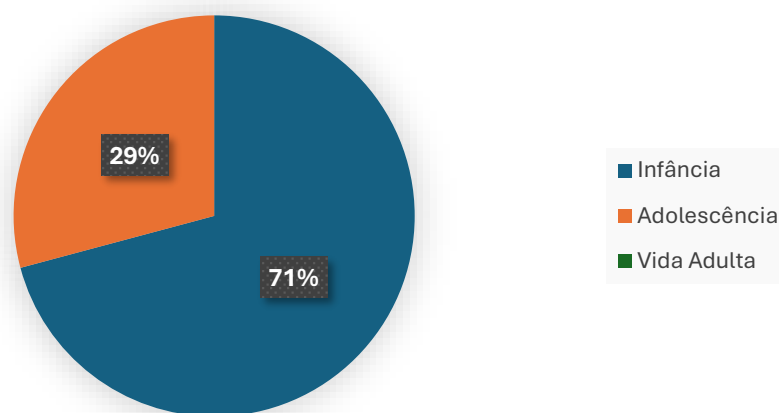


Gráfico 12 – Quando uma pessoa costuma se considerar *otaku*

Papalia e Feldman (2013) destacam que a adolescência é uma fase importante para a formação de identidade por conta do desenvolvimento cognitivo e a busca por um sentido de pertencimento e aceitação entre os pares. Essas mudanças cognitivas permitem que os adolescentes compreendam e internalizem valores, ideais e identidades de uma maneira que não se observa em crianças.

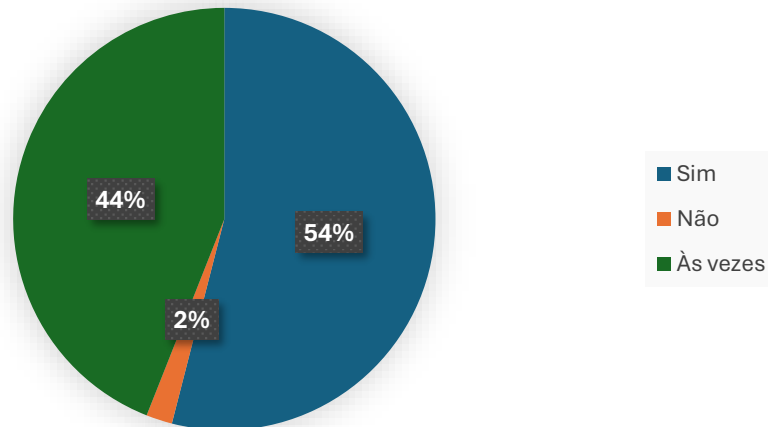


Gráfico 13 – Participação em eventos voltados para o público

Com relação a interação, ocorreu um movimento interessante de ser analisado, visto que trazia-se uma imagem do significado negativo do termo no Japão “referente a uma geração de jovens que se isolava do mundo por meio do consumo midiático” (TRAVANCAS, 2015). Esse aspecto da personalidade é destacado e reforçado em diversos animes, como por exemplo o anime *God's blessing on this wonderful world*, mais conhecido como *Konosuba*, que no começo descreve o protagonista como alguém retraído e com pouca vontade de interação social.

Contudo, grande parte da amostra compreende que otakus possuem o costume de participar de eventos relacionados à cultura japonesa e aos animes, seja um costume esporádico ou de alta frequência (Gráfico 13). Esse dado demonstra existe um investimento de tempo, envolvimento e engajamento com a comunidade otaku, sendo essa participação em eventos é uma forma importante de socialização e fortalecimento da identidade otaku, oferecendo oportunidades para encontros com outras pessoas do grupo, troca de experiências e imersão na cultura.

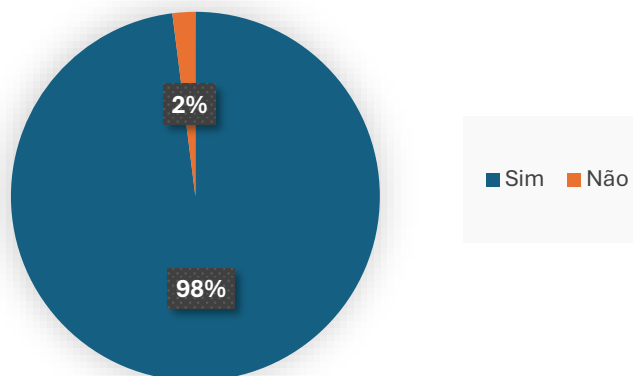


Gráfico 14 – Interação com outros otakus

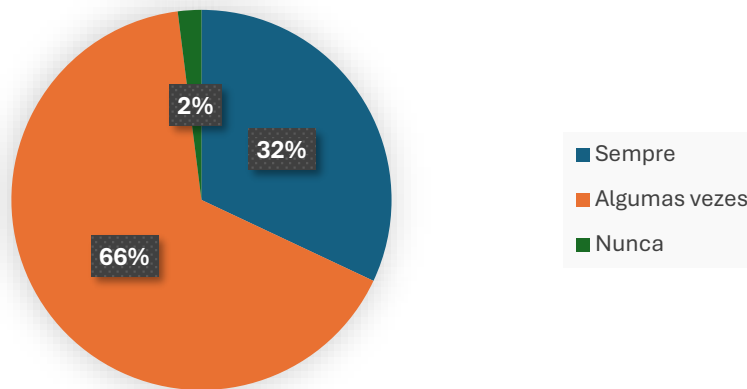


Gráfico 15 – Frequência da interação com outros otakus

Os gráficos 14 e 15 demonstram que embora a maioria dos participantes interaja com outros otakus, apenas 32% fazem isso de forma constante, o que pode estar ligado a questão do índice socioeconômico, tendo em vista que a maior parte da amostra possui renda mensal de até dois salários-mínimos, o que dificulta a possibilidade de acesso e tempo a eventos relacionados a cultura otaku.

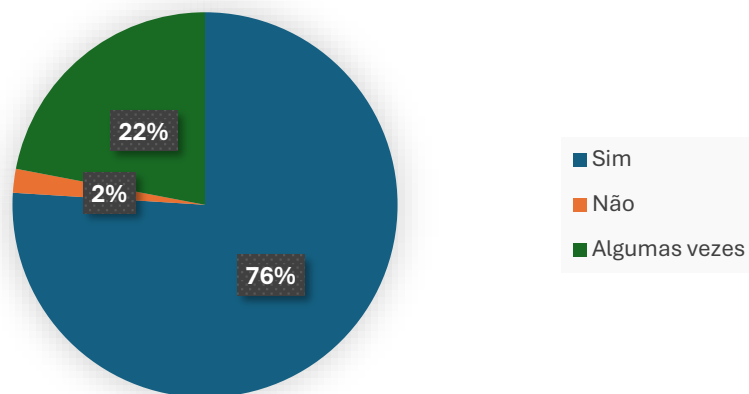


Gráfico 16 – Participação online em grupos ou comunidades

Em relação a participação em grupos ou comunidades online relacionadas à cultura otaku, existe uma predominância, marcando 76%, de pessoas que acreditam que exista essa interação online (Gráfico 16). Essa participação online propicia um espaço contínuo para discussões, compartilhamento de conteúdo e apoio social por parte da comunidade, proporcionando facilidade de conexões entre otakus de diferentes regiões e até mesmo países.

Influências

Esta sessão possui por objetivo observar a percepção do sujeito diante das influências que a cultura otaku pode trazer para seu estilo de vida, comportamento e relações sociais, bem como ele percebe essa influência. Grande parte da amostra acredita que a cultura otaku influencia seu estilo de vida, o que sugere que a adoção da cultura vai além de um simples hobby e influencia aspectos cotidianos, como a forma de se vestir, hobbies, e rotinas diárias (Gráfico 17).

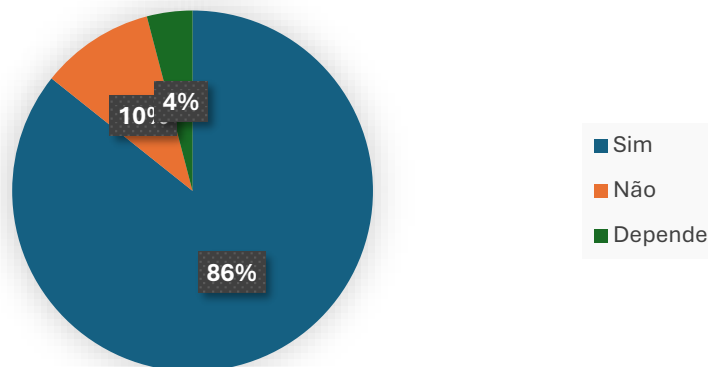


Gráfico 17 – Influência no estilo de vida

Essa influência pode se manifestar na escolha de roupas inspiradas em personagens de animes ou o costume de fazer cosplay, na participação regular em eventos relacionados à cultura japonesa, e no consumo de produtos culturais (como mangás, figuras de ação, e músicas de animes, também chamadas de anisongs).

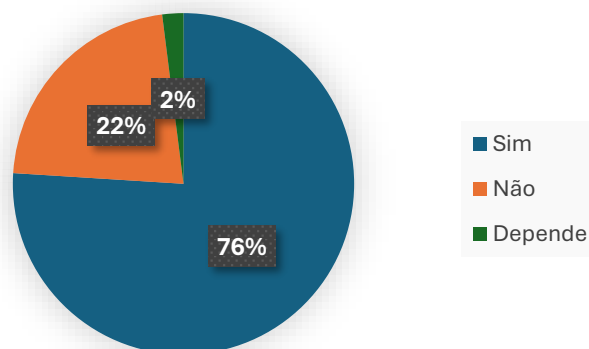


Gráfico 18 – Influência no comportamento

Quanto as influências no comportamento, a maioria dos participantes responderam afirmativamente, o equivalente a 76% da amostra (Gráfico 18). Este dado demonstra que as pessoas podem adotar comportamentos e atitudes que são observadas nos animes e mangás, como gestos, expressões e formas de interação. Não é incomum encontrar pessoas que se identificam com a cultura otaku reproduzindo bordões de

personagens famosos em seu dia a dia, como o *dattebayo* de Naruto, uma expressão equivalente a “Acredite!” ou como na dublagem brasileira do anime “tô certo!”.

Essa influência também pode incluir a adoção de valores e princípios representados nas obras japonesas, como a importância da amizade, perseverança e honra, características comuns em muitos animes populares, e que foram trazidas com frequência em respostas mais completas dos participantes.

Um participante da pesquisa descreveu que “*vai influenciar na forma que essa pessoa se comporta com base naquilo que ela acredita e tem mais interesse, podendo reproduzir comportamentos dos personagens e afins*”. Outro descreveu que “*existem pessoas que assumem a cultura popular japonesa, suas expressões e costumes como estilo de vida*”. Houve outros participantes que descreveram aspectos positivos diante da questão da interação social, “*as vezes alguns animes podem ajudar pessoas que tem dificuldade de interagir com outras pessoas*”.

Assim como no comportamento, a grande maioria dos participantes acredita que a cultura otaku influencia as relações sociais, o que pode refletir na formação de amizades baseadas em interesses comuns, participação em comunidades online e em eventos (Gráfico 19). Gandolfi (2016), argumenta que a cultura otaku serve como um importante meio de construção de identidades sociais e culturais para seus adeptos. Essa interação facilita a construção de laços sociais e pode até influenciar escolhas de amigos e parceiros, criando um círculo social onde a cultura otaku é um elemento chave.

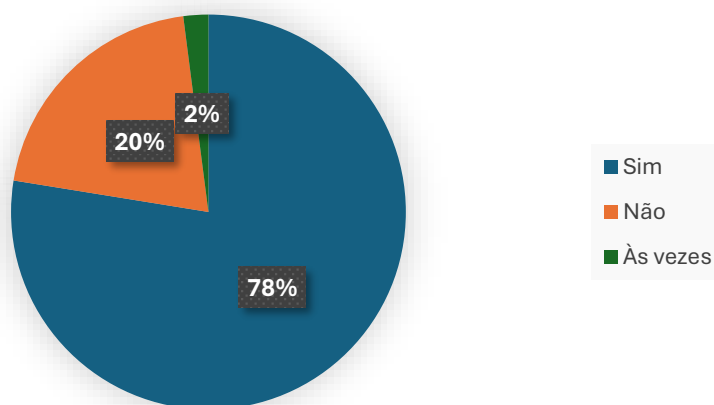


Gráfico 19 – Influência nas relações sociais

Os resultados desta sessão revelam que a cultura otaku impacta significativamente na vida dos jovens adultos brasileiros que se identificam com ela. Esses resultados

destacam a importância de considerar a cultura otaku não apenas como uma forma de entretenimento, mas como uma parte integrante e influente na identidade e nas interações sociais dos envolvidos

Identificação com personagens

Esta sessão de perguntas teve por objetivo compreender sobre a identificação com personagens e as características que levam a tal identificação. Os resultados trouxeram informações interessantes para análise, a grande maioria, equivalente a 78% da amostra, relatou o *Shounen* como o tipo de anime que os *otakus* costumam gostar mais (Gráfico 20).

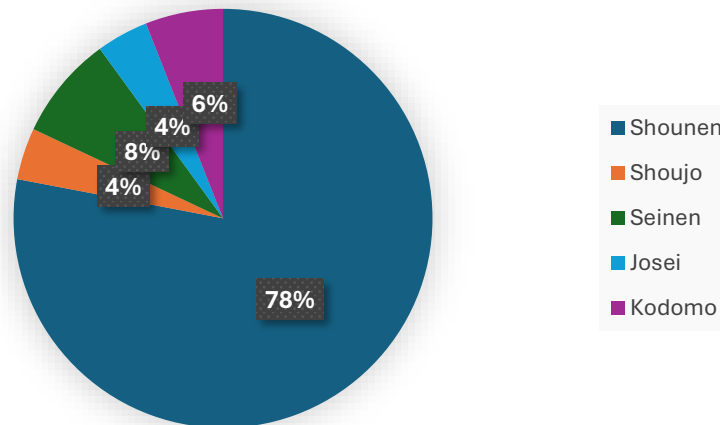


Gráfico 20 – Tipo de *animes* e mangás que os *otakus* costumam gostar

Esse é um tipo de produção que se destaca por narrativas voltadas para o público jovem masculino, entre 12 e 18 anos, geralmente com temáticas mais voltadas para ação, aventura e crescimento pessoal. A popularidade do *Shounen* pode estar ligada a grande distribuição de *animes* desse estilo na televisão, principalmente *Naruto* e *Dragon Ball* que eram reproduzidos na época da TV Globinho e acompanharam a vida de muitas crianças no Brasil.

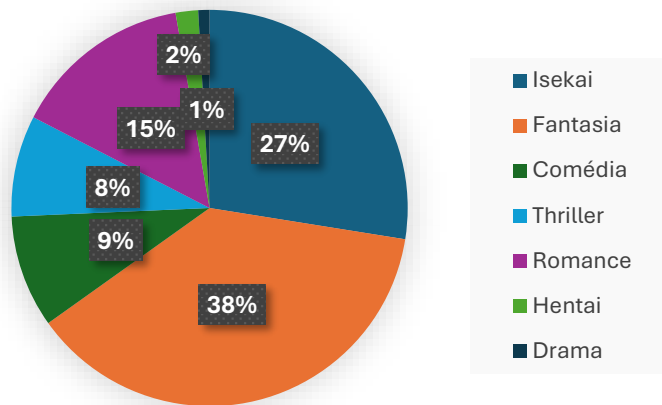


Gráfico 21 – Gêneros de *animes* e *mangás* que os *otakus* costumam gostar

Em relação aos gêneros, animes de fantasia e *isekai* são considerados como os que os *otakus* costumam gostar mais (Gráfico 21). A fantasia atrai os fãs devido aos seus mundos imaginativos e elementos mágicos, oferecendo uma fuga da realidade, já *isekai* que traz uma temática onde os personagens são transportados para mundos paralelos, também tem grande popularidade, talvez pela possibilidade do imaginativo de estar em algum lugar diferente, ou de poder sair de sua vida habitual para um mundo extraordinário. A preferência por esses gêneros indica um interesse em histórias que ultrapassam o cotidiano e oferecem experiências e desafios novos, diferentes da monotonia da vida, a possibilidade de viver o extraordinário.

Freud (1974), descreveu a fantasia como uma forma de satisfação de desejos, um mecanismo de defesa para escapar de uma realidade insatisfatória. Assim, possivelmente, os gêneros de fantasia e *isekai* fornecem aos fãs um escape de suas realidades, onde os personagens vivem aventuras extraordinárias. Essa fuga da realidade cotidiana para um mundo de possibilidades infinitas pode se tornar atraente para os *otakus*, pois oferecem uma válvula de escape para o tédio e seus problemas do dia a dia.

One Piece e *Naruto* são os *animes* mais falados entre os *otakus*, ambos fazem parte do gênero fantasia e compartilham temas de amizade, perseverança e aventura, bem como protagonistas com *poderes especiais* (Gráfico 22). Tanto *One Piece* quanto *Naruto* exemplificam o gênero fantasia, com seus mundos extraordinário e cheios de detalhes, e personagens dotados de poderes e habilidades que vão além do comum, oferecendo personagens e histórias com os quais os espectadores podem se identificar e se inspirar. Contudo, em relação a *animes* que os *otakus* costumam gostar mais, os mais mencionados

são *Kimetsu no Yaiba* e *Boku no Hero Academia*, ambos são caracterizados como *Shounen*, assim como *One Piece* e *Naruto* (Gráfico 23).

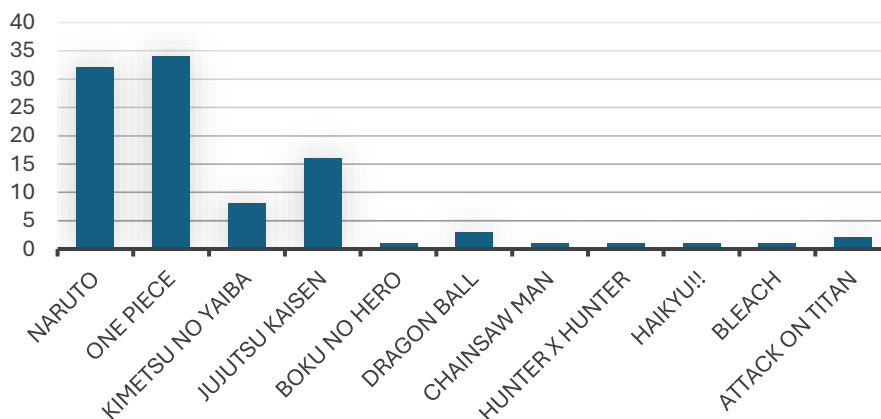


Gráfico 22 – Animes que as pessoas costumam falar mais (%)

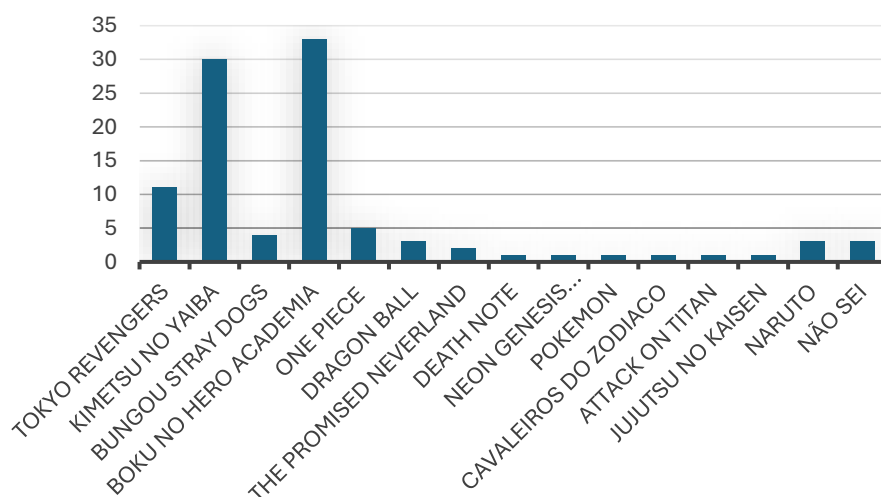


Gráfico 23 – Animes que as pessoas costumam gostar mais (%)

Uma questão interessante a ser observada se refere ao fato de que a maioria dos *animes* escolhidos pela amostra são *Shounen*, tendo em vista que a amostra é em sua maioria composta por mulheres cisgênero com idade entre 21 e 28 anos. Esse dado demonstra algumas possibilidades, entre elas a falta de *animes* mais cativantes para o público feminino ou com protagonistas femininas e cenas de ação e aventura, visto que a maioria dos *animes* voltados para o público feminino focam muito mais em romance e questões mais vistas no cotidiano.

Essa questão também pode ser vista na pergunta seguinte do questionário, onde a maior parte da amostra aponta Monkey D. Luffy de *One Piece* e Naruto Uzumaki de *Naruto*, como personagens que os *otakus* costumam gostar mais, com 42% e 40% das

preferências, respectivamente. Esses personagens são conhecidos por sua determinação, coragem e liderança (Gráfico 24).

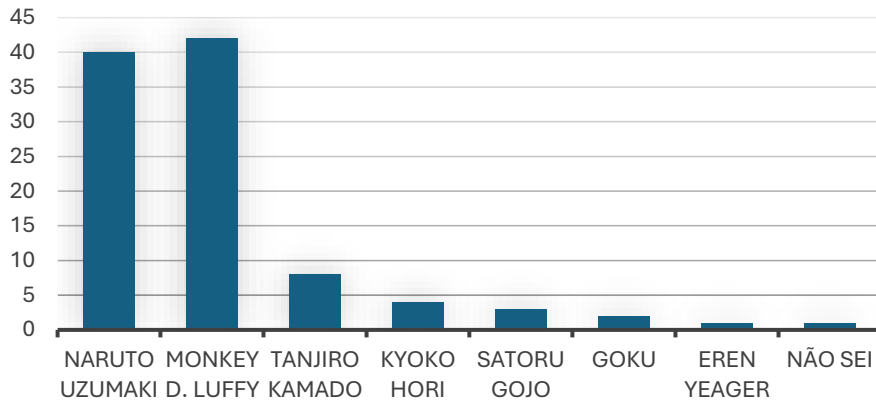


Gráfico 24 – Personagens que costumam gostar mais (%)

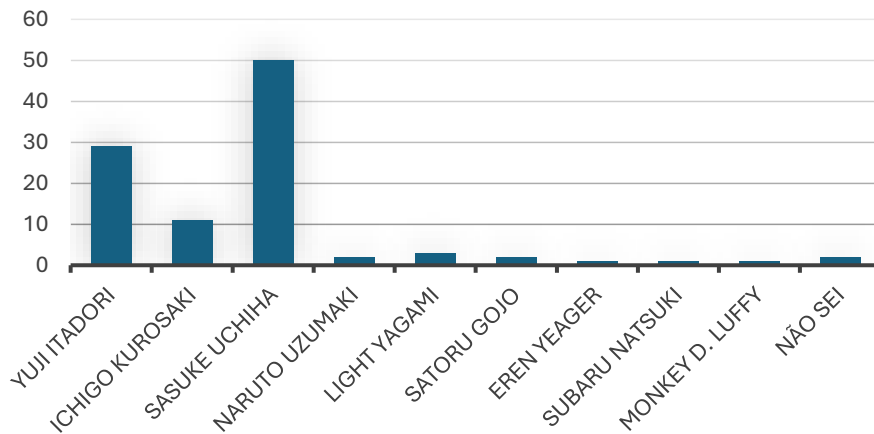


Gráfico 25 – Personagens que mais se identificam (%)

Em seguida a maior parte da amostra acredita que os otakus costumam se identificar mais com os personagens Sasuke Uchiha, Yuji Itadori, e Ichigo Kurosaki, o que sugere uma forte conexão com personagens que apresentam grande complexidade emocional e traços de resiliência e determinação (Gráfico 25).

Contudo, são personagens que possuem dois lados em suas histórias, um lado que luta incansavelmente por um objetivo específico e outro que nutre aspectos mais sombrios. Sasuke tem como objetivo se vingar de seu irmão mais e acaba se tornando um personagem perigoso com o decorrer da trama; Itadori divide seu corpo com Ryomen Sukuna, uma maldição extremamente forte e perigosa; e Ichigo tem dentro de si uma parte hollow, um espírito maligno que habita o mundo espiritual. Os três personagens possuem características que mostram a necessidade de equilibrar em si um lado obscuro que pode

muitas vezes tentar tomar o controle e correr o risco de ferir aqueles com quem se importam.

A preferência por esses personagens sugere uma identificação com figuras que lutam internamente com seus lados sombrios e buscam equilíbrio. Segundo Jung (1991), a integração da sombra, o lado inconsciente e reprimido da personalidade, é crucial para o desenvolvimento pessoal. Os otakus podem se ver nas lutas internas desses personagens, identificando-se com suas batalhas contra traumas, inseguranças e impulsos negativos.

Outro ponto importante a ser observado é a relação entre a questão do isolamento social e dificuldade de interação que se tornou muito presente, como descrito anteriormente, na versão caricata dos otakus, e o fato de muitos terem escolhido Sasuke Uchiha como personagem de identificação.

As características de determinação, inteligência e senso de humor são prevalentes, caracterizando 31%, 22% e 16%, respectivamente (Gráfico 26). Isso indica que os otakus costumam valorizar profundamente a perseverança, o raciocínio estratégico e a astúcia para superar obstáculos que aparecem em seus caminhos.

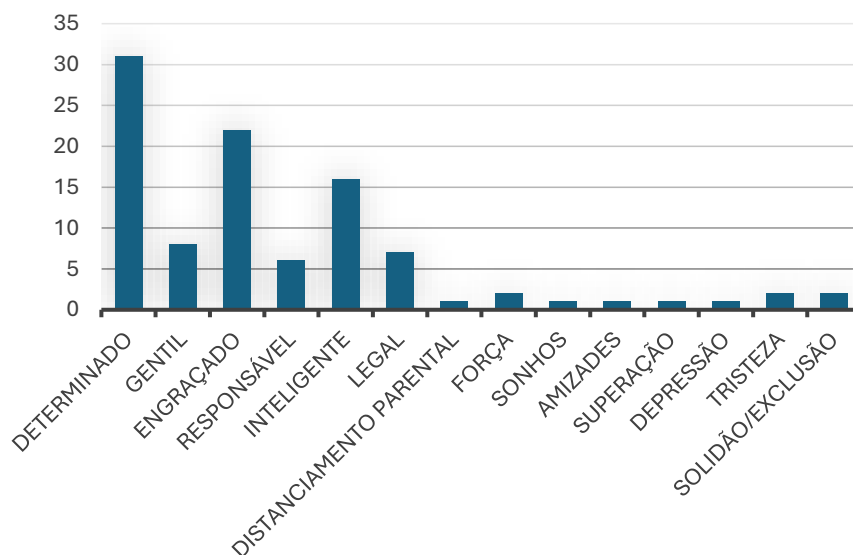


Gráfico 26 – Características que as pessoas mais se identificam (%)

Os dados mostram que os jovens adultos brasileiros que se identificam com a cultura *otaku* têm uma clara preferência por *animes* do gênero *Shounen* e por personagens que exemplificam qualidades heroicas e resilientes. Essa preferência reflete a importância

de histórias e personagens inspiradores na vida desses fãs, oferecendo-lhes não apenas entretenimento, mas também modelos de comportamento e fontes de motivação. A identificação com os personagens permite uma conexão emocional profunda e pode influenciar positivamente a autopercepção e o desenvolvimento pessoal dos indivíduos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa foi possível observar vários aspectos sobre a identificação dos jovens brasileiros com a cultura *otaku*. A partir da análise dos dados coletados através do questionário de opinião, confirma-se algumas hipóteses e refuta-se outras, destacando a complexidade e diversidade deste grupo.

Um exemplo é a faixa etária predominante dos participantes, que em sua maioria está entre 21 e 23 anos, o que sugere que a cultura *otaku* é especialmente popular entre jovens adultos que estão no caminho entre a educação e o mercado de trabalho. Outro ponto se refere a questão econômica e a prevalência de residentes do estado de São Paulo, que indica que a acessibilidade e oferta de produtos culturais *otakus* são mais viáveis em áreas urbanas e economicamente diversas.

Há também uma preferência esmagadora pelo gênero *Shounen*, com narrativas de ação e aventura e protagonistas jovens, reflete uma tendência influenciada por grandes títulos como *Naruto* e *One Piece*, e contrasta com o fato de a grande maioria da amostra serem mulheres cisgêneros, visto que o público-alvo de *animes Shounen* são para jovens entre 12 e 18 anos do sexo masculino. Além disso, a alta preferência por gêneros de fantasia e *isekai* sugere uma busca por escapismo e exploração de mundos imaginários, como uma forma de lidar com as pressões cotidianas.

A identificação com personagens de *Shounen*, como Monkey D. Luffy e Naruto Uzumaki, indica que traços como determinação e resiliência são altamente valorizados. Estes personagens, que frequentemente enfrentam adversidades, servem como modelos de comportamento e inspiração para os fãs, influenciando sua autopercepção, aspirações e atitudes.

Uma questão importante a ser mencionada é que algumas das características trazidas pela amostra se comparadas a pesquisas feitas anteriormente sobre o grupo,

mostram que embora haja um movimento de mudança e socialização, ainda existe aspectos relativos a solidão, exclusão social e isolamento. A cultura *otaku*, portanto, vai além de um simples entretenimento, desempenhando um papel crucial na formação da identidade e no desenvolvimento pessoal dos jovens adultos.

Ao analisar os personagens escolhidos na categoria gostar e se identificar, é possível perceber que esses personagens possuem em sua maioria histórias de vida difíceis, aspectos de solidão, grandes responsabilidades e objetivos sólidos de vida. Dessa forma, é possível concluir que a identificação com a cultura *otaku*, pode ser descrita como uma forma de interação social e de identificação, trazendo assim uma sensação de pertencimento.

Contudo, devido a amostra possuir um pequeno número de participantes, ao se comparar com a quantidade de pessoas espalhadas pelo Brasil e que aderem o estilo de vida *otaku*, se faz necessária a realização de mais pesquisas sobre a temática. Os resultados descritos na presente pesquisa apenas abrem um caminho para que novos estudos sejam realizados, principalmente devido a escassez de pesquisas sobre o tema.

REFERENCIAS

BARDIN, Laurence. ****Análise de Conteúdo****. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN 978-85-62938-04-7.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). ****Cultura, Consumo e Identidade****. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 21-44.

CARLOS, G. S. Identidade(s) no consumo da cultura pop japonesa. ****Lumina****, [S. l.], v. 4, n. 2, 2010. DOI: 10.34019/1981-4070.2010.v4.20931. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20931>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

COSTA, Vlad Schüler. "Geração Sentimental: A Construção Social do Otaku". In: Redes e estilos de sociabilidades urbanas juvenis: conflito e comprometimento. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, vol. 1, nº 1, 2011.

FEIST, Jess.; FEIST, Gregory. J.; ROBERTS, Tomi-Ann. ****Teorias da Personalidade****. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: STRACHEY, James (Ed.). ****Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud****. v. 12. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974 [1911]. p. 218-226.

GANDOLFI, Federico Álvarez. La cultura otaku y el consumo fan de manga-animé en Argentina: entre el posmodernismo y la convergencia. ****Revista Vozes e Diálogo: Cultura de fãs****, Itajaí, v. 15, n. 1, p. 24-36, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14210/vd.v15n01.p%25p>. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/8837>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GUSHIKEN, Yuji; HIRATA, Tatiane. Processos de consumo cultural e midiático: Imagem dos 'Otakus', do Japão ao mundo. ****Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação****, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 133-152, 12 nov. 2023. DOI: 10.1590/1809-5844 20146. Disponível em:

<<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2113>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: HALL, Stuart. ****A identidade cultural na pós-modernidade****. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 7-22. ISBN 85-7490-402-3.

JENKINS, Henry et al. Teoria da socialização mediada. In: _____. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JUNG, Carl Gustav. Dois ensaios sobre psicologia analítica. In: READ, Herbert et al. (Eds.). ****Obras Completas de C. G. Jung****. v. 7. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

TRAVANCAS, Paula Rozenberg. "Otaku é você! Os fãs da cultura pop japonesa no Brasil e sua tribo." In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7 de setembro de 2015.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

LAÇOS PARTIDOS E DESTINOS ENTRELAÇADOS: ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E O FIM DO VÍNCULO CONJUGAL

BROKEN TIES AND INTERTWINED DESTINIES: PETS AND THE END OF THE MARITAL BOND

Danusa Balthazar de Andrade¹
Maristela Carneiro²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de encorajar o debate a respeito dos destinos/cuidados dispensados aos animais de estimação que fazem parte de uma unidade familiar quando ocorre a separação conjugal ou a dissolução da união estável de seus tutores. Partimos do pressuposto de que os animais de estimação, enquanto não amplamente amparados em alguns aspectos pela legislação brasileira, são seres sencientes, capazes de sentir dor e prazer, e de construir laços com seus tutores, o que demanda que se criem as condições para a normalização de sua condição como membros de famílias multiespécies e que é fundamental garantir que seu bem-estar seja mantido nas conjunturas em que se observa o fim do vínculo conjugal nuclear.

Palavras-chave: Famílias multiespécies; Direitos animais; Animais não-humanos; Vínculo conjugal.

ABSTRACT

The present article aims to encourage the debate about the fates/care provided to pet animals that constitute part of a family unity when there is a separation of the couple or the stable union between their tutors is dissolved. We start from the assumption that pet animals, while amply supported by Brazilian legislation in some respects, are sentient beings, able to feel both pain and pleasure, to build bonds with their tutors, and that demands that conditions be created for the normalization of their status as members of multispecies families, e that it is fundamental to ensure that their wellbeing is kept in situations in which the end of the core conjugal bond ends.

Keywords: Multispecies families, Animal rights, Non-human animals, Marital bonds.

¹ Graduada em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – Presidente Prudente/SP. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO, da UFMT. Professora no curso de Direito do Centro Universitário de Várzea Grande. Ativista dos direitos dos animais.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO/UFMT, Doutora em História/UFG, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO/UFMT, Coordenadora do Núcleo de Estudo do Contemporânea – NEC/UFMT, Brasil. E-mail: Maristelacerneiro86@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais relacionados aos direitos dos animais não-humanos têm crescido no mundo todo, com repercussões sobre os mais diversos aspectos da vida social. Nesse contexto, a denominada “causa animal” tem provocado significativos desdobramentos sobre as ciências jurídicas, aí incluído o conjunto de normas que regulamenta especificamente as relações familiares. Nas palavras de Vieira e Cardin (2017, p. 128)

É progressiva a interação entre pessoas e animais não-humanos domésticos, constituindo a família multiespécie cujos vínculos estão cada vez mais próximos. Estas novas configurações familiares vêm ganhando espaço nas mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo na Psicologia, na Medicina Veterinária e no Direito, devido à importância dada ao mútuo relacionamento comportamental entre a família e os animais domésticos.

O presente artigo tem por objetivo tratar sobre o destino/cuidados conferidos aos animais de estimação quando da separação conjugal ou dissolução da união estável de seus tutores. Este tema tem sido objeto de discussões acirradas, gerando controvérsias até mesmo nas decisões proferidas pelos tribunais. Não se pode negar que parte desta polêmica se deve também ao fato de que a discussão está inserida em processos judiciais que por si só já são muitas vezes turbulentos, pois tratam de questões delicadas e em um momento em que os ex-cônjuges e ex-companheiros estão emocionalmente abalados, muitas vezes no auge de mágoas e ressentimentos (Chaves, 2016).

Até pouco tempo, as decisões judiciais proferidas pelos magistrados brasileiros nesse tipo de processo versavam exclusivamente a respeito de filhos, patrimônio e pensão alimentícia. Porém, com as transformações na compreensão de família, que passou a considerar os animais de estimação como uma parte possível de suas configurações, hodiernamente esses ex-casais e ex-companheiros também passaram a ter que decidir sobre a guarda, visitas e direito de convivência envolvendo os pets; o que aparentemente poderia ser simples, torna-se complexo, a depender da situação, sobretudo porque há um limbo legislativo, que contribui para que haja uma crescente demanda que deve ser decidida pelo Poder Judiciário.

Por outro lado, a ausência de enfrentamento legislativo sobre a tutela e guarda compartilhada de animais de estimação, em caso de dissolução do vínculo conjugal ou união estável, deve-se ao fato de que embora o direito discipline a vida cotidiana em sociedade, a realidade fática sempre lhe é anterior, uma vez que as relações sociais são extremamente dinâmicas e se modificam a todo momento, não conseguindo o legislador acompanhar essas

evoluções com o mesmo *timing*.

Em virtude de fatores de ordem biológica, as sociedades humanas historicamente se organizam em torno de estruturas familiares. Ao longo do tempo, e de acordo com as peculiaridades culturais e sociais, essas estruturas familiares se compuseram das mais variadas formas, transcendendo, inclusive, laços estritamente sanguíneos, ou elementos de ordem econômica. A família contemporânea, assim, cada vez mais tem se fundamentado na afetividade que liga seus membros.

Neste contexto, Farias (2020, p. 39) esclarece que:

[...] deixando a família de ser compreendida como núcleo econômico e reprodutivo (entidade de produção), avança-se para uma compreensão socioafetiva (como expressão de uma unidade de afeto e entreajuda) e surgem, naturalmente, novas representações sociais, novos arranjos familiares.

É nesse contexto que surgem as famílias que acolhem em seu âmago animais de estimação. Chamadas de famílias multiespécie, estas formas familiares se caracterizam por incluírem entre seus membros animais de estimação, como cães, gatos, aves etc. A inclusão desses animais não-humanos pauta-se numa relação de afeto e sentimento de pertencimento, desdobrando-se em complexos vínculos subjetivos, atribuindo-se ao pet a condição de verdadeiro membro da família, cujo bem-estar é tão importante quanto o dos demais membros humanos. A Figura 1, por exemplo, é empregada como imagem ilustrativa na matéria da *Luxus Magazine* intitulada *Afinal, pet é ou não é filho? Queda na taxa de filhos vem estimulando a relação com os pets* (Redação, 2023), que discute principalmente o impacto das novas configurações familiares na indústria de produtos para a manutenção da saúde de pets.

FIGURA 1: Família multiespécie



Fonte: <https://www.luxusmagazine.com.br/>.

São conhecidas as consequências que uma separação conjugal ocasiona sobre o patrimônio e os filhos. Todavia, nas famílias multiespécie também os pets acabam sendo envolvidos no término da relação, de modo que seus tutores precisam ajustar entre si o que será feito dos mesmos, tal como se dá sobre os filhos.

Ocorre que o ordenamento jurídico brasileiro nada dispõe acerca da condição do pet como possível membro da família. No direito brasileiro, os animais (aí incluídos os pets) são considerados bens móveis, sem nenhuma subjetividade nem capacidade de estabelecer laços afetivos com humanos. Isso, por si só, já demonstra o quão descompassado se encontra o direito brasileiro em face das mais recentes transformações sociais deste âmbito. Conforme sugere Pereira (2015, p. 8), “A família não é fruto da natureza, mas da cultura. Por isso, ela pode sofrer inimagináveis variações no tempo e no espaço, transcendendo sua própria historicidade. O Direito não pode fechar os olhos a esta realidade”.

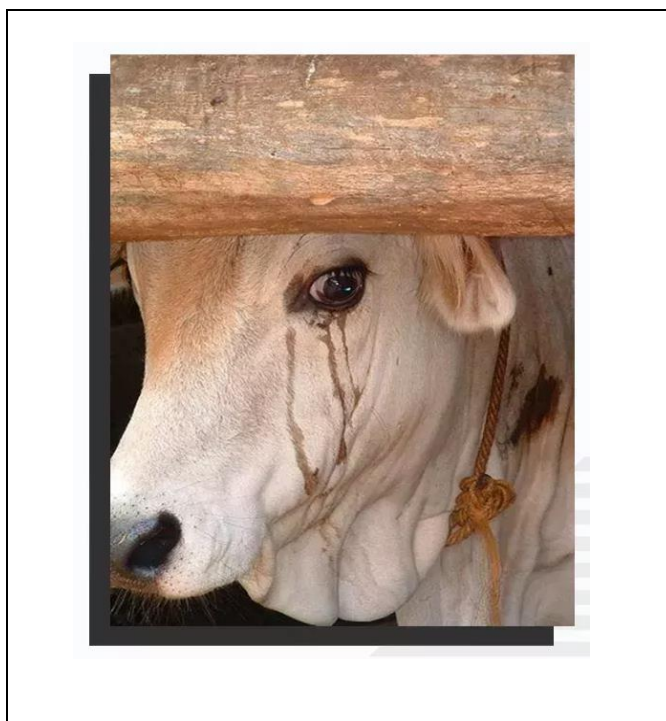
Essa conjuntura se torna ainda mais delicada quando situações concretas envolvendo famílias multiespécie são submetidas à apreciação do poder judiciário. Assim, os magistrados brasileiros têm se deparado com casos em que o casal discute não só a divisão do patrimônio, pensão alimentícia ou guarda dos filhos, também controvvertendo acerca da condição dos pets:

quem ficará com o pet? Qual será o regime de visitas? As custas relacionadas a cuidados veterinários serão divididas?

Como dito, o ordenamento jurídico brasileiro não dispõe expressamente acerca dessas questões. Todavia, a Constituição não permite que os magistrados deixem de decidir os casos que lhe são submetidos sob o argumento de que a lei se omite a respeito. Felizmente, o poder judiciário brasileiro tem conseguido avançar nessas questões.

Com efeito, o objetivo deste trabalho é analisar o modo como o poder judiciário brasileiro tem lidado com as questões familiares que envolvem pets, em especial em situações de divórcio e dissolução de união estável. Para tanto, serão feitas sucintas considerações acerca da evolução da relação entre seres humanos e animais. Além disso, será necessário esquadrihar em breves linhas a condição jurídica dos animais no direito brasileiro, evidenciando de que forma determinados entendimentos jurisprudenciais e doutrinários têm proposto uma releitura, à luz das mais recentes transformações sociais, do status jurídico dos animais — sobretudo dos pets, mormente em face das evidências de que os animais são seres sencientes, isto é, capazes de sentirem dor e prazer³. A Figura 2 contém uma foto veiculada pelo site Portal Vegano, que mostra uma vaca chorando diante de uma situação de estresse.

FIGURA 2: Vaca chorando



Fonte: <https://portalvegano.com.br/blog/post/senciencia-dos-animais>.

³ Sobre o conceito de senciência e suas implicações sobre a teoria dos direitos dos animais, conferir *REGAN, T. Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos dos animais. Porto Alegre: Lugano, 2006*, bem como *SINGER, Peter. Libertação animal. São Paulo: WMF, 2010*.

2. Breves considerações sobre a evolução da relação humana com os animais

Ao invés de uma abordagem extensa sobre como tem se dado ao longo do desenvolvimento social as relações entre animais humanos e animais sencientes, foco de outras investigações, apresentamos uma breve contextualização em linhas gerais, como fundamento do debate sobre famílias multiespécie contemporaneamente.

Tão antiga como a própria civilização, é a relação entre homens e animais, e isto se evidencia nas pinturas rupestres que são encontradas em diversas cavernas ao redor do mundo todo. Também fica claro que neste período tratava-se de uma relação de exploração e “qualquer animal não humano era visto como inferior, com intuito apenas de servir ao homem em função de trabalhos que exigiam força, caça e alimentação, e em último caso era cogitada a idéia de domesticação” (Oliveira; Oliveira, 2023, p. 33).

Certamente a relação do ser humano com o animal depende do valor que determinada sociedade, cultura ou religião lhe atribui, entretanto, é antiga a ideia de que os animais não humanos existem para de alguma forma servir aos seres humanos. A Bíblia, por exemplo, no livro de Gênesis, afirma com veemência que o ser humano ocupa um lugar superior a todos os demais animais criados por Deus, sendo-lhe conferida permissão divina para que os domine.

Mais recentemente, essa ideia fora reafirmada em termos filosóficos, fundamentando-se no antropocentrismo que marca a emergência da modernidade. Aliás, René Descartes (um dos filósofos mais influentes na estruturação do pensamento moderno) acreditava que os animais não-humanos eram incapazes de pensar ou de sentir, uma vez que seriam desprovidos de uma linguagem minimamente sofisticada, não possuindo alma, sendo esses os atributos necessários para a manifestação de algum grau de consciência (Francione, 2013). Arthur Schopenhauer, por outro lado, apresentava uma visão mais nuançada, argumentando que a justiça com os animais era parte fundamental da conduta ética: “A compaixão para com os animais liga-se tão estreitamente com a bondade do caráter que se pode afirmar, confiantemente, que quem é cruel com os animais não pode ser uma boa pessoa” (Schopenhauer, 2011, p.179).

O sentimento de companherismo e afeto não se destacava, mas ao contrário, existia uma relação baseada na subordinação e domínio, ou seja, o tratamento dispensado era de que o animal era um mero objeto capaz de atender as necessidades humanas como alimentos e roupas, e posteriormente explorados para o trabalho, carregando pessoas e objetos. (Mól; Venancio, 2014, p. 14) Para os autores, o surgimento da empatia com os animais não humanos começou a se desenvolver quando os seres humanos passaram a cultivar os seus próprios alimentos, tendo um único território como morada, e os animais passaram a se aproximar com o intuito de se alimentar

das sobras, fazendo com que permanecessem próximos aos humanos. Os filhotes que nasciam passaram a conviver com os seres humanos se tornando domésticos e passando a ter características que foram se modificando com o tempo (Mól; Venancio, 2014, p. 34-35).

Entretanto, a domesticação de algumas espécies de animais não impediu que no século XVIII, com a Revolução Industrial, a exploração dos animais chegasse ao seu ápice, pois houve um aumento populacional muito grande na cidade de Londres, o que levou à necessidade de mais comida, crescendo o número dos abates e a necessidade de transportar pessoas e mercadorias. Ocorre que o tratamento dispensado a esses animais era da mais absoluta exploração, sendo mantidos com pouco alimento e muitas vezes sofrendo agressões físicas para que não parassem de trabalhar (Mól; Venancio, 2014, p. 14).

Esse cenário de barbárie levou a que fosse comum animais morrerem de fome e/ou exaustão, o que de alguma forma acabou por chamar a atenção da opinião pública. Nesse quadro, no início do século XIX surgem nos Estados Unidos e na França as primeiras leis de proteção aos animais. Essas leis, todavia, protegiam apenas os animais domésticos, levando mais alguns anos para que também outros animais viessem a ser legalmente protegidos. Nessa época foi criado na França o primeiro abrigo para animais abandonados de que se tem notícia.

Neste contexto, foram ocorrendo transformações sociais que indicam a existência de um fenômeno em que cada vez mais um número significativo de pessoas entende que o ser humano não se encontra em posição de superioridade em relação aos demais seres vivos, afastando-se assim de um antropocentrismo de caráter utilitarista, segundo o qual os animais seriam seres cuja função primordial seria apenas servir às sociedades humanas. A domesticação se intensificou, gerando afeto e laços entre humanos e animais domesticados, criando-se assim as condições para que mais recentemente surgisse a família multiespécie.

Ao ser domesticado, o animal passa a interagir de forma diferente com o humano, sendo incorporado como membro da família. Se analisarmos a atual constituição dos lares, verificamos o aumento de famílias que adotam seres de outras espécies, como gatos, cachorros, entre outros (DELARISSA, 2003, p. 14). Tal comportamento implica uma responsabilidade maior do ser humano com relação aos animais, que agora dependem do homem, precisam de cuidados fisiológicos e afetivos (Faraco, 2008, p. 42)⁴.

Ellson (2008) ressalta a reconfiguração do tratamento dispensado aos animais de estimação, que antes eram pensados como seres que apenas moravam na casa/quintal, recebiam

⁴ Nesse sentido, o ser humano tutor do pet deve atuar visando atender a medidas básicas capazes de garantir saúde física e mental, segurança e bem-estar do novo membro da família.

água e comida e, quando muito, visitas esporádicas ao veterinário. Atualmente, são percebidos como membros da família. Um dos achados científicos que permitiu a modificação na forma como os animais são percebidos, em especial os de estimação, consiste na constatação de que os animais não humanos também são sencientes. Isto é, os animais não humanos (principalmente mamíferos e aves) possuem consciência do que ocorre com o seu corpo e no ambiente externo, sendo capazes de sentir determinadas sensações relacionadas a dor e prazer (Regan, 2006).

Dessa constatação científica decorrem consequências éticas sobre as sociedades humanas (Singer, 2013) e com essa evolução no modo de perceber os animais, somado à globalização, o que antes era pouco, como animais inseridos dentro da família no sentido de morar dentro da casa, viajar e andar de carro com seus tutores, passou a ser algo mais identificável, inclusive levando os mesmos a serem tratados como filhos, dado o elevado grau de integração com os contextos familiares.

3. Família multiespécie

Com as alterações sociais acima apontadas e o advento da globalização e da pós-modernidade, o direito passou por significativas transformações, tornando admissível o surgimento de outras modalidades de família que não a definida como tradicional composta por homem, mulher e filhos biológicos, abrindo espaço para estruturas familiares as mais variadas (como por exemplo, as famílias monoparentais, as famílias cujo vínculo é de natureza socioafetiva, as famílias homoafetivas etc), dentre as quais as famílias multiespécies. Atualmente, boa parte dos juristas entende que o fator determinante na configuração das famílias corresponde ao afeto. Chama-se princípio do afeto, que é considerado o pilar para direcionar as novas configurações familiares.

São “laços de afeto e de solidariedade que derivam da convivência familiar, não do sangue” (Dias, 2006, p. 61). Tal forma de afetividade tem possibilitado o surgimento de entidades familiares que devem ser protegidas pelo Estado, a exemplo da família multiespécie.

E qual seria a definição de família multiespécie? É aquela que é composta pela diversidade de espécies, estando inserido nesta configuração o ser humano e o animal não humano, sejam cães, gatos, bodes, porcos, peixes, aves e assim por diante. Inegavelmente, os animais de estimação, sendo criados “dentro de casa”, desenvolvem um vínculo afetivo muito semelhante ao afeto que se tem por um filho.

Na convivência, os animais de estimação, denominados “pets”, participam cada vez mais das atividades corriqueiras da família, como viagens, idas à praia, shopping, restaurantes, e com essa interação passam a ter carinho, atenção e amor. Isto pode se constatar facilmente ao

conversar com tutores que narram que a dinâmica da família se alterou com a chegada do pet, assemelhando-se à chegada de um filho. É nítida a preocupação desses tutores com a organização do seu cotidiano para que o horário de comida do animal de estimação seja respeitado, e também para que este não fique muito tempo sozinho, bem como viagens são organizadas de tal forma que o pet possa participar, nos denominados hotéis e locais “pets friendly”, ou então toda uma estrutura tenha que ser montada para que alguém de confiança, da família ou terceirizado e pago, possa ficar com o animal, na certeza de que ele ficará bem e feliz na ausência dos tutores e suas necessidades sejam atendidas. Todas essas organizações e preocupações demonstram o caráter inclusivo desses animais domésticos como membros pertencentes à família.

A Constituição Federal (Brasil, 1988) em seu artigo 226 traz espécies de famílias tuteladas, ou seja, que gozam de proteção, e naturalmente não há a previsão da família multiespécie de forma explícita, entretanto, parte da doutrina jurídica entende que esse rol seria aberto, apenas exemplificativo. Por conseguinte, levando-se em conta o princípio do afeto e a possibilidade de pluralidade de entidades familiares, a família multiespécie estaria sim reconhecida pela própria Constituição brasileira.

O que se torna relevante neste novo arranjo familiar é que existe uma tendência cada vez mais corriqueira de que os casais optem por não ter filhos, dando lugar aos denominados “filhos de 4 patas”, inclusive não aceitando a denominação de “donos” ou “tutores” e optando por “mães”, “pais”, “tios”, “irmãos”, “avós” de pets (Dias, 2006, p. 120).

O afeto e o apego entre os membros da família de humanos com seus animais de estimação podem ser definidos como sendo o binômio que rege as famílias multiespécie. Também existe a chamada “Teoria do apego”, advinda da Etologia, que estabelece que durante a relação intra e interespécies acontece um fenômeno denominado de *imprinting* (Bowlby, 1984, p. 26). Isto significa a existência de uma referência, ou aquilo que fica “impresso” no cérebro, como por exemplo a relação mãe\filho. Esta última ocorreria também entre animais humanos e não humanos, pois seria preciso a figura do apego para nos desenvolvermos e isto é facilmente detectado entre humanos e animais que convivem no mesmo ambiente familiar (Savalli; Brandão; Ades, 2018, p. 2).

Neste contexto, Farias (2020, p. 40) explica:

No que tange ao enquadramento das relações jurídicas da família na pós-modernidade, é fácil perceber ter havido uma ampliação da dimensão familiar, captando valores e vivências subjetivas, construindo um diálogo fecundo com os ramos do conhecimento, assumindo um caráter plural, aberto, multifacetado, gravitando ao redor do afeto e da solidariedade recíproca.

Os tutores tendem a humanizar o animal, tratando-o como filho e, com isso o pet acaba em alguns momentos se comportando de tal maneira para chamar a atenção da sua “mãe” ou “pai” humano, tal qual uma criança faria (Ainsworth; Bell, 1970, p. 52), em uma nítida demonstração de apego.

Interessante pesquisa aponta, inclusive, que a interação entre o pet e seu tutor estimula a produção de ocitocina em ambos. Segundo Ellen Fisher (1988, p. 14) “a produção deste hormônio em específico está diretamente ligada à criação do vínculo afetivo, e, consequentemente do apego”. A afetividade que liga humanos e pets, portanto, tem bases concretas.

Outro ponto que tem merecido destaque para embasar o pertencimento dos pets às famílias é o fato de que este é sim um sujeito de direito⁵. Peter Singer (1975), em sua obra *Libertação Animal*, destaca que os animais são seres “sencientes”, tendo capacidade de sentir dor, independentemente da espécie ou grau em que é sentida, provando assim que os animais possuem sensibilidade e consciência.

Singer (2004) ainda destaca que nenhum objeto é capaz de entender ou perceber os acontecimentos, pois não possuem vida, sendo concretos, inertes e, portanto, incapazes de sentir dor, ao contrário dos humanos e animais, que percebem e reagem aos estímulos do dia a dia, como dor e prazer, além de sono, fome e vontade de reproduzir.

Mas cabe ressaltar que não somente a afetividade determina que o pet é um membro integrante da família, havendo outros elementos que são necessários para caracterizar a família multiespécie, como a intimidade, ou seja, é preciso que haja convivência constante entre o animal e seu tutor e participação na rotina da casa, que são determinantes para a afetividade. Por exemplo, animais que são mantidos no quintal, ou área externa como um cavalo ou um porco, ainda que bem cuidados, não podem em um primeiro momento ser identificados como membros de uma família multiespécie, devendo ser analisado todo o contexto, como a existência do que se denomina de consideração moral. Por meio desta, existe toda uma preocupação do tutor para com o animal, como saúde, conforto, se está desconfortável, se sente frio ou calor excessivo, dentre outras variáveis.

Enfim, para a caracterização da família multiespécie é necessário que estejam presentes os elementos de afetividade, intimidade e a consideração moral, não bastando o fato do animal morar com o tutor, mas mais que isso, é preciso que tenha sido desenvolvido um laço afetivo, respaldado na convivência contínua, bem como demonstrações de afeto e preocupações em

⁵ Por sujeito de direito entende-se todo o ser ao qual o ordenamento jurídico atribui certos direitos.

relação ao bem-estar do animal.

4.O tratamento dado aos animais no ordenamento jurídico brasileiro

Com o advento da pós-modernidade e em consequência das transformações sociais que daí decorreram, verifica-se que algumas tradições e amarras, tão comuns no direito, devem ser rompidas, e surge a necessidade de que as leis acompanhem essa evolução e sofram oxigenação. Entretanto, muito mais que somente atualizar a legislação é preciso absorver o espírito das mudanças ocorridas no seio social (Dias, 2020, p. 44).

O tratamento dispensado aos animais, de forma geral, encontra seu principal alicerce no artigo 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal, que proíbe expressamente que os animais sejam submetidos a tratamentos cruéis. Eis o teor dessa norma:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:
§ 1º - Para assegurar a efetividades desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Também há previsões legislativas no âmbito administrativo, como atos que regulamentam o conceito e o registro de animal doméstico (Portaria nº 93, de 7/7/1998 do IBAMA e Decreto nº 8236/2014) e algumas constituições estaduais. Merece ser mencionada a Declaração Universal dos Direitos dos Animais – Unesco – ONU, de 1978 que estabeleceu várias orientações, ao considerar que todo animal possui direitos e que o desrespeito e descumprimento desses direitos leva o homem ao cometimento de crimes contra os animais e contra a própria natureza.

Retornando ao disposto na Constituição brasileira, fato marcante para a atuação na causa animal, foi quando o STF (Supremo Tribunal Feral), nossa maior Corte, enfrentou o conflito entre dois preceitos constitucionais, qual sejam, o conflito entre o direito dos animais de não serem submetidos a prática de maus tratos e o preceito que estabelecia o direito às manifestações culturais do povo, quando precisou decidir sobre a prática de vaquejadas (ADI 4.983, RE 153531) e briga de galo (STF -ADI: 1856 de 26/05/2011). O STF entendeu que deve prevalecer a tutela aos animais. Eis pequeno trecho da ementa de autoria do Relator Ministro Celso de Mello:

Essa especial tutela, que tem por fundamento legitimador a autoridade da Constituição da República, é motivada pela necessidade de impedir a ocorrência de situações de

risco que ameacem ou que façam periclitarem todas as formas de vida, não só a do gênero humano, mas, também, a própria vida animal, cuja integridade restaria comprometida, não fora a vedação constitucional, por práticas aviltantes, perversas e violentas contra os seres irracionais, como os galos de briga.

Mas, como nem tudo são flores, o Código Civil de 2002, legislação infraconstitucional, limita-se a tratar os animais como bens móveis, assim entendidos, conforme artigo 82, “os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social”. O artigo 445, por sua vez, prevê que os animais podem ser comercializados, havendo ainda um ou outro dispositivo que em linhas gerais consolidam o entendimento de que animal se equipara a coisa.

Naturalmente, com a evolução social que ocorre e mais ainda com a conscientização da causa animal, esse tratamento jurídico mostra-se ultrapassado e quiçá cruel, visto que “a tradicional percepção legal de animais de companhia como mera *res* não coincide mais com o sentimento social pós-moderno” e que “é natural que existam demandas judiciais relativa a custódia de animais de companhia” (Chaves, 2016).

O Poder Judiciário brasileiro tem proferido decisões que oscilam entre uma visão e outra: tratar os animais como coisas ou então concebê-los como entes que, embora desprovidos de personalidade jurídica, merecem um especial tratamento. A propósito, segue o trecho de um voto proferido pelo ministro Luis Felipe Salomão (STJ- Resp:1713167 de 19/06/2018) que corrobora para o entendimento sobre o tratamento jurídico dispensado aos animais, em especial ao animal doméstico:

O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade, não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato de o animal ser tido como de estimação, recebendo afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica.

Esta primeira parte do voto causa um certo mal-estar, porque corresponde à interpretação dogmática da letra da lei, e esta, por sua vez, deixa claro que os animais são simples coisas. E o que isso significaria? Neste contexto, os animais de estimação não seriam detentores de direitos e por conseguinte suas garantias não seriam suas, mas sim relacionadas aos direitos de seus tutores, e as discussões sobre eles levariam a institutos como a posse e a propriedade de coisas, tal como se daria em relação a um piano, um carro ou um celular.

Mas deve ser registrado que apesar da primeira parte do voto acima trazer a rigidez de uma legislação ultrapassada, na segunda parte em diante da decisão é possível perceber que o

Tribunal Superior está tentando entender a evolução social e admitindo, ao menos, a senciência dos animais:

[...] os animais de companhia possuem valor subjetivo único e peculiar, aflorando sentimentos bastante íntimos em seus donos, totalmente diversos de qualquer outro tipo de propriedade privada. Dessarte, o regramento jurídico dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets, visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade. [...] A ordem jurídica não pode, simplesmente desprezar o relevo da relação do homem com seu animal de estimação, sobretudo nos tempos atuais. Deve-se ter como norte o fato, cultural e da pós-modernidade, de que há uma disputa dentro da entidade familiar em que prepondera o afeto de ambos os cônjuges pelo animal. Portanto, a solução deve perpassar pela preservação e garantia dos direitos à pessoa humana, mais precisamente, o âmago de sua dignidade. 6. Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado. 7. Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal [...]. (STJ – Resp: 1713167- SP 2017/0239804-9, Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, data do julgamento: 19/06/2019, T4 – Quarta turma, data da publicação: Dje 09/10/2018)

Nessa decisão judicial, proferida por um importante tribunal brasileiro, admite-se a relevância social e por conseguinte se confere tutela jurídica ao vínculo afetivo entre animais humanos e animais de estimação, reconhecendo-se, ainda, a condição dos animais como seres sencientes, ou seja, dotados de sensibilidade.

4.1- Da guarda compartilhada dos animais de estimação

Objeto de grande discussão nos Tribunais brasileiros tem sido a questão que envolve a dissolução do casamento ou união estável e a guarda ou tutela compartilhada dos animais de estimação. Isto se deve ao fato, como já mencionado alhures, de existir uma ausência de legislação específica, o que faz com que juízes tenham que julgar embasados nos princípios gerais do direito e nos costumes, e com grande carga de subjetividade, para aplicação da guarda compartilhada prevista no Direito Civil brasileiro.

Tem-se entendido que é possível a aplicação do Código Civil, no que tange à guarda dos filhos, de forma analógica aos pets. Entretanto, há ressalvas de que o afeto tutelado é o sentido pelas pessoas que são parte na demanda, e a guarda e as visitas são definidas de acordo com o interesse destas partes e não do animal (Sousa, 2020). Nos termos da legislação civilista, a guarda é um instituto que tutela a criação da prole, referindo-se a deveres e obrigações dos pais e o denominado exercício do poder familiar, mesmo quando se encerrar o casamento ou união estável.

Cabe destacar que no Brasil a guarda dos animais não humanos, enquanto membros da família, pode ser classificada como unilateral ou compartilhada, sendo esta última a que tem sido mais pactuada nas decisões que versam sobre animais de estimação. Trazendo essa figura para a guarda dos pets, a principiologia deve ser a mesma aplicado para a prole humana, ou seja, deve ser observado o direito-dever dos tutores, que possuem o direito de manter o animal junto de si, e o dever de exercer a vigilância sobre ele, além da sua manutenção, bem-estar e segurança.

Ao definir a guarda, a necessidade do animal e o direito de convivência dos tutores deve ser observado, entretanto, devem os magistrados levar em consideração o grau de afetividade e afinidade do ex-casal ou ex-companheiros com o pet, e, também as condições econômicas, emocionais e físicas dos tutores, visando o melhor estilo de vida ao animal. Neste sentido, as palavras de Ximenes e Teixeira (2017):

[...] o melhor interesse do animal deve ser observado pelo juiz no caso concreto, analisando as condições de vida, a disponibilidade da pessoa para cuidar do animal, afeição, entre outros fatores. A aplicação desse princípio deve ser baseada em considerar que os animais são seres sensíveis, que possuem sentimentos e retribuem o afeto aos seus donos (Ximenes; Teixeira, 2017, p. 82-83)

A criação de um animal de estimação é muito mais que oferecer abrigo, alimentação, lazer, mas também é de ser considerado o acompanhamento da saúde e, para tanto, há custos para a manutenção de tudo isso, e o que tem sido decidido pelos juízes é uma divisão dessas despesas, na proporção dos recursos dos tutores, de forma análoga ao que o Código Civil estabelece para os filhos.

Mas o que seria a guarda compartilhada propriamente dita? Em primeiro lugar cabe destacar que a guarda compartilhada é aquela que, como o próprio nome diz, é exercida por ambos os genitores simultaneamente, e as decisões, direitos e deveres para com os filhos humanos são tomadas de forma igualitária. Naturalmente, esse tipo de instituto só é passível de aplicação em caso de harmonia entre os ex casais ou ex-companheiros, já que o que deve prevalecer é o bem estar e o interesse dos filhos humanos, com uma divisão justa de funções e tarefas.

A aplicação análoga deste instituto para os casos em que a questão a ser resolvida é a tutela e guarda de um animal de estimação, tal como quando se está analisando a guarda de filhos humanos, aqui com os pets, deverá haver uma residência fixa, ou seja, o animal deve viver na casa de apenas um tutor, mas como se pressupõe que o compartilhamento provem de uma boa relação entre os ex casais ou companheiros, aquele que não detém a guarda poderá ter livre acesso ao pet, bem como a possibilidade de participar da rotina do mesmo (Gonçalves,

2017).

Assim, pela guarda compartilhada ambos os tutores seriam responsáveis pelo animal de estimação, com a preservação dos laços criados entre eles e o pet e, ambos os tutores exercem a gestão e os cuidados, bem como as despesas com o mesmo são divididas de forma igualitária.

4.2 – Da guarda alternada

Como destacamos no início desse trabalho, a lacuna da lei e a necessidade de enfrentamento do tema pelos magistrados, faz com que haja uma parcela de subjetividade nas decisões judiciais e, a depender do caso concreto, o que se vê em algumas decisões pelo país é também a adoção da guarda alternada. Como o próprio nome indica, há uma alternância de residência em determinados dias, portanto, não havendo uma residência com apenas um genitor. Como vimos acima, quando mencionamos as espécies de guarda no Brasil, esta modalidade não é prevista na legislação brasileira, e também não deve ser confundida com a guarda compartilhada, pois nesta há uma casa principal, onde se vive com um dos genitores.

Este tipo de guarda não é muito adotado pelos juízes no Brasil para proles humanas, isto porque não seria benéfico para a criança as diversas mudanças que ocorreriam em sua rotina, ora na casa de um ora na casa de outro. Entretanto, como o objetivo deste trabalho é a reflexão sobre como tem sido enfrentado o problema da tutela dos animais após o rompimento do casamento ou união estável, é necessário também trazer esta outra hipótese que tem sido usada pelos magistrados. Enquanto para filhos humanos essa modalidade de guarda não é considerada a ideal em razão da dinâmica de mudanças, isto não ocorre com animais de estimação, razão pela qual muitos juízes, nas ações de separação e sobretudo se o animal é canino, tem usado essa modalidade de guarda. Tem-se, por exemplo, deixado 15 dias com um tutor e os demais 15 dias no caso do outro, com a divisão proporcional das despesas.

5. Considerações finais

De todo o exposto, fica a certeza de que a legislação civilista está ultrapassada e merece ser reformada, em especial no que concerne à tutela dos animais. Isso se faz necessário e com certa urgência haja visto que é inconteste que o Código Civil de 2002 é a principal fonte normativa usada para se negar aos animais a qualidade de sujeitos de direito, e com isso ser o embasamento legal para um tratamento digno.

O artigo 82 do Código Civil, que fiz referência no corpo deste trabalho, e estabelece que “são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômica-social”, não faz nenhuma referência aos

animais. Entretanto, aludido artigo que dá o enquadramento legal para tratar os animais como *res* e, em nenhum lugar da legislação civilista, existe a definição jurídica de animais, na contramão do que já existe em vários códigos civis europeus.

O que se vislumbra claramente é que o Código Civil de 2002 perdeu a oportunidade de se atualizar com as tendências mundiais que dão aos animais o tratamento não mais de coisas, o que é lamentável. Finalmente, em 2023, o presidente do Senado, instituiu uma comissão de juristas com o fito de revisão e atualização do Código Civil, estando na presidência o Ministro Luis Felipe Salomão que traz uma grande esperança de uma atualização o mais próximo possível do ideal, pois, como também inserido neste trabalho, o Ministro Salomão tem uma visão que já se coaduna com a aceitação da senciência dos animais, devendo com certeza mais existir a concepção patrimonialista do passado.

Em 05 de abril de 2024, a comissão encerrou parte dos trabalhos com a participação de grandes juristas e no que tange a causa animal obteve-se algum avanço. A natureza jurídica dos animais na reforma do Código Civil teve a proposta aprovada com o seguinte teor:

Art. 91- A. Os animais são seres vivos sencientes e passíveis de proteção jurídica própria, em virtude da sua natureza especial.

§1º A proteção jurídica prevista no caput será regulada por lei especial, a qual disporá sobre o tratamento físico e ético adequado aos animais;

§ 2º Até que sobrevenha lei especial, são aplicáveis, subsidiariamente aos animais as disposições relativas aos bens, desde que não sejam, considerando a sua sensibilidade, incompatíveis com a sua natureza.

Isto significa que houve um grande avanço com o reconhecimento da senciência dos animais o que é motivo de comemoração que pode a princípio parecer um pequeno passo mas, sem dúvida, com grande significado.

Também no mesmo anteprojeto do futuro Código Civil, houve o reconhecimento da convivência compartilhada bem como a obrigação de repartir as despesas advindas dos animais de estimação após a separação, havendo inegavelmente um progresso no próprio direito de família. Sendo assim, podemos observar que, ainda que falte um Estatuto dos Animais, estar-se-á diante de um movimento crescente que sinaliza que os operadores do direito estão finalmente enfrentando a questão social que envolve os pets, para que haja efetivamente uma proteção ao interesse dos animais de estimação com tratamento como seres sencientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Jones Figueirêdo. **A doutrina da família multiespécie e a identidade animal**. Direito UNIFACS–Debate Virtual, n. 249, 2021.
- BELCHIOR, Germana Parente Neiva; DIAS, Maria Ravelly Soares. **Os animais de estimação como membros do agrupamento familiar**. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v.15. p. 52, 2020, Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/38788/21900>. Acesso em 08 abr. 2024.
- BOWLBY, Jonh. **Teoria do Apego**. 1 v. Martins Fontes: São Paulo, 1984.
- CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável: reconhecimento da família multiespécie?** Direito UNIFACS – Debate virtual, n. 187, 2016.
- DELARISSA, Fernando Aparecido. **Animais de estimação e objetos transicionais: uma aproximação psicanalítica sobre a interação criança-animal**. Assis: UNESP, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia); Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003.
- DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva**. 3. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- DIAS, Edna Cardoso. **Os animais como sujeito de direito**. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v.1, n. 1, p. 119-121, jan. 2006.
- ELLSON, T. Can we live without a dog? Consumption life cycles in dog–owner relationships. Journal of Business Research, v. 61, n. 5, p. 565-573, 2008.
- FARACO, Ceres Berger. **Interação Humano-Cão: O social constituído pela relação interespécie**. Porto Alegre: PUC, 2008. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**, - Ed. 12
- FRANCIONE, Gary. **Introdução aos direitos dos animais**. Campinas: Unicamp, 2013.
- GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara/Koogan, 1989.
- GONÇALVES, Danusa Balthazar de Andrade. **Curso de Direito de uma Instituição de Ensino Privado sobre questões ambientais e legislativas**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2005.
- MÓL, Samylla; VENANCIO, Renato. **A proteção jurídica aos animais no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira de; OLIVEIRA, Luiza Santana. Família multiespécie: aspectos jurídicos da guarda compartilhada dos animais de estimação após a dissolução do casamento ou da união estável. **Revista Conversas Civilísticas**, v. 3, n. 1, p. 24-47, 2023.
- REGAN, Tom. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre: Lugano, 2006.
- SANTOS, Andreia de Oliveira Bonifácio. **A família contemporânea brasileira à luz do direito animal**. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2019.
- SAVALLI, Carine; BRANDÃO, Mascarenhas; ADES, César. **Quando o cão e o ser humano se apegam um ao outro**. 2018.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o Fundamento da Moral**. Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- SINGER, Peter. **Libertação animal: o clássico definitivo sobre o movimento pelos direitos dos animais**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- SOUSA, José Franklin de. **Direito Animal**. [S.I.:s.n.], 2020. E-book.
- TORRENS, K. M. I can get any job and feel like a butterfly! Symbolic violence in the TV advertising of Jenny Craig. **Journal of Communication Inquiry**, v. 22, n. 1, p. 27-47, 1998.

VIEIRA, Tereza Rodrigues; CARDIN, Valéria Silva. Antrozoologia e Direito: o afeto como fundamento da família multiespécie. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, v. 3, n.1, p. 127-141, 2017.

VIZACHRI, Tania Regina. **Animais humanos ou humanos animais?: um estudo sobre a representação dos animais antropomorfizados nos filmes de animação**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

XIMENES, Luara Ranessa; TEIXEIRA, Osvânia Pinto Lima. **Família multiespécie: o reconhecimento de uma nova entidade familiar**. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/249>. Acesso em 10 abr. 2024.

LIBERTOS, MAS NÃO LIVRES: A EXCLUSÃO SOCIAL DOS EX- ESCRAVIZADOS NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO

FREED, BUT NOT FREE: THE SOCIAL EXCLUSION OF FORMER SLAVES IN POST-
ABOLITION BRAZIL

Lúcia Helena Gaeta Aleixo¹

RESUMO

Este artigo analisa o complexo e muitas vezes negligenciado processo de inserção social dos ex-escravizados no Brasil após a abolição da escravidão em 1888. Apesar do fim formal do regime escravista por meio da Lei Áurea, não foram implementadas políticas públicas que garantissem a inclusão econômica, educacional ou social da população libertada. A pesquisa aborda aspectos como a exclusão do sistema educacional, a marginalização urbana racializada, a resistência e influência da cultura afro-brasileira, o surgimento dos movimentos sociais negros e o desenvolvimento gradual de políticas reparatórias ao longo dos séculos XX e XXI. A análise revela que o período pós-abolição foi marcado pelo abandono estatal e pela consolidação do racismo estrutural, fatores que moldaram desigualdades sociais persistentes. Ao compreender essas dinâmicas históricas, o artigo contribui para o debate sobre justiça racial e a luta contínua por igualdade na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Brasil pós-abolição; desigualdade racial; resistência negra; política pública; racismo estrutural; história afro-brasileira.

ABSTRACT

This article examines the complex and often neglected process of social integration of formerly enslaved individuals in Brazil after the abolition of slavery in 1888. Despite the formal end of slavery through the Lei Áurea, no accompanying public policies were implemented to ensure the economic, educational, or social inclusion of the freed population. The study explores key areas such as exclusion from education, racialized urban marginalization, the resilience and influence of Afro-Brazilian culture, the emergence of Black social movements, and the gradual development of reparation policies in the 20th and 21st centuries. The analysis reveals that the post-abolition period was marked by systemic neglect and structural racism, shaping long-lasting social inequalities. By understanding these historical dynamics, the article contributes to the broader debate on racial justice and the ongoing struggle for equality in Brazilian society.

Keywords: post-abolition Brazil; racial inequality; Black resistance; public policy; structural racism; Afro-Brazilian history.

¹ Doutora em História Econômica, pela Universidade de São Paulo- USP, Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, atualmente professora do Centro Universitário de Várzea Grande.

Introdução

A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 foi celebrada como o marco jurídico do fim da escravidão no Brasil. No entanto, a abolição não significou a integração automática da população negra liberta à cidadania plena, tampouco garantiu acesso à terra, trabalho digno ou políticas públicas de inclusão. Em Mato Grosso, uma província marcada pela economia agrária extensiva, baixa densidade populacional e limitada presença do Estado imperial, o processo pós-abolicionista assumiu características específicas que desafiam as interpretações mais homogêneas da história nacional.

Apesar do fim legal da escravidão, a realidade da liberdade foi atravessada por continuidades estruturais que mantiveram os ex-escravizados em condições de subordinação. Práticas como a servidão por dívida, o trabalho compulsório e o clientelismo persistiram, muitas vezes sustentadas por uma elite agrária resistente a mudanças. Ao mesmo tempo, homens e mulheres negros buscaram construir novas formas de existência, reorganizando suas vidas por meio do trabalho, da formação de comunidades e da reconstrução de vínculos sociais e culturais (VOSNE MARTINS, 2020).

Há de se lembrar, ainda, que durante todo o período de intensa exploração aurífera em Mato Grosso, a utilização da mão de obra livre também desempenhou um papel importante para o colonizador português. Desprovida de recursos, essa mão de obra atendeu aos interesses da economia colonial, sendo relegada à condição de desclassificada social. O homem livre foi transformado em colono, submetido a um processo contínuo de pauperização e, sobretudo, de expropriação no que diz respeito ao uso da terra.

Importa destacar que essa força de trabalho continuou a servir aos interesses dos proprietários de terra, especialmente após a abolição da escravidão. A crescente expropriação fundiária consolidou o poder dos coronéis — grandes proprietários detentores de vastos recursos : *que passaram a impor sua autoridade e controle sobre os governos locais.* (ALEIXO, 2003).

Este artigo propõe uma análise crítica do período pós-abolição em Mato Grosso, com ênfase nas contradições entre a liberdade formal e a realidade concreta vivida pelos

libertos entre 1888 a 1940. A escolha desse recorte temporal permite observar não apenas os impactos imediatos da abolição, mas também seus desdobramentos durante a Primeira República, culminando nos anos que antecedem a Revolução de 1930, quando novos projetos nacionais e regionais começaram a ser articulados.

Mais ainda, compreender os desafios enfrentados pelos ex-escravizados em Mato Grosso após a abolição, bem como as estratégias de resistência e os mecanismos de exclusão social que caracterizaram esse processo. Objetivamos investigar as formas de inserção dos libertos no mercado de trabalho; analisar as reações das elites e do Estado frente à nova ordem social; e discutir o apagão histórico da experiência negra na memória regional.

O propósito é utilizar as fontes primárias — como documentos oficiais, registros judiciais e periódicos — e as fontes secundárias, incluindo a produção historiográfica nacional e mato-grossense. A abordagem segue os pressupostos da história social, buscando dar voz aos sujeitos historicamente marginalizados e recuperar aspectos silenciados do passado. (ALEIXO, 2003). Assim, este trabalho busca compreender como se construiu — ou se negou — a liberdade no Brasil pós-escravocrata, com ênfase nas particularidades regionais de Mato Grosso.

A ABOLIÇÃO FORMAL E SEUS LIMITES PRÁTICOS

Durante todo século XVIII grande parte da riqueza da Capitania de Mato Grosso provinha das minas que por sua vez era frequentada por pessoas de todos os tipos desde garimpeiros que vinham de outras paragens para tentar a sorte e enriquecer, a negros escravos e forros que consistiam a mão de obra necessária para a labuta diária na garimpagem do ouro. (LAPA, 1970)

A Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, representou o fim legal da escravidão no Brasil, mas na prática não assegurou aos libertos meios concretos de inserção econômica e social. Em Mato Grosso, como em outras províncias, a abolição foi recebida com resistência velada pelas elites locais, que perderam a base da mão de obra gratuita sem qualquer indenização. Em contrapartida o Estado não ofereceu políticas públicas de apoio à população liberta, o que agravou sua vulnerabilidade.

Práticas como a "vadiagem" passaram a ser criminalizadas, numa tentativa de controlar e reprimir a mobilidade dos ex-escravizados. Há relatos descritos em Autos Criminais que em Cuiabá¹ no final do século XIX que negros libertos foram acusados de

vadiagem por estarem “*andando sem ofício*” ou “*frequentando tavernas*”. Nos Relatórios dos Presidentes do Estado há sugestão de conter a indisciplina dos negros apontando a necessidade da criação de Códigos de Postura mais rígidos especialmente para atender as “*faltas dos libertos escravos*”. O Jornal O Matto-Grosso noticiava prisões de copeiras e vadios. (Edição de 1890). No final do século XIX, a imprensa mato-grossense se consolidou como um dos principais instrumentos de intervenção política e social. Em um estado marcado pela distância dos grandes centros do país e por uma economia ainda baseada no extrativismo, na pecuária e no comércio fluvial, os jornais funcionavam como arenas de debate sobre os rumos da província. (MENDONÇA, 2002)

Em Cuiabá e Corumbá, principalmente, os periódicos não apenas divulgavam notícias, mas também representavam grupos políticos específicos, como os liberais, conservadores e, posteriormente, republicanos. A imprensa foi fundamental para preparar o terreno ideológico que culminou na adesão local ao regime republicano, proclamado em 1889. (MENDONÇA, 2002).

A elite mato-grossense reagia à abolição buscando reconfigurar a coerção do trabalho dentro da legalidade. A exemplo do ARTIGO 399 do *Código Penal de 1890* que ampliou a definição de vadiagem considerando *o vadio aquele que, não exercendo profissão ou ofício, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo, entrega-se à ociosidade*. Assim o vadio *seria condenado à prisão celular por quinze a trinta dias e, em caso de reincidência, poderá ser deportado para colônias penais por um a três anos*. Em **1893 o Decreto nº 145** autorizava a prisão de “*vadios, vagabundos e capoeiras*”, permitindo seu envio para colônias penais. Essa medida reforçava a repressão estatal sobre a população negra, associando práticas culturais e condições socioeconômicas à criminalidade.

A pesquisadora Manuela Abath, professora de direito na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), explica:

No início do capitalismo, a criminalização da vadiagem serviu de instrumento disciplinador para que as pessoas aprendessem à força os hábitos e os comportamentos de proletário, de trabalhador fabril. Várias teorias no campo da criminologia entendem que as prisões modernas surgiram com esse mesmo propósito correcional de reduzir as pessoas, nas palavras do filósofo Michel Foucault, a “corpos politicamente dóceis e economicamente úteis”. (Agência Senado)

Nos anos iniciais pós abolição da escravidão o maior objetivo da criação de leis específicas para os libertos era demonstrar a eles *que estariam sendo constantemente vigiados e que poderiam ser presos a qualquer momento.* (Manuela Abath, para Agência Senado).

A vigilância sobre a população de ex-escravos se mantinha através do uso de outros mecanismos, um deles era o controle exercido por meio de dívidas e contratos leoninos impostos através das relações de trabalho. Muitos senhores transformaram antigos escravos em trabalhadores livres, mas aplicavam cláusulas abusivas nos contratos, dificultando a autonomia dos trabalhadores. Por outro lado, a muito, senhores pregavam a substituição da mão escrava pelo imigrante europeu empobrecido devido as difíceis condições de trabalho e sobrevivência naquele momento na Europa. Muitos alegavam a necessidade de um branqueamento da população associados que estavam a ideias racistas e preconceituosas.

No Brasil, a abolição da escravidão e as subsequentes reconfigurações sociais inscreveram-se em dinâmicas regionais profundamente heterogêneas, resultantes de condicionantes econômicas, demográficas e territoriais específicas (REIS, 2003; MATTOS, 1998). No Nordeste, a desagregação do regime escravista ocorreu de maneira relativamente precoce, impulsionada, em larga medida, pelo intenso deslocamento de cativos para o Sudeste através do tráfico interno, fenômeno que reconfigurou profundamente as estruturas produtivas e as relações sociais em ambas as regiões (BARBOSA, 2010).

Particularmente no Vale do Paraíba — espaço de ocupação consolidada desde as primeiras décadas do século XIX —, predominavam unidades escravistas marcadas por relativa estabilidade, sustentadas pela reprodução biológica da população cativa e pela fixação multigeracional dessa força de trabalho (SCHWARCZ, 1993). Em contrapartida, nas fronteiras agrícolas da cafeicultura paulista, caracterizadas pela expansão acelerada e pela incorporação sistemática de novos contingentes de trabalhadores, a disciplinarização e a integração dos recém-chegados representaram desafios significativos à organização do trabalho e ao exercício do controle social, revelando as tensões estruturais que marcaram os processos de mobilização da mão de obra no limiar da abolição (SANTOS, 2012; MOTA, 2014).

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi ainda mais dificultado pela política imigratória adotada pelas elites brasileiras, que favoreceram a

vinda de trabalhadores europeus — especialmente italianos, alemães e portugueses — para ocupar as vagas no setor agrícola. A preferência pelos imigrantes estava baseada em ideias racistas de branqueamento da população e suposta superioridade produtiva, o que aprofundou a marginalização da população negra. (SCHWARCZ,1993).

Segundo Hasenbalg (1979), a preferência pelas correntes imigratórias europeias constituiu um mecanismo de exclusão socioeconômica da população negra, que, após a abolição, foi sistematicamente marginalizada do mercado de trabalho e das políticas públicas de integração nacional.No meio rural, muitos libertos permaneceram nas fazendas onde antes haviam sido escravizados, agora como trabalhadores assalariados temporários, meeiros ou moradores. Essas modalidades de trabalho, embora formalmente livres, mantinham os ex-escravizados em uma posição de dependência econômica e social, muitas vezes com contratos injustos e condições de vida precárias. A permanência no campo não garantia estabilidade nem autonomia, e muitos continuaram submetidos à exploração dos antigos senhores.

A abolição não eliminou as formas coercitivas de trabalho, mas apenas as ressignificou. O controle dos trabalhadores passou a se dar, sobretudo, por meio de mecanismos econômicos, como o crédito e a dívida, e de práticas políticas clientelistas que asseguravam a dominação dos grandes proprietários sobre a população pobre e livre.”
— (CARDOSO, JOSÉ LUIS. 2010, p. 147)

Cumprir destacar que, ao longo de todo o período de intensa exploração aurífera em Mato Grosso, a utilização da mão de obra livre constituiu um elemento funcional à lógica da colonização portuguesa. (ALEIXO,1980). Privados de recursos econômicos e jurídicos, esses trabalhadores foram incorporados à dinâmica produtiva colonial como sujeitos socialmente desqualificados, compondo aquilo que Marx (2011) denominaria de “exército industrial de reserva”, cuja função era garantir a expansão da acumulação primitiva e assegurar a continuidade da exploração econômica.

Convertidos em colonos, esses indivíduos foram submetidos a um processo sistemático de pauperização e, sobretudo, de expropriação no que concerne ao acesso e uso da terra, fenômeno caracterizado por Harvey (2004) como “acumulação por espoliação”. Tal dinâmica, estrutural ao sistema colonial, perpetuou-se mesmo após a abolição da escravidão, quando a mão de obra livre continuou a servir aos interesses dos grandes proprietários fundiários.

Nesse contexto, a intensificação dos processos expropriatórios contribuiu para a formação e o fortalecimento de uma elite agrária — os coronéis —, cuja concentração de recursos materiais e simbólicos lhes permitiu exercer um controle hegemônico sobre as estruturas de poder político e administrativo local. Conforme salienta Martins (1981), o poder dos coronéis consolidou-se a partir de uma ordem social baseada na violência simbólica e material, garantindo-lhes o monopólio do mando e da terra.

Assim, a expropriação da mão de obra livre e o fortalecimento do poder coronelista constituíram elementos centrais na conformação das estruturas sociais e políticas regionais, perpetuando desigualdades históricas e a concentração fundiária que marcaram o Brasil rural.

“O poder coronelístico não era apenas uma expressão econômica, mas um complexo sistema de dominação social e política, no qual o proprietário fundiário exercia autoridade quase absoluta sobre os trabalhadores, configurando verdadeiros 'Estados privados' no interior do país. (MARTINS,1981).

Como exemplo emblemático desse processo de manutenção e ressignificação das estruturas de dominação no pós-abolição, destaca-se a Usina de Itaici, fundada em 1890 pelo coronel Antônio Paes de Barros, figura proeminente da elite agrária mato-grossense. A usina consolidou-se como uma das principais produtoras de açúcar da região, inserida no contexto da modernização conservadora que marcou o avanço do capitalismo agrário no Brasil, sobretudo a partir da transição do trabalho escravo para formas juridicamente livres, mas socialmente coercitivas.

A organização do trabalho na Usina de Itaici, embora baseada formalmente na mão de obra livre, reproduzia relações profundamente marcadas pela dependência pessoal, pelo clientelismo e pelo controle patriarcal. O proprietário exercia sobre os trabalhadores um poder que extrapolava a esfera econômica, configurando uma dominação que se estendia à vida social, política e até mesmo subjetiva dos indivíduos, constituindo o que Martins (1981) conceitua como um "pequeno Estado medieval". Nesse modelo, as relações de trabalho aproximavam-se das práticas características do sistema escravista, especialmente pela imposição de mecanismos de coerção indireta, sendo frequentemente descritas como formas de “escravidão branca” ou de “semi-servilismo” (SANTOS, 2017).

Os trabalhadores da Usina de Itaiçi viviam em condições precárias, habitando moradias insalubres, submetidos a jornadas extenuantes e à vigilância constante. Não raramente, eram alvo de abusos físicos e morais, o que os levava a procurar refúgio em Cuiabá, onde, conforme relatam fontes históricas, buscavam denunciar os maus-tratos e reivindicar formas mínimas de proteção e liberdade. Tais movimentos, entretanto, esbarravam na conivência das autoridades locais, frequentemente alinhadas aos interesses dos grandes proprietários, e na fragilidade das instituições públicas no que tange à garantia dos direitos dos trabalhadores no meio rural.

Além disso, a Usina de Itaiçi fazia uso sistemático do chamado sistema de crédito e dívida, mecanismo amplamente disseminado no Brasil rural pós-escravista, que consistia na antecipação de recursos financeiros ou mercadorias aos trabalhadores, vinculando-os contratualmente e, sobretudo, economicamente ao proprietário. Esse sistema, descrito por Cardoso (2010) como um instrumento eficaz de controle social e econômico, criava uma dependência estrutural que impedia a mobilidade dos trabalhadores e perpetuava sua sujeição.

Esse modelo revela a permanência de formas arcaicas de exploração no interior do capitalismo brasileiro, indicando a incapacidade do Estado e da sociedade de efetivar uma ruptura substantiva com os padrões escravistas após a Abolição. Ao contrário, o que se observa é a rearticulação dessas práticas sob novas roupagens, que garantiram a continuidade da concentração fundiária e da dominação das elites locais — os coronéis — sobre as populações trabalhadoras, especialmente no interior do país. Como bem analisa Fausto (2006), esse processo de modernização conservadora impediu a emergência de relações de trabalho pautadas pela igualdade jurídica e pela cidadania plena, mantendo largos contingentes populacionais sob condições de exploração e sujeição.

Assim, a Usina de Itaiçi constitui um caso paradigmático da forma como as elites agrárias, utilizando-se de estratégias legais e extralegis, conseguiram manter seu poder político e econômico, moldando a estrutura social regional e perpetuando desigualdades históricas que ainda hoje reverberam no espaço rural brasileiro. Desse modo, a Usina de Itaiçi não apenas exemplifica a perpetuação das estruturas de dominação fundiária e laboral no Brasil pós-escravista, mas também evidencia as formas cotidianas de resistência empreendidas pelos trabalhadores rurais frente a esse regime de coerção. A busca por refúgio em Cuiabá, as denúncias de maus-tratos e as tentativas de romper com a dependência econômica demonstram que, mesmo inseridos em um sistema

profundamente desigual, os trabalhadores não se resignaram completamente à sua condição subalterna. Como apontam Thompson (1987) e Scott (2008), as resistências camponesas podem assumir formas sutis e fragmentadas, desde a fuga e a negociação até práticas silenciosas de desobediência, compondo um repertório variado de ações que contestam, ainda que parcialmente, as estruturas de poder. Assim, a experiência da Usina de Itaiçi revela não apenas a capacidade adaptativa do sistema coronelista, mas também a agência dos sujeitos subalternos, cuja luta por autonomia e dignidade inscreve-se na longa trajetória de resistência à opressão no meio rural brasileiro.

Nas áreas urbanas, os libertos encontraram novas formas de inserção econômica, embora majoritariamente em atividades informais e de baixa remuneração. Tornaram-se carregadores, vendedores ambulantes, pedreiros, artesãos, lavadeiras, cozinheiras, entre outras ocupações manuais e instáveis. O serviço doméstico, em particular, foi uma das principais fontes de trabalho para mulheres negras libertas, reproduzindo hierarquias de gênero e raça herdadas do regime escravocrata. (nota

Além disso, diante da exclusão e das dificuldades para se manterem nas estruturas dominantes, muitos libertos optaram por criar ou integrar comunidades negras autônomas, tanto no campo quanto na cidade. Essas comunidades, muitas vezes formadas a partir de quilombos remanescentes ou de ocupações de terras devolutas.

Em contrapartida, muitos libertos resistiram ativamente às imposições autoritárias e às práticas abusivas de seus antigos senhores, buscando construir alternativas de autonomia e sobrevivência. Para tanto, formaram comunidades negras em terras devolutas ou em regiões afastadas dos centros de poder, dando continuidade a uma tradição histórica que remonta aos quilombos formados durante o período escravista. Essas comunidades, muitas vezes denominadas quilombos ou comunidades rurais negras, estruturaram-se com base na produção de gêneros agrícolas de subsistência e na constituição de sólidas redes de solidariedade e apoio mútuo, fundamentais para a reprodução material e simbólica desses grupos. Como enfatiza Arruti (2006, p 118), “*os quilombos contemporâneos são formas de resistência e de construção identitária que se mantêm vivas, ressignificando a história da luta contra a escravidão e o racismo*”

A constituição dessas comunidades não pode ser compreendida apenas como uma resposta espontânea às dificuldades socioeconômicas do pós-abolição, mas sobretudo como um gesto político de resistência frente à tentativa de perpetuação das relações de subordinação e exploração da mão de obra negra. Segundo Almeida (2019, p.63), “*a criação de espaços autônomos por parte dos negros libertos é uma das expressões mais*

contundentes da luta contra o racismo estrutural, que buscou relegá-los à marginalização após a abolição”

A trajetória dessas comunidades insere-se no processo mais amplo de reconhecimento jurídico e político dos quilombos no Brasil contemporâneo, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, cujo ARTIGO 68 das Disposições Constitucionais Transitórias assegura o direito à propriedade das terras por elas tradicionalmente ocupadas. Esse reconhecimento legal, embora tardio, resultou de um longo histórico de mobilizações sociais e disputas por legitimidade, como destaca O'Dwyer (2002, p 45): *“o reconhecimento jurídico dos quilombos representa uma vitória parcial, mas significativa, dos movimentos negros e das comunidades tradicionais na luta pelo direito à terra e ao território”*

Assim, essas experiências não apenas expressam estratégias de sobrevivência, mas também constituem formas de insurgência e afirmação política, cultural e territorial que questionam e enfrentam as estruturas raciais e econômicas excludentes do Brasil pós-abolicionista.

Mesmo diante da liberdade uma parcela significativa de libertos se viu obrigada a aceitar condições de trabalho extremamente precárias, muitas vezes em regime semelhante ao da escravidão, como o sistema de "parceria" ou o endividamento compulsório. Outros migraram para áreas urbanas ou mesmo para região de fronteiras em busca de melhores oportunidades e muitas vezes para fugir da repressão e controle de seus antigos senhores.

A abolição em Mato Grosso, como em outras partes do Brasil, foi um processo formal e incompleto, que não significou a integração plena da população negra na sociedade. As elites se adaptaram para manter o controle sobre o trabalho, e os libertos tiveram que enfrentar um novo tipo de opressão, agora travestida de liberdade legal. Suas estratégias de resistência e sobrevivência revelam a capacidade de agência diante de um sistema que continuou excludente. A compreensão desses desdobramentos é essencial para analisar as raízes históricas das desigualdades sociais e raciais ainda presentes na região.

Mesmo após a abolição, diversas práticas associadas ao regime escravista permaneceram presentes no mundo do trabalho, e a legislação foi mobilizada como instrumento para criminalizar a população negra. Dessa forma, evidencia-se que, por

meio de mecanismos como o endividamento, o cerceamento da mobilidade e a violência física e simbólica, muitos libertos continuaram sendo submetidos a formas de exploração, frequentemente disfarçadas sob a aparência de trabalho livre, mas que, na prática, reproduziam o caráter compulsório e coercitivo do antigo sistema escravista (CHALHOUB, 2012; DOMINGUES, 2017; ALONSO, 2015).

Assim destacamos que por meio de mecanismos como dívidas cerceamento da mobilidade e violência física ou simbólica, muitos libertos continuaram sendo explorados por meio do trabalho compulsório disfarçado.

O sistema de crédito e dívida, ao invés de proporcionar autonomia ao trabalhador, converteu-se em um instrumento de coerção econômica, atando-o à propriedade e impedindo sua mobilidade, reproduzindo vínculos de dependência típicos do período escravista.”

— (Bezerra, Marcos. Clientelismo e poder político no Brasil rural, 2001, p. 73)

Mais ainda, as assimetrias raciais no Brasil diante do mercado de trabalho demonstram que os negros libertos foram sistematicamente excluídos das melhores oportunidades e permaneceram à margem da sociedade, o que reforçou a herança estrutural da escravidão. Continuou persistindo o racismo institucional com a negação de direitos básicos, como o acesso à terra, educação e justiça mantendo os libertos em condições de ex-escravizados.

A integração dos ex-escravizados na sociedade brasileira após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, foi marcada por abandono estatal, exclusão social e racismo estrutural. A Lei Áurea acabou com a escravidão formalmente, mas não veio acompanhada de políticas públicas para garantir a inclusão dos ex-escravizados na sociedade como cidadãos de pleno direito.

Houve uma ausência de reparações ou políticas de inclusão como aconteceu em outros países que passaram por processos de abolição, como os Estados Unidos com a reconstrução (ainda que limitada), o Brasil não ofereceu terra, educação, emprego formal, moradia, etc. Tudo isso deixou a população negra recém liberta em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica. Sem acesso à terra ou ao crédito, muitos ex-escravizados foram forçados a continuar trabalhando nas mesmas fazendas onde haviam sido escravizados, agora como trabalhadores livres, mas em condições extremamente precárias, como meeiros ou jornaleiros.

Logo após a abolição, a educação permaneceu inacessível à maioria da população negra. O sistema educacional brasileiro era limitado, elitista e pouco preocupado em integrar os libertos. Muitas escolas públicas excluía, direta ou indiretamente, crianças negras, reforçando a marginalização dessa população.

Como resultado, os ex-escravizados foram mantidos à margem do conhecimento e das oportunidades profissionais e políticas. A alfabetização e o acesso à educação de qualidade só começaram a se ampliar com as lutas do movimento negro e com as políticas de inclusão do final do século XX e início do século XXI.

A população negra recém-liberta, desprovida de acesso à terra e a moradias dignas, foi sistematicamente empurrada para as periferias, morros e cortiços das principais cidades do país, como Rio de Janeiro e Salvador. As reformas urbanas, empreendida por Pereira Passos, no Rio de Janeiro, promoveram a expulsão das camadas populares dos centros urbanos, impulsionando a formação das primeiras favelas².

Esse modelo de urbanização se consolidou mediante um processo de segregação espacial e racial, no qual a cidade moderna foi estruturada com base na marginalização dos grupos negros e pobres, configurando desigualdades territoriais que ainda hoje marcam o tecido urbano brasileiro³. Como destaca Holston (2008), a urbanização no Brasil produziu “cidadanias diferenciadas”, restringindo o acesso aos direitos urbanos às elites brancas e relegando os grupos racializados a espaços precarizados⁴.

Apesar das tentativas históricas de silenciamento e exclusão, a cultura afro-brasileira resistiu e se reinventou, afirmando-se como elemento constitutivo das identidades urbanas e da vida cultural nacional. Segundo Munanga (2003), “*a resistência cultural dos afrodescendentes constitui uma das mais vigorosas respostas às estratégias de exclusão e apagamento impetradas pelo projeto modernizador brasileiro*”⁵.

As religiões de matriz africana foram perseguidas e criminalizadas, mas mantiveram viva a herança espiritual do povo negro. Da mesma forma, expressões

² Abreu, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013, p. 132-135.

³ Valladares, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 48-52.

⁴ Holston, James. *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2008, p. 33.

⁵ Munanga, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 89.

culturais como o samba, a capoeira e o maracatu foram inicialmente marginalizadas, mas se tornaram símbolos nacionais.

Os clubes sociais negros, irmandades religiosas e escolas de samba foram espaços de afirmação identitária e fortalecimento comunitário. A cultura negra, portanto, não apenas sobreviveu, mas influenciou profundamente a formação da identidade brasileira.

Em Mato Grosso, embora menos visibilizadas que em outras regiões do país, destacam-se a atuação da imprensa local e a formação dos clubes sociais negros como instrumentos fundamentais na luta pela cidadania e reconhecimento da população afrodescendente.

Ao longo do início do século XX, a imprensa brasileira serviu como um espaço de disputa simbólica para diversos grupos sociais. BARBOSA (2010, p 685). Embora não existam registros sistematizados da criação de um periódico negro autônomo em Mato Grosso, verificou-se a significativa participação de intelectuais e lideranças negras nos jornais locais, especialmente em Cuiabá. A participação de intelectuais e lideranças negras nos jornais locais, mesmo na ausência de um periódico negro autônomo em Mato Grosso, insere-se em um fenômeno mais amplo, no qual a imprensa nacional funcionou como espaço de disputa simbólica e de construção de visibilidade para os sujeitos negros, sobretudo no contexto urbano do início do século XX (Domingues, 2017).

A atuação de figuras como Venerando de Freitas Borges (1874-1943) é emblemática nesse sentido. Advogado, jornalista e político negro, Venerando utilizou a imprensa como instrumento de crítica às práticas discriminatórias e de defesa dos direitos da população negra.

Esses escritos foram fundamentais não apenas para denunciar o racismo e exigir igualdade de direitos, mas também para construir uma imagem pública positiva da população negra, associando-a a valores de cidadania, dignidade e competência intelectual.

Paralelamente à atuação na imprensa, os clubes sociais negros constituíram-se como espaços indispensáveis na construção de redes de sociabilidade e resistência em Mato Grosso. A exemplo do que ocorreu em outras regiões do país, esses clubes surgiram como resposta direta à exclusão imposta pelos clubes brancos e pelas elites locais, que proibiam ou limitavam a presença de pessoas negras em seus ambientes.

Em Cuiabá, destaca-se a criação, na década de 1920, do *Clube Social Negro*, que desempenhou papel central na vida comunitária afrodescendente. Esses espaços promoviam festas, bailes, eventos esportivos e culturais, consolidando-se como locais de afirmação identitária e resistência simbólica.

Além do caráter recreativo, os clubes também assumiam funções assistenciais e políticas, apoiando membros em situações de dificuldade, organizando eventos beneficentes e, sobretudo, estimulando a valorização da identidade negra em um contexto social profundamente marcado pela discriminação racial.

A presença de clubes sociais negros possibilitou que a população afrodescendente se reconhecesse enquanto grupo, elaborando discursos e práticas que contestavam as hierarquias raciais estabelecidas.

A articulação entre a presença negra na imprensa e a atuação dos clubes sociais foi decisiva para a afirmação da população negra mato-grossense. A publicação de notícias sobre eventos realizados pelos clubes nos jornais locais, a divulgação de textos de intelectuais negros e a participação em debates públicos constituíram práticas que tensionavam a ordem social racista e afirmavam a legitimidade da presença negra nos espaços de poder e de cultura. seus direitos.

Em 1926 o Centro Cívico Palmares coloca a política no centro dos debates. A Frente Negra Brasileira (1931) foi uma das primeiras iniciativas de mobilização política negra. Já o Movimento Negro Unificado (1978) representou uma virada na denúncia do racismo estrutural e na defesa de políticas afirmativas.

Esses movimentos promoveram debates públicos sobre a falsa ideia de democracia racial e pressionaram o Estado por mudanças concretas. Foram fundamentais para a conquista de direitos e para a formação de uma consciência negra coletiva e politizada. Apenas nas últimas décadas, começaram a surgir políticas públicas voltadas à reparação das desigualdades raciais.

Joel Rufino dos Santos (1999), destaca que o movimento negro brasileiro sempre oscilou entre a busca de reconhecimento na nação e a denúncia de sua exclusão, compondo uma dinâmica dialética fundamental para a compreensão das relações raciais no país.

A Lei 10.639/2003 instituiu o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. As cotas raciais no ensino superior e no serviço público abriram caminhos para maior representatividade negra. A titulação de terras quilombolas e políticas de inclusão social também marcaram avanços. Contudo, esses esforços enfrentam resistência e são

frequentemente alvo de retrocessos, revelando o quanto o racismo estrutural ainda limita a plena cidadania da população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meio rural, muitos libertos permaneceram nas fazendas onde antes haviam sido escravizados, agora como trabalhadores assalariados temporários, meeiros ou moradores. Essas modalidades de trabalho, mantinham os ex-escravizados em uma posição de dependência econômica e social, muitas vezes com contratos injustos e condições de vida precárias. A permanência no campo não garantia estabilidade nem autonomia, e muitos continuaram submetidos à exploração dos antigos senhores.

Nas áreas urbanas, os libertos encontraram novas formas de inserção econômica, embora majoritariamente em atividades informais e de baixa remuneração. Tornaram-se carregadores, vendedores ambulantes, pedreiros, artesãos, lavadeiras, cozinheiras, entre outras ocupações manuais e instáveis. O serviço doméstico, em particular, foi uma das principais fontes de trabalho para mulheres negras libertas, reproduzindo hierarquias de gênero e raça herdadas do regime escravocrata.

Além disso, diante da exclusão e das dificuldades para se manterem nas estruturas dominantes, muitos libertos optaram por criar ou integrar comunidades negras autônomas, tanto no campo quanto na cidade. Essas comunidades, muitas vezes formadas a partir de quilombos remanescentes ou de ocupações de terras devolutas, passaram a funcionar como, espaços de resistência, sociabilidade e preservação cultural, desempenhando um papel fundamental na organização da vida coletiva e na construção de identidades negras no Brasil (CHALHOUB, 2012; MATTOS, 2019; REIS; GOMES, 1996).

A abolição da escravidão no Brasil, embora celebrada como um ato de liberdade, não se traduziu em inclusão social efetiva para os ex-escravizados. A ausência de políticas de reparação perpetuou a exclusão em áreas fundamentais como educação, moradia, trabalho e cultura. A trajetória da população negra no pós-abolição foi marcada por resistência e luta contínua por reconhecimento e justiça. Hoje, compreender esse processo histórico é essencial para combater o racismo estrutural e construir uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

Essas iniciativas revelam como, mesmo em uma região historicamente invisibilizada nos estudos sobre a imprensa e os movimentos sociais negros, Mato Grosso foi palco de importantes experiências de resistência e construção identitária. A imprensa e os clubes sociais negros operaram, assim, como duplos instrumentos de mobilização: de um lado, afirmando a cultura e a dignidade negras; de outro, reivindicando participação plena na sociedade.

Apenas nas últimas décadas, começaram a surgir políticas públicas voltadas à reparação das desigualdades raciais. A Lei 10.639/2003 instituiu o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. As cotas raciais no ensino superior e no serviço público abriram caminhos para maior representatividade negra. A titulação de terras quilombolas e políticas de inclusão social também marcaram avanços. Contudo, esses esforços enfrentam resistência e são frequentemente alvo de retrocessos, revelando o quanto o racismo estrutural ainda limita a plena cidadania da população negra.

A trajetória da população negra no período pós-abolicionista foi, assim, marcada não apenas pela marginalização, mas também por formas variadas de resistência, mobilização e luta contínua por reconhecimento, cidadania e justiça social. Como aponta Gonzaga (2020), a abolição inacabada inaugurou um ciclo de lutas contra o racismo institucional e estrutural, cujos efeitos ainda são profundamente sentidos na sociedade brasileira contemporânea

Compreender criticamente esse processo histórico é imprescindível para desnudar as raízes profundas das desigualdades raciais que persistem no Brasil e para fundamentar a necessidade de políticas públicas que enfrentem o racismo estrutural, condição indispensável para a construção de uma sociedade efetivamente democrática, plural e igualitária.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2013, p. 132-135.
- ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. *Vozes no Silêncio. Mato Grosso*. EduMT.1995.
- _____. *Trabalho escravo, trabalho livre*. EdMFazenda, 1980.
- _____. *Reprodução das relações sociais no cotidiano dos espaços públicos nas cidades de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII*. <https://doi.org/10.18312/connectionline.v0i25.1706>.
- _____. *O cotidiano da mulher trabalhadora nas minas de Mato Grosso*. Caderno de Publicações UNIVAG, v. III, p. 33-44, 2006.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Sueli Carneiro. *Racismo estrutural e cidadania: desafios do pós-abolição no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2010
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.
- ARRUTI, José Maurício Andion. *Mundos quilombolas: notas sobre a reconfiguração de identidades coletivas negras no Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n. 61, 2006, p. 115-126.
- BARBOSA, Marcio Antônio. *Tráfico interno de escravizados no Brasil: dinâmica e implicações regionais*. São Paulo: Humanitas, 2010.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- Bezerra, Marcos. *Clientelismo e poder político no Brasil rural*, 2001,
- CARDOSO, J. L. *Trabalho livre, trabalho forçado: uma história da desigualdade social*. São Paulo: UNESP. 2010
- DOMINGUES, Petrônio. *Negros e política no Brasil: o movimento negro brasileiro de 1978 a 2014*. São Paulo: Selo Negro, 2017.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp. 2006.
- FARIA, Sheila de Oliveira. *Escravidão, liberdade e cidadania: as relações raciais em perspectiva histórica*. In: Revista Brasileira de História, v. 21, n. 41, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola. 2004.
- LAPA, Amaral (1970) *Economia Colonial*. São Paulo, Ed Perspectiva.
- LIMA, Márcio da Silva. *Entre a liberdade e a sujeição: o pós-abolição em Mato Grosso (1888-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo.Boitempo. 2011
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec. 1981
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista: Brasil século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

- MENDONÇA, Márcio de Souza — *A Imprensa e a Formação Política de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- MENDONÇA, Rubens de. *História da Imprensa de Mato Grosso*. Cuiabá: Livraria Editora. Catavento, 1971.
- MESQUITA, José de. *Reminiscências: aspectos da vida cuiabana*. Cuiabá: Tipografia “O Matto-Grosso”, 1930.
- MOTA, Carlos Guilherme. *A formação política do Brasil: 1500-1980*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014. MOTA, Carlos Guilherme. *A formação política do Brasil: 1500-1980*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988, p. 115-120.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 89.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003, p. 84-89.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Comunidades quilombolas: modos de vida e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários no tráfico atlântico de africanos (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, R. S. (2017). *Entre a liberdade e a servidão: trabalho compulsório no Brasil pós-abolição*. Rio de Janeiro: FGV.
- SANTOS, Myriam Lins de Barros. *Café e trabalhadores no Brasil: expansão e disciplinamento da mão de obra*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- SANTOS, Sales Augusto dos. *A inserção do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *O enigma do movimento negro*. São Paulo: Senac, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociologia brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCOTT, J. C.). *Os dominados e a arte da resistência: discursos ocultos*. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- SILVA, Ana Paula Vosne Martins da. *A abolição no sertão: liberdade e trabalho em Mato Grosso no século XIX*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2020.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1987).
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 48-52.
- VILARINHO, Tânia Mara Vieira. *Negros em Mato Grosso: escravidão, liberdade e pós-abolição*. Cuiabá: EdUFMT, 2018.
- VOLPATO, Luiza Ricci, *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850 a 1888*, Sp Marco Zero, 1993.

VOSNE, Ana Paula Martins. "A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero". Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, volume 27, número 1, janeiro a março de 2020.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

A Cruz, fundado em 1910, esse jornal católico de Cuiabá manteve circulação até 1969. Durante os anos 1920, destacou-se como um dos principais veículos de comunicação da cidade, promovendo valores conservadores e a defesa do catolicismo frente às mudanças sociais e políticas da época.

O Republicano – Ativo entre 1916 e 1926, esse periódico teve significativa influência política, sendo associado a figuras como João Vilas Boas, que atuou como redator entre 1917 e 1926.

O Matto-Grosso fundado no ano de 1864, até o início do século XX, com intermitências. Há registros de sua circulação até as primeiras décadas do século XX, incluindo a década de 1920. De orientação liberal, buscava promover a modernização da província, a defesa dos interesses locais frente ao governo central e a divulgação de temas literários, políticos e culturais. Também foi um espaço importante para a circulação de ideias positivistas e republicanas, especialmente no contexto da transição do Império para a República.

O Correio Cuyabano fundado em 1896, em Cuiabá até as primeiras décadas do século XX; ativo durante os anos 1920 na década de 1920 foi um jornal de orientação republicana, que buscava consolidar os ideais republicanos no estado e defender os interesses das elites políticas regionais. Publicava crônicas, artigos de opinião, notícias locais e nacionais, além de textos literários.

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 145, de 11 de julho de 1893. Autoriza o Governo a fundar uma colônia correccional no próprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul, ou onde melhor lhe parecer, e dá outras providências. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1893

BRASIL. **Código Penal de 1890**. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, 1890. O art. 402 do Código Penal de 1890 previa punição à prática da capoeira: "Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei nº 9.394/1996 —, acrescentando o **art. 26-A**. Estabelece que o **ensino de História e Cultura Afro-Brasileira** deve ser conteúdo obrigatório no currículo da Educação Básica.

A EXPERIÊNCIA DAS DIETAS EM MULHERES FREQUENTADORAS DE UMA CLÍNICA ESCOLA

CONSEQUENCES OF FASHION DIETS IN WOMEN ATTENDING THE INTEGRATED CLINIC OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Aline Soares da Silva¹

Jayne Araújo Menezes Ferreira¹

Mayara Alves dos Santos¹

Valdeci Sanguinete dos Santos¹

Jackeline Corrêa França de Arruda Bodnar Massad²

RESUMO

Introdução: As dietas da moda são dietas veiculadas através da mídia que prometem resultados milagrosos, através da perda de peso rápida e na sua maioria sem exigir esforço, mas que não leva em consideração as características individuais e nem as necessidades nutricionais de cada um, submetendo o indivíduo a um regime desequilibrado de nutrientes. **Objetivo:** Analisar as consequências causadas pelas dietas da moda em mulheres frequentadoras da clínica integrada de uma instituição de ensino superior. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo de corte transversal realizado com 40 mulheres, com faixa etária de 18 a 59 anos, frequentadoras da clínica integrada de uma instituição de ensino superior com aplicação de um questionário referente às dietas da moda, com o intuito de investigar as experiências relacionadas à prática dessas da moda. **Conclusão:** Conclui-se que a maioria das mulheres entrevistadas já realizaram algum tipo de dieta da moda e entre estas, a maioria obteve como consequência alteração de humor.

Palavras-Chave: Dietas da moda; Análise de consequências; Mulheres.

Introduction: Fad diets are diets published through the media that promise miraculous results, through rapid weight loss and mostly effortless, but that does not take into account the individual characteristics and nutritional needs of each, submitting the individual to an unbalanced nutrient regimen. **Objective:** To analyze the consequences caused by fad diets in women attending the integrated clinic of a higher education institution. **Materials and methods:** This is a cross-sectional study carried out with 40 women, aged between 18 and 59 years, attending the integrated clinic of a higher education institution with the application of a questionnaire related to fad diets, with the aim to investigate the experiences related to the

1 - Nutricionista do Estado de Mato Grosso.

2 - Doutora em Saúde Coletiva, Nutricionista, Docente do Curso de Nutrição do Centro Universitário Várzea Grande (UNIVAG), Várzea Grande, Mato Grosso, Brasil.

practice of these fashion majority had self-prescribed (76.0%) their diet, they reported influence from the media (60.0%). **Conclusion:** It is concluded that most of the women interviewed had already undergone some type of fad diet and among these, most had a change in mood as a consequence.

Keywords: Diets of fashion; Analysis of consequences; Women.

INTRODUÇÃO

A palavra dieta é originada do grego que significa “modo de vida”, essa palavra tem um sentido que indica um comportamento que se prolonga ao longo do tempo, e vem adotando um conjunto de ações da qual a repetição sistemática permite a solidificação do modo de vida, no entanto, este significado é constantemente incompreendido e muitas vezes erroneamente abordado como sinônimo de restrição alimentar (Marangoni e Maniglia, 2017).

Um modelo de alimentação equilibrada deve obedecer alguns princípios básicos para que não provoque deficiências nutricionais e, conseqüentemente, danos à saúde (Marangoni e Maniglia, 2017).

Considerando tal afirmação e ainda preocupado com a textura, aparência e palatabilidade de uma refeição, Pedro Escudero, estudioso da nutrição, estabeleceu quatro leis que regem uma boa alimentação, sendo elas: lei da quantidade, lei da qualidade, lei da harmonia e lei da adequação (Marangoni e Maniglia, 2017).

Na contramão do proposto, as dietas da moda são propostas alimentares veiculadas através da mídia que prometem resultados milagrosos, através da perda de peso rápida e na sua maioria sem exigir esforço. Esse tipo de dieta não leva em consideração as características individuais e nem as necessidades nutricionais de cada um, submetendo o indivíduo a um regime desequilibrado de nutrientes (Batista e colaboradores, 2017).

A preocupação com as doenças e o padrão de beleza atual, leva uma parcela significativa da população a se preocupar excessivamente com o peso e a composição corporal. Assim, as práticas alimentares irregulares, visando a perda de peso, tornaram-se prevalentes, sendo que sites e blogs tem cada vez mais se tornando veículos de dietas da moda que visam a perda rápida de peso e restrição de alimentos rotulados como os “vilões” (Braga e colaboradores, 2019).

Sendo assim, torna-se necessário investigar as “dietas da moda” e estabelecer intervenções e novas estratégias alimentares que solucionem ou pelo menos amenizem os problemas decorrentes desta transição nutricional e contribuam para a obtenção dos resultados

esperados, desde que não tragam prejuízos à saúde daqueles que desejam segui-las (Faria e Souza, 2017).

Diante do exposto o objetivo do trabalho foi analisar as consequências causadas pelas dietas da moda em mulheres da clinica integrada de uma instituição de ensino superior.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de corte transversal realizado em mulheres da clinica integrada de uma instituição de ensino superior em Várzea Grande estado de Mato Grosso. Foi realizada uma pesquisa contendo um questionário objetivo referente as dietas da moda. Foram entrevistadas 40 mulheres com faixa etária de 18 a 59 anos com o intuito de investigar as consequências causadas por essas dietas e também orientar as participantes quanto aos malefícios da pratica das dietas da moda sem acompanhamento profissional.

Durante a pesquisa, as entrevistadas responderam as perguntas realizadas pelas alunas do oitavo semestre do curso de Nutrição do Univag - Centro Universitário de Várzea Grande / MT, que utilizaram um questionário (em anexo) que levantou informações sobre as variáveis: Idade, grau de escolaridade, estado civil, filhos e um questionário específico para avaliar informações pertinentes à prática de dieta.

Sendo assim, em relação à pesquisa das informações relacionadas à dieta foi utilizado um questionário (em anexo) adaptado de Navalhas e colaboradores (2012) que pergunta às entrevistadas como elas avaliam a dieta realizada (sim, não, não soube responder) e se obtiveram alguma consequência (ganho de peso, mudanças de humor, e cansaço excessivo), além de questionar qual a dieta realizada e quem foi o responsável pela prescrição. Para cada item do questionário foi avaliado a satisfação com relação aos prós e contras relacionados ao uso das dietas da moda.

Considerando que se trata de uma pesquisa envolvendo seres humanos, o estudo seguiu a recomendação da Comissão Nacional de Ética em pesquisa (CONEP), expresso na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Logo, participaram da pesquisa todos os indivíduos do sexo feminino com idade superior a 18 anos que concordaram com os objetivos da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecimento (TCLE), as participantes só responderam o questionário após terem assinado o TCLE.

A justificativa e os objetivos do estudo, bem como os procedimentos que foram utilizados na pesquisa, foram explicados através do Termo de Consentimento, em linguagem

clara e compreensível. Para as participantes foi garantido a liberdade de recusa de participar da pesquisa ou de retirada do consentimento em qualquer fase, sem nenhuma penalidade ou prejuízo em seu cuidado, bem como segurança na privacidade, confidencialidade e o anonimato

A presente pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa do UNIVAG sob o número 4.602.403/2021 (CAAE 4574621.2.0000.5692).

Para a tabulação de dados foi utilizado o programa Microsoft Office Excel, ano 2007, sendo realizada a análise estatística descritiva através de frequência absoluta e relativa.

RESULTADOS

Ao analisarmos a Tabela 1, podemos verificar que a maioria das mulheres que participaram da pesquisa tinham idade entre 26 a 35 anos (37,5%), ensino médio completo (55,0%), trabalhavam com carteira assinada (40,5%), possuíam 1 a 2 filhos (37,1%) e eram casadas (55,3%).

Tabela 1. Caracterização das mulheres segundo idade, escolaridade, trabalho, número de filhos e estado civil.

| Variáveis | n | % |
|-----------------------------|----------|----------|
| <i>Idade</i> | | |
| De 18 á 25 anos | 7 | 17,5 |
| De 26 á 35 anos | 15 | 37,5 |
| De 36 á 45 anos | 9 | 22,5 |
| De 46 a 59 anos | 9 | 22,5 |
| <i>Escolaridade</i> | | |
| Ensino Fundamental completo | 6 | 15,0 |
| Ensino médio completo | 22 | 55,0 |
| Ensino superior completo | 12 | 30,0 |
| <i>Trabalho</i> | | |
| Do lar | 11 | 29,7 |
| CLT | 15 | 40,5 |
| Autônoma | 11 | 29,7 |
| <i>Número de filhos</i> | | |
| Não possui | 10 | 28,6 |
| 1 á 2 filhos | 13 | 37,1 |
| 3 ou mais filhos | 12 | 34,3 |
| <i>Estado Civil</i> | | |
| Casada | 21 | 55,3 |
| Solteira | 13 | 34,2 |
| Divorciada | 3 | 7,9 |

Das 40 mulheres entrevistadas, 62,5% já fizeram algum tipo de dieta da moda (Figura 1). Entre os tipos de dietas já realizadas pelas mulheres entrevistadas na pesquisa, 19,1% já realizaram a dieta *low carb* ou jejum intermitente e 27,7% reportaram outros tipos de dietas (Figura 2).

Figura 1. Frequência de pessoas que já realizaram ou não algum tipo de dieta da moda.

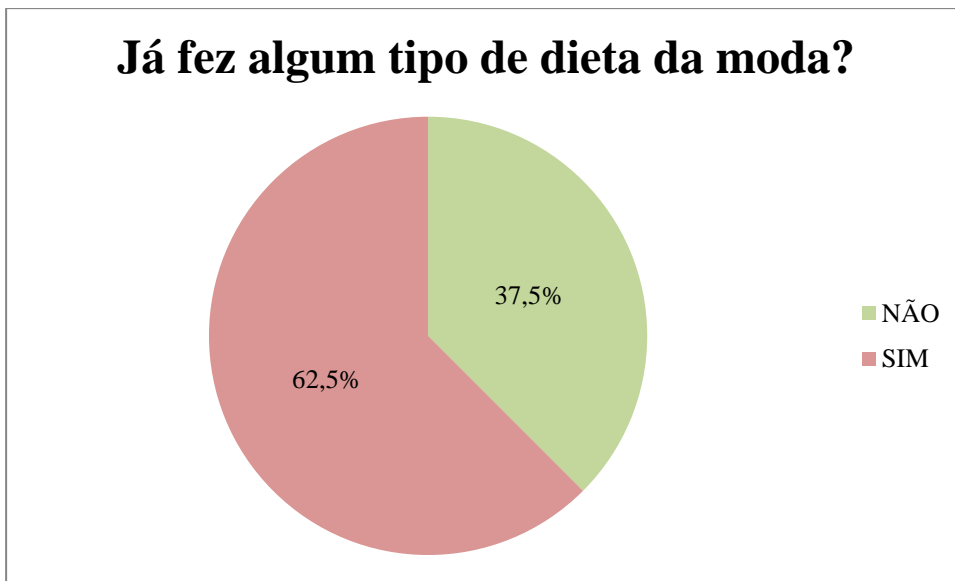
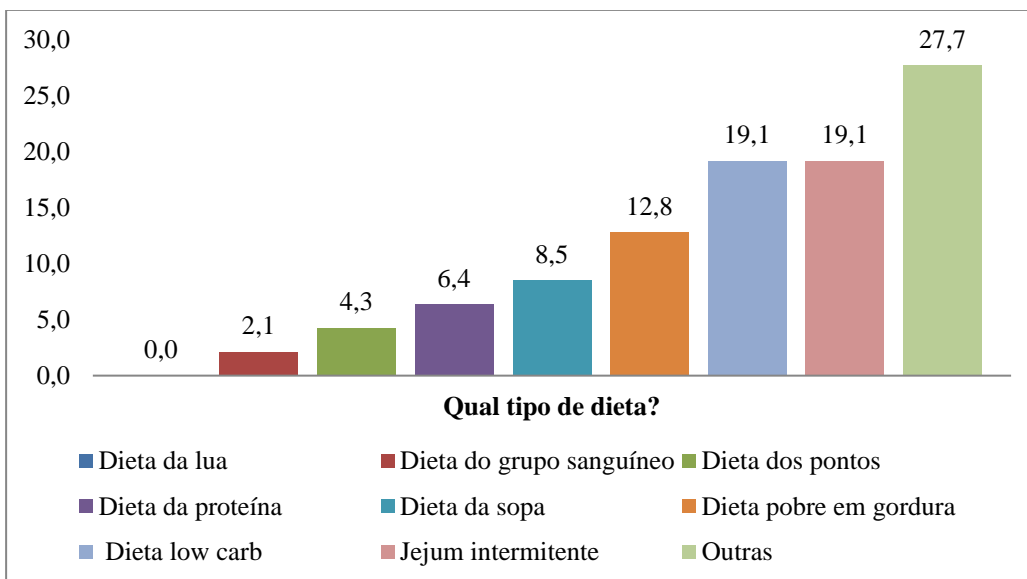


Figura 2. Frequência dos tipos de dietas já realizadas pelas mulheres entrevistadas na pesquisa.



De acordo com Tabela 2, a maioria das mulheres que participaram da pesquisa tiveram como objetivo para realização da dieta a melhoria da auto estima (100,0%) e a melhoria da saúde (100,0%), e consideraram a dieta realizada satisfatória (56,0%) uma vez que atenderam suas expectativas (52,0%). A maioria delas reportou que obtiveram algum resultado positivo (68,0%), porém apresentaram mudanças de humor (68,0%).

Tabela 2. Caracterização das mulheres segundo objetivo e satisfação em relação a dieta, além de possíveis consequências.

| Variável | N | % |
|--|----|-------|
| <i>Qual foi o objetivo da dieta?</i> | | |
| Perda de peso | 22 | 88,0 |
| Ganho de peso | 4 | 16,0 |
| Melhoria da auto estima | 25 | 100,0 |
| Melhoria da saúde | 25 | 100,0 |
| <i>A dieta foi satisfatória?</i> | | |
| Sim | 14 | 56,0 |
| Não | 11 | 44,0 |
| <i>A dieta atendeu suas expectativas?</i> | | |
| Sim | 13 | 52,0 |
| Não | 12 | 48,0 |
| <i>Obteve algum resultado</i> | | |
| Positivo | 17 | 68,0 |
| Negativo | 8 | 32,0 |
| <i>Obteve alterações de humor?</i> | | |
| Sim | 17 | 68,0 |
| Não | 8 | 32,0 |
| <i>Obteve cansaço excessivo?</i> | | |
| Sim | 11 | 44,0 |
| Não | 14 | 56,0 |
| <i>Se sentiu indisposta durante a dieta?</i> | | |
| Sim | 10 | 40,0 |
| Não | 15 | 60,0 |
| <i>Quem prescreveu a dieta?</i> | | |
| Prescrição médica | 5 | 20,0 |
| Prescrição do nutricionista | 4 | 16,0 |
| Auto prescrição | 19 | 76,0 |
| Coach | 2 | 8,0 |
| <i>Obteve algum tipo de influência?</i> | | |
| Influência de terceiros | 10 | 40,0 |
| Influência da mídia | 15 | 60,0 |

| | | |
|--|----|------|
| <i>Se arrependeu de fazer a dieta?</i> | | |
| Sim | 8 | 32,0 |
| Não | 17 | 68,0 |
| <i>A dieta ajudou a perder peso?</i> | | |
| Sim | 19 | 76,0 |
| Não | 6 | 24,0 |
| <i>Voltou a ganhar peso com facilidade após a realização da dieta?</i> | | |
| Sim | 19 | 76,0 |
| Não | 6 | 24,0 |
| <i>Quanto tempo permaneceu com peso reduzido após a dieta?</i> | | |
| Muito curto (menos de 1 mês) | 9 | 36,0 |
| Curto (1 mês a 3 meses) | 8 | 32,0 |
| Médio (mais de 3 meses) | 1 | 4,0 |
| Longo (Mais de 6 meses) | 0 | 0,0 |
| Muito longo (mais de 1 ano) | 6 | 24,0 |

Em contrapartida, a maioria não obteve cansaço excessivo (56,0%) na realização nem se sentiu indisposta (60%) durante a dieta. Apesar da maioria ter se auto prescrito (76,0%) a dieta, reportaram influencia da mídia (60,0%).

Quanto a experiência com a dieta, a maioria não se arrependeu de ter realizado e referiu que a mesma ajudou a perder peso, porem voltou a ganhar peso com facilidade após a realização da dieta e permaneceu com peso reduzido num período muito curto (menos de 1 mês).

DISCUSSÃO

Entre as mulheres investigadas, a maioria reportou já ter realizado dieta, fator importante para a saúde feminina, pois geralmente as mulheres que aderem a ideia de dietas da moda possuem grande influência da mídia e redes sociais, visando melhoria na aparência física sem se atentar as consequências que isso pode vir a trazer (Santana e Melo, 2020).

No entanto, existem vários fatores que podem levar uma pessoa a iniciar uma dieta, entre eles, podemos mencionar fatores relacionados com indicações clínicas como sobrepeso ou obesidade, ou estar associado a razões culturais, religiosas (Leung e colaboradores, 2018), porém em comparação com os resultados obtidos neste estudo, o objetivo da maioria das mulheres esteve relacionado com o desejo de perda de peso, melhoria da saúde e autoestima.

Outro estudo também realizado por Leung e colaboradores (2018) observou que os indivíduos em uso de dietas populares nos últimos 12 meses eram em sua maioria do sexo

feminino, com diagnóstico de depressão, com ensino superior e solteiras, e também obtinham como principal objetivo a perda rápida de peso, melhoria da saúde e auto estima.

As dietas da moda, em sua maioria restritivas, são intervenções nutricionais estratégicas muito populares hoje em dia entre a população das quais se destaca a dieta *lowcarb* (Cordeiro e colaboradores, 2017). O principal motivo dos indivíduos utilizarem dietas restritivas, principalmente restringindo carboidratos, é o fato de que a restrição desse macronutriente, promove um aumento da saciedade e de gasto energético, devido a cetose, através de uma oxidação lipídica (Nofal e colaboradores, 2018).

No entanto, a falta de carboidrato no organismo diminui os estoques de glicogênio muscular o que aumenta a fadiga durante o exercício, podendo afetar a capacidade das pessoas de realizarem atividade física com segurança (Cordeiro e colaboradores, 2017). Além disso, é importante ressaltar que dietas com baixo teor de carboidratos são geralmente ricas em proteínas e esse excesso pode provocar deficiência em vitaminas A, E, B6, fibras, cálcio, B9, magnésio, ferro e potássio. Portanto, a realização dessas dietas deve ser acompanhada de suplementação supervisionada por um profissional da saúde, nesse caso um nutricionista (Braga e colaboradores, 2019).

Assim como nesse estudo, Santana e Melo (2020) em sua revisão sistemática, encontraram que além da dieta *low carb*, o jejum intermitente é uma modalidade que vem ganhando fama cada dia mais. Os autores também descrevem as consequências que podem ser causadas por essa prática, além de prejuízos a saúde, sendo que os resultados quando são positivos são a curto prazo.

Um estudo publicado por Trepanowski e colaboradores (2017), que acompanharam por um ano adultos sob o risco de doenças associadas a obesidade e perda de peso, encontraram um déficit de 25% das necessidades diárias tanto no grupo de jejum intermitente quanto no de restrição calórica diária (RCD). As diferenças de perda de peso não foram significativas, uma vez que ao final de 1 ano, o grupo do jejum perdeu 6% do peso corporal e o grupo RCD 5,3%. No entanto, ao compararmos a taxa de abandono, o grupo de jejum de dias alternados apresentou maior percentual (38%) quando comparado ao grupo de restrição calórica diária (29%), o que confirma uma maior dificuldade de manutenção da prática do jejum intermitente (Trepanowski e colaboradores, 2017).

Betoni e colaboradores (2010) afirmam que as dietas da moda visam promover resultados rápidos o que torna a prática tão atraente para muitos, porém esses protocolos não tem embasamento científico, principalmente pelo fato de que as pessoas que aderem alguma

dieta da moda priorizam o que não pode ser consumido, ao em vez de focar nos alimentos que oferecem todos os nutrientes que o seu organismo precisa, são mais saudáveis que os ajudaria de fato a perder com qualidade.

Estudo realizado por Alvarenga e colaboradores (2019) relatam que dietas restritivas não funcionam a longo prazo, considerando que se torna mais difícil manter o peso ao longo do tempo, além de despertar o desejo pelo consumo dos “alimentos proibidos”. Essas dietas oferecem um imaginário efeito de perda milagrosa de peso que pode substituir a prática constante de uma alimentação saudável e equilibrada, além da prática de atividade física, essa é uma crença equivocada, mas muito recorrente (Alvarenga e colaboradores, 2019).

Dentre as consequências que podem ser causadas observou-se que a maioria aplicaram a dieta por conta própria sem a fiscalização de um nutricionista que é o profissional apto para prescrever um plano alimentar, e como consequência obtiveram alterações de humor, devido a restrição de muitos alimentos e um longo período sem se alimentar (Pereira, 2019).

Um estudo transversal, realizado com caráter quanti-qualitativo observou que entre os pacientes que relataram já ter realizado algum tipo de dieta da moda, todos eram do sexo feminino e 45% relataram insatisfação com a dieta, resultados semelhantes aos encontrados neste estudo uma vez que as mulheres investigadas reportaram essa insatisfação referente ao ganho rápido de peso após finalizarem a dieta (Betoni e colaboradores, 2010).

Com relação a perda de peso, a maioria das mulheres entrevistadas relataram conseguir perder peso, no entanto, voltaram a ganhar peso com muita facilidade logo após terminar a dieta. Resultados semelhantes foram encontrados por Pereira (2019), mostrando mais uma vez que as dietas da moda não garantem melhorias no hábito alimentar, apenas perda de peso rápida e conseqüentemente ganho de peso na mesma proporção. Nesse contexto, é consenso que uma alimentação saudável e equilibrada dispensa o uso de medicamentos e de dietas milagrosas ou de cirurgias plásticas para conquistar o padrão de beleza tão desejado. Uma alimentação equilibrada deve estar aliada a prática esportiva que induz o indivíduo a atingir e a manter seu peso ideal ou a buscar pelo corpo idealizado de uma forma saudável sem extremismos, evitando também o desenvolvimento de transtornos alimentares (Witt e Schneider, 2011).

Ao observar as diretrizes brasileiras de obesidade (2016), uma dieta para ser considerada nutricionalmente balanceada para perda de peso precisa fornecer um déficit diário de 500 Kcal a 1000 Kcal, a partir do valor energético total diário (VET) que buscam objetivar uma redução de 0,5 a 1 kg por semana, mantendo-se firme com metas reais e possíveis de serem alcançadas (ABESO, 2016).

O Conselho Federal de Nutricionistas, preconiza que o planejamento alimentar deve ser feito de acordo com as necessidades nutricionais específicas de cada um, visto que cada organismo é um ser individual e reage de formas diferentes, por isso é importante observar a quantidade de energia e de nutrientes biodisponíveis nos alimentos, para que cada pessoa possa ingerir a fim de satisfazer suas necessidades fisiológicas e prevenir sintomas de deficiências de vitaminas e minerais, podendo assim perder peso de forma segura e saudável (CFN, 2018).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a maioria das mulheres entrevistadas já realizaram algum tipo de dieta da moda e entre estas, a maioria obtiveram como consequência alteração de humor, visto que precisaram se privar de muitos alimentos de seu cotidiano, uma vez que a dieta *low carb* e o jejum intermitente estiveram entre as mais realizadas.

Além disso, a maioria reportou resultado a curto prazo. Esses resultados evidenciam que a realização dessas dietas da moda não estão de acordo com as recomendações dietéticas realizadas por um nutricionista e a prática dessas ou qualquer outro plano alimentar sem a presença de um profissional de saúde podem trazer diversas consequências, sendo a principal de acordo com os resultados obtidos através do questionário, o ganho rápido de peso logo após a finalização da dieta.

REFERÊNCIAS

- ABESO (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica). **Diretrizes Brasileiras de Obesidade**. São Paulo: ABESO, 2016.
- Alvarenga, M.; Figueiredo, M.; Timerman, F.; Antonaccio, C. **Nutrição Comportamental**. 2º edição. Editora Manole. 2019.
- Batista, M. P. M.; Cunha, F. R.; Silva, L. A.; Gonçalves, F. C. L. S. P. **Dietas da moda e suas implicações**. In: Anais da Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia 2017. Fortaleza (CE) DeVry Brasil - Damásio - Ibmecc, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/mpct2017/45971-DIETAS-DA-MODA-E-SUAS-IMPLICACOES>>.
- Betoni, F.; Zanardo, V. P. S.; Ceni, G. C. Avaliação de utilização de dietas da moda por pacientes de um ambulatório de especialidades em nutrição e suas implicações no metabolismo. **Com Scientia e Saúde**, v. 9. n. 1. 2010. p. 430-440
- Braga, D.C.A.; Coletro, H. N.; Fritas, M. T. Composição nutricional de dietas da moda publicadas em sites e blogs. **Revista de Nutrição**. v. 32. 2019. p. 17-19.
- Cordeiro, R.; Salles, M. B.; Azevedo, B. M. Benefícios e malefícios da dieta low carb. **Revista Saúde em Foco**. v.9. 2017. p. 714-722.
- Faria, L.N; Souza, A.A. Análise nutricional quantitativa de uma dieta da proteína destinada a todos os públicos. **Revista brasileira de nutrição esportiva**.v.12. n.72. 2018. p. 483-490.
- Leung, B. Lauch, R.; Leach, M.; Zhang, Y.; Cramer, H.; Sibbritt, D. Special diets in modernAmerica: Analysisofthe 2012 National Health Interview Survey data. **Revista Nutrition Health**. v. 24. n. 1. 2018. p. 11-18.
- Marangoni, J.S; Maniglia, F.P Análise da composição nutricional de dietas da moda publicadas em revistas femininas. **Revista de associação brasileira de nutrição - Rasbran**. v.8. n. 1. 2017. p.31-36.
- Nofal, V.P.; Kilson, A. C.; Pereira, B. C.; Campos, F. G. C.; Miranda, P. A. C. Novas descobertas sobre a dieta *lowcarb*. **Revista e-Scientia**, Belo Horizonte. v. 12. n. 1. 2019. p. 10-14.
- Pereira, C. **Dietas da moda: Influência em mulheres entre 20 e 50 anos em uma unidade básica de saúde na cidade de Lages em SC**. 2019.pe Trabalho de conclusão de curso (Graduação) apresentado ao Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST, 2019. Disponível em: https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/481a0-pereira,-c.-dietas-da-moda-influencia-em-mulheres-entre-vinte-a-cinquenta-anos,-em-uma-unidade-basica-de-saude-da-cidade-lages-sc.-nutricao.-lages_-unifacvest,-2019-02.pdfAcesso em: 25/05/2021
- Santana, C. L.; Melo, T. S. **Dietas da moda como estratégia alimentar: Efeitos adversos na saúde**. 2020. 23p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Centro Universitário de Brasília UniCEUB, Graduação em Nutrição, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14436/1/Cibele%20Lustosa%20e%20Thaynara%20Sousa%20.pdf> Acesso em 25/05/2021.
- Trepanowski, J.F.; Kroeger, C. M.; Barnosky, A.; Klempel, M. C.; Bhutani, S.; Hoddy, K. K.; Gabel, K.; Freels, S.; Rigdon, J.; Rood, J.; Ravussin, E.; Varady, K. A. Effect of alternate-day fasting on weight loss, weight maintenance, and cardioprotection among metabolically healthy obese adults: a randomized clinical trial. **Revista JAMA Internal Medicine**. v. 177, n. 7, p. 930–938, 2017.
- Witt, J. S. G. Z.; E Schneider, A. P. Nutrição estética: Valorização do corpo e da beleza através do cuidado nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 16, núm. 9, 2011, p. 3909-3916.

COMPARANDO OS MICRODADOS DA PNAD CONTÍNUA 2018 E DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES DE 2018

COMPARING MICRODATA FROM THE 2018 CONTINUOUS PNAD AND DE 2018 FAMILY BUDGET SURVEY

Pedro Nessi Snizek Júnior¹

pedro.nessi@univag.edu.br

Carlos Magno da Silva²

Herbert Tadashi Mitsuyuki³

Alessandra Pereira Paz de Santana⁴

Eduardo Nicolini Dorneles-Bolsista de IC⁵

Resumo

O presente estudo visa comparar os resultados obtidos da pesquisa PNAD contínua 2018 e da POF 2018 através dos microdados. É possível considerar, em especial as variáveis relacionadas aos moradores, que para a grande maioria das variáveis estudadas, que as Pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018 produzem amostras com valores bastante aproximados e consistentes. Destacando-se as seguintes situações: métodos de ponderação amostral diferentes no estudo, períodos não coincidentes de coleta e tamanhos amostrais diferenciados. O estudo indica que as amostras de pesquisas demográficas e consequentes extrapolações para as populações devem ser avaliadas com cuidado, sempre considerando se as variáveis escolhidas fazem parte das que são utilizadas para cálculo e dimensionamento amostral.

Palavras-chave: Pof; Pnad Contínua; Microdados.

Abstract

The present study aims to compare the results obtained from the 2018 continuous PNAD survey and the 2018 POF through microdata. It is possible to consider, especially the variables related to residents, that for the vast majority of the variables studied, the Continuous PNAD 2018 and POF 2018 Surveys produce samples with very approximate and consistent values. The following situations stand out: different sample weighting methods in the study, non-coincident collection periods and different sample sizes. The study indicates that demographic research samples and consequent extrapolations to populations must be evaluated carefully, always considering whether the variables chosen are part of those used for sample calculation and sizing.

Keywords: pof, pnad, microdata

Pedro Nessi Snizek Jr.

Doutor em Produção Animal e Pós Doutor em Administração
Tecnologista do IBGE e Professor da Univag

Carlos Magno da Silva

Mestre em Economia e Professor da Univag

Herbert Tadashi Mitsuyuki

Mestre em Engenharia Ambiental e Professor da Univag

Alessandra Pereira Paz de Santana

Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea

Eduardo Nicolini Dorneles

Discente do curso de Comércio Exterior.

1. INTRODUÇÃO

Pesquisas domiciliares com representatividade nacional são mundialmente utilizadas como a principal fonte de informações para estudos sobre demografia. O Brasil não constitui uma exceção, e a maior parte dos estudos existentes na literatura nacional apoiam-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), coletada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003).

Pesquisas amostrais domiciliares com cobertura nacional representam a melhor fonte de informação para medir os dados demográficos de um país. No caso do Brasil, a PNAD Contínua constitui a principal fonte de informação sobre demografia, sendo internacionalmente reconhecida como uma fonte de dados de excelente qualidade (Barros et al., 2007; Barros et al., 2008).

Existe uma profusão de bancos de dados de alta qualidade publicamente disponíveis. Essa abundância de dados é extremamente positiva, pois permite que os pesquisadores avaliem a robustez de suas descobertas. Contudo, ela também desperta dúvidas, já que nem sempre os números obtidos são compatíveis entre si (Souza, 2015).

Nenhum dos artigos encontrados na literatura, que utilizaram microdados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) e da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), realizaram comparações entre estas duas pesquisas (Hecksher, 2020), (Hoffmann, 2019), (Trovão, 2002), (Assunção, 2024), (Gonçalves, 2023), (Braga, 2017), (Deus et al., 2023).

Pela revisão bibliográfica realizada, pode-se considerar que o presente artigo é o primeiro que faz uma comparação quantitativa de microdados de pesquisas demográficas PNAD contínua e POF do IBGE.

A relevância do presente estudo está em uma análise inovadora sobre os microdados divulgados pelo IBGE no seguinte aspecto:

1. Relacionar e comparar microdados oriundos de duas pesquisas demográficas realizadas pelo IBGE. Especificamente as PNAD Contínua e a POF, ambas com referência ao ano de 2018..

Este trabalho procura entender as discrepâncias existentes nas pesquisas domiciliares PNAD Contínua 2018 e POF 2018, regularmente conduzidas pelo IBGE que têm cobertura nacional e coletam informações tanto dos moradores como dos domicílios de residência.

Este artigo está estruturado em 5 sessões incluindo: introdução, seguido por caracterização e metodologias adotadas pela PNAD Contínua 2018 e POF 2018, método de avaliação/pesquisa, resultados e conclusões.

2. AMOSTRA MESTRE PARA AS PESQUISAS DOMICILIARES DO IBGE

O IBGE faz uso de uma amostra mestra (SIPD) para todas as suas pesquisas amostrais domiciliares. A SIPD corresponde a um conjunto de unidades de área selecionadas de um cadastro, segundo um método probabilístico de seleção a partir da qual seja possível selecionar subamostras para atender às diversas pesquisas. (Freitas et. al. 2007; IBGE, 2007b; IBGE, 2008a; Freitas et al., 2007).

Esta amostra mestra corresponde a um conjunto de unidades de área selecionadas de um cadastro, segundo um método probabilístico de seleção, a partir da qual seja possível selecionar subamostras para atender as pesquisas amostrais domiciliares do IBGE (IBGE, 2007b).

Dentre as principais pesquisas do SIPD, já definidas, estão: a pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNADC) e a pesquisa de orçamentos familiares (POF) (IBGE, 2007b).

A população alvo da Amostra Mestra inclui toda a população a ser investigada em todas as pesquisas. É constituída pelos moradores residentes em todos os domicílios na área que constitui a abrangência geográfica definida a seguir. A abrangência geográfica da Amostra Mestra considera o âmbito das diversas pesquisas que farão uso dessa amostra comum. Assim, não se pode deixar de incluir qualquer parte do território que seja contemplado por alguma das pesquisas. Portanto, a abrangência geográfica da Amostra Mestra é constituída pelos setores censitários de todo Brasil da base operacional geográfica do último censo demográfico realizado pelo IBGE (IBGE, 2007b).

O plano amostral escolhido foi um desenho estratificado, com seleção das unidades primárias com probabilidade proporcional a uma medida de tamanho. A opção por este plano se justifica pelo fato das metodologias de todas as pesquisas domiciliares do IBGE incluírem planos amostrais que empregam algum tipo de estratificação das UPAs e seleção destas unidades com probabilidade proporcional ao tamanho, conforme descrito em Bianchini e Albieri (2003).

O cadastro para seleção da Amostra Mestra é um cadastro denominado cadastro mestre, que corresponde a um conjunto de unidades de áreas com seus limites bem definidos, que cobrem todo o país. Para cada uma dessas unidades são associadas informações sobre divisões administrativas, contagens populacionais e outras características sociodemográficas.

Como unidades básicas do cadastro foram escolhidos os setores censitários, pois são as menores partições do território para as quais são conhecidas as informações necessárias para sua construção.

O sistema de referência (cadastro) utilizado foi um arquivo contendo informações provenientes do último Censo Demográfico realizado durante o período de realização das pesquisas que fazem parte do sistema SIPD (IBGE, 2007b).

2.1 CARACTERIZAÇÃO E METODOLOGIAS ADOTADAS PELA PNAD CONTÍNUA 2018

O plano amostral adotado para a PNAD Contínua é um plano conglomerado em dois estágios de seleção com estratificação das UPAs (unidades primárias de amostragem). No primeiro estágio são selecionadas UPAs com probabilidade proporcional ao número de domicílios dentro de cada estrato definido. Como a pesquisa é integrante do SIPD, utilizará a infraestrutura amostral comum a todas as pesquisas, deste modo a estratificação das UPAs é adotada para a amostra mestre (IBGE, 2014b).

Como componente deste sistema, a PNAD Contínua integrou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), permitindo a produção de indicadores a curto prazo sobre trabalho e rendimento com abrangência nacional e detalhamento por unidade da federação (IBGE, 2008).

A PNAD Contínua é a pesquisa do sistema de pesquisas domiciliares do IBGE que demanda maior amostra, com isso a definição do tamanho da amostra de UPAs da pesquisa corresponde a definição do tamanho da amostra mestre para um trimestre.

No segundo estágio é selecionado um número fixo de domicílios particulares permanentes ocupados dentro de uma UPA da amostra, por amostragem aleatória simples do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) atualizado (IBGE, 2014b).

O tamanho da amostra de domicílios dentro de cada UPA foi fixado em 14 amostras de UPAs e de domicílios e dividida pelos 3 meses de um trimestre, seguindo o esquema de rotação 1-2(v), onde v é o número de visitas a serem realizadas em um mesmo domicílio. Neste esquema o domicílio é entrevistado 1 mês e sai da amostra por 2 meses seguidos, sendo este esquema repetido “v” vezes (IBGE, 2014b).

O tamanho da amostra foi determinado considerando a precisão desejada para a estimativa de um parâmetro de interesse. O parâmetro escolhido foi o: “total de pessoas desocupadas no trimestre”, que é um dos principais indicadores da PNAD Contínua (IBGE, 2007b).

A PNAD contínua tem como objetivo produzir indicadores para acompanhar as flutuações de curto prazo e a evolução a médio e longo prazo, da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo e desenvolvimento socioeconômico do País.

A PNAD Contínua tem uma abrangência de coleta de informação nacional em 3500 municípios do país. A abrangência de divulgação que considera: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Capitais e suas regiões metropolitanas. A periodicidade é mensal, trimestral e anual:

por meio de trimestres móveis, para conjunto restrito de indicadores de trabalho para Brasil (IBGE, 2015).

A cada trimestre, a PNAD Contínua investiga em torno de 211.000 domicílios em aproximadamente 16.000 setores censitários. Cada domicílio selecionado para a pesquisa é visitado cinco vezes, durante cinco trimestres consecutivos. Assim, um domicílio é visitado pela segunda vez três meses após a primeira visita, pela terceira vez três meses após a segunda visita, e assim por diante. Isso quer dizer que a pesquisa segue um esquema de rotação intitulado 1-2(5) onde, de um trimestre para o próximo, há uma sobreposição de 80% dos domicílios e de um trimestre para o mesmo trimestre do ano seguinte, de 20% (IBGE, 2014).

Na PNAD contínua, as informações sobre o tema trabalho são captadas em dois questionários: um reduzido, restrito as informações sobre trabalho que gera rendimentos para o domicílio e outro mais abrangente aplicado na primeira entrevista, concomitante com as características básicas dos moradores e do domicílio (IBGE, 2014). O presente estudo fez uso deste questionário mais abrangente realizado na primeira entrevista.

Os demais temas permanentes da pesquisa como: migração, fecundidade e trabalho infantil poderão ser investigados em um trimestre específico ou, então, aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para produzir resultados anuais. Temas suplementares de periodicidade variável, também poderão ser investigados em um trimestre ou acumulados ao longo do ano. (IBGE, 2014).

A abrangência geográfica da PNAD Contínua é todo o território nacional, dividido nos setores censitários da base operacional geográfica do último censo realizado pelo IBGE, excluídas áreas com características especiais, classificadas pelo IBGE como setores de: aldeias indígenas, quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, barcos, navios, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e agrovilas de projetos de assentamentos rurais, e também os setores censitários localizados em Terras Indígenas. E a população alvo é constituída por todas as pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes da área de abrangência da pesquisa (IBGE, 2014)

Deve-se ter sempre em mente quando da análise e interpretação dos dados que a unidade de investigação da PNAD Contínua é o domicílio, e a unidade de análise as pessoas residentes nestes domicílios.

O período de coleta das informações da PNAD Contínua 2018 foi entre janeiro e dezembro de 2018.

2.2 CARACTERIZAÇÃO E METODOLOGIAS ADOTADAS PELA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2018

A POF mensura as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos. A alimentação é outro tema de destaque e muito explorado que conta com abordagens não monetárias (IBGE, 2021a).

Para a pesquisa POF 2017 especificamente em termos práticos, num primeiro estágio, foram selecionados de forma aleatória um quantitativo de setores pertencentes à Amostra Mestra, respeitando as estratificações construídas para cada Unidade da Federação. Em um segundo estágio de seleção, também de forma aleatória e para cada setor selecionado no primeiro estágio, foram selecionados em torno de 13 domicílios, no caso das áreas urbanas, e 17 domicílios nas áreas rurais. A soma das amostras das Unidades da Federação corresponde a aproximadamente 75.000 domicílios (IBGE, 2017a).

O período de coleta da POF 2017 foi de 12 meses, entre junho de 2017 e julho de 2018. Desta forma, além das aquisições realizadas continuamente pelos respondentes, durante todo o ano, mede-se também a sazonalidade. (IBGE, 2017a; IBGE, 2017b).

A pesquisa POF 2017 apresentou 7 questionários chamados de POF1 (Características do domicílio e moradores); POF2/POF3 (Caderneta de Aquisição Coletiva - Aquisição de produtos e serviços), POF4 (Questionário de Aquisição Individual); POF5 (Questionário de Trabalho e Rendimento Individual), POF6 e o questionário POF7 (Questionário de Consumo Alimentar Pessoal (IBGE, 2008, 2017a, 2008b)

O preenchimento da Caderneta era feito pelo(a) morador(a) que está mais acostumado a realizar estes tipos de aquisições. (IBGE, 2017a).

O consumo diário de alimentos de cada diário (g) para a pesquisa POF foram obtidos por meio do questionário POF7 ou Bloco de Consumo Alimentar Pessoal.

A POF 7 foi preenchida para uma subamostra de domicílios, selecionados aleatoriamente da amostra da POF, onde é aplicado para todos os indivíduos moradores com 10 anos ou mais de idade, pertencentes à(s) Unidades(s) de Consumo existente(s) no domicílio.

O Bloco de Consumo Alimentar Pessoal (POF 7) é preenchido pelo Agente de Pesquisa mediante entrevista pessoal para preencher dois dias de recordatório com a intenção de pedir ao entrevistado que relate todos os alimentos e bebidas consumidos no dia anterior à entrevista da hora em que acordou até a hora em que foi dormir.

A pesquisa POF 2018 investigou 57.920 domicílios em 5.504 setores censitários (IBGE, 2017a).

A seguir é apresentado o método adotado para realização do objetivo da presente pesquisa.

3. MÉTODO

Foi realizada pesquisa exploratória descritiva com base em dados secundários oriundos dos microdados anuais das pesquisas PNAD Contínua e POF; ambos com referência ao ano de 2018.

Para tratamento, leitura, estruturação e realização das análises estatísticas dos microdados da PNAD Contínua 2018 foi utilizado o pacote PNADcIBGE do software R.

Para tratamento, leitura, estruturação e realização das análises estatísticas dos microdados da POF 2018 foram utilizados os pacotes dplyr e Tidyverse. Considerando a ponderação amostral através da variável PESO_FINAL.

O IBGE já disponibiliza os seguintes pacotes para análises de microdados das pesquisas domiciliares: PNADcIBGE, PNSBIBGE, PNSIBGE e SIPDIBGE no software R. Infelizmente não está disponível o pacote POFIBGE.

As análises estatísticas foram divididas em duas etapas, na primeira foram feitas análises comparativas entre as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018 através de estimativas de quantitativo dos moradores: cor ou raça e gênero e curso mais elevado que frequentou. Na sequência foi calculado a idade média dos moradores para as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018.

Na segunda etapa foram feitas análises comparativas através de estimativas do quantitativo das características dos domicílios de residência: Material predominante nas paredes, material predominante na cobertura, material predominante no piso, principal fonte de abastecimento de água e principal destino do lixo.

Foram realizadas comparações percentuais para mensurar as diferenças entre as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018.

As comparações foram todas realizadas a nível geográfico: Brasil.

As análises estatísticas foram realizadas via software R.

3.1 FONTES DE DADOS E VARIÁVEIS

O estudo fez uso de dados secundários oriundos dos microdados anuais das Pesquisas PNAD Contínua e POF. Ambas com ano de referência de 2018.

Para a Pesquisa PNAD Contínua 2018 os dados foram acessados de forma online via pacote PNADcIBGE instalado no software R. Já para POF 2018 foram usados os pacotes dplyr e Tidyverse, e ponderação amostral através da variável PESO_FINAL.

As variáveis relacionadas as características dos moradores da Pesquisa PNAD Contínua 2018 consideradas foram: Sexo (V2007), Cor ou Raça (V2010) e Qual o curso mais elevado que frequentou anteriormente (V3009A).

As variáveis relacionadas as características dos moradores da Pesquisa POF 2018 consideradas foram: Sexo (V0404), Cor ou Raça (V0405) e qual o curso mais elevado que frequentou anteriormente (V0425A).

As variáveis relacionadas as características dos domicílios considerados na Pesquisa PNAD Contínua foram: Material que predomina na construção das paredes externas (S01002), Material que predomina no telhado (S01003), Material predominante no piso (S01004), qual a principal forma de abastecimento de água utilizada no domicílio (S01007) e qual o principal destino dado ao lixo (S01013).

As variáveis relacionadas as características dos domicílios de moradia consideradas na POF 2018 foram: Material que predomina na construção das paredes externas (V0202), Material que predomina na cobertura (telhado) (V0203), Material predominante no piso (V0204), qual a principal forma de abastecimento de água utilizada no domicílio (V0207) e qual o principal destino dado ao lixo (V02013).

Os códigos das variáveis, indicados entre parênteses, podem ser encontrados no dicionário de microdados fornecido pelo IBGE. Tanto para a pesquisa PNAD Contínua 2018 como para a POF 2018.

As características gerais dos moradores e dos domicílios da Pesquisa PNAD Contínua 2018 foram obtidas nos microdados anuais referentes a primeira entrevista da PNAD contínua do ano de 2018 (IBGE, 2024).

As características gerais dos moradores e dos domicílios da Pesquisa POF 2018 foram obtidas nos microdados da POF do ano de 2018. Os microdados são divididos em cadernos, sendo usados: Morador e Domicílio (IBGE, 2024).

Considerando as características das pesquisas: PNAD Contínua 2018 e POF 2018 de não utilizar setores localizados em terras indígenas, deve-se ter cuidado com relação as análises feitas para a variável cor ou raça (V2010). Todos os resultados obtidos para as pessoas que se consideraram de cor ou raça indígena são para não residentes em terras indígenas.

3.2 PROCESSAMENTO DE DADOS

Para tratamento, leitura, estruturação e realização das análises estatísticas da Pesquisa PNAD Contínua 2018 foi utilizado o pacote PNADcIBGE instalado no software R.

Devido a estrutura amostral da pesquisa PNAD Contínua, foi necessário a utilização do pacote Survey do software R para ponderação amostral dos dados indicada pelo IBGE.

Foram utilizadas as seguintes funções do pacote Survey para análise de dados: Estimativa de totais(svytotal), Estimativa de média (svymean).

Para tratamento leitura, estruturação e realização das análises estatísticas da Pesquisa POF 2018 foram usados os pacotes dplyr e Tidyverse, e ponderação amostral através da variável PESO_FINAL.

Foram utilizadas as seguintes funções dos pacotes dplyr e Tidyverse para análise de dados: Estimativa de totais (count), Estimativa de média (weight.mean).

As variáveis relacionadas aos domicílios na pesquisa PNAD Contínua 2018 tem como referência os moradores e na POF 2018 o domicílio. Foi necessário então dividir os dados das variáveis da pesquisa PNAD Contínua por 3 para ajusta e comparação. O número 3 refere-se ao número médio de moradores por domicílio indicado pela pesquisa PNAD Contínua de 2018.

3.3 MODELO ECONOMETRICO

As análises estatísticas foram divididas em duas etapas, na primeira foram feitas análises comparativas entre as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018, através de estimativas de quantitativo dos moradores: cor ou raça, gênero e curso mais elevado que frequentou. Na sequência foi calculado a idade média dos moradores para as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018.

Na segunda etapa foram feitas análises comparativas entre as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018, através de estimativas comparativas do quantitativo em relação as características dos domicílios de residência: Material predominante nas paredes, material predominante na cobertura, material predominante no piso, principal fonte de abastecimento de água e principal destino do lixo.

As comparações foram todas realizadas a nível geográfico: Brasil

As análises estatísticas foram realizadas via software R.

4. RESULTADOS

4.1 VARIÁVEIS RELACIONADAS AOS MORADORES

Os dados do quadro 1 mostram uma diferença percentual entre os dados da Pesquisa PNAD Contínua 2018 e POF 2018 de apenas 1,44% para homens e -0,65% para mulheres. Destacamos que para todas

as análises, diferença percentual positiva significa que a amostra da PNAD Contínua 2018 apresenta valor numérico maior que a da pesquisa POF 2018. Diferença percentual negativa o contrário.

Quadro 1 – Estimativa de Homens e Mulheres da população Brasileira no ano de 2018, através dos dados das pesquisas Pnad Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Gênero | Pnad Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|----------|--------------------|--|---------------|
| Homens | 101.657.376 | 100.210.730 | 1,44 |
| Mulheres | 106.195.917 | 106.893.060 | -0,65 |

Deve-se destacar que o único artigo encontrado que compara resultados obtidos entre as pesquisas amostrais demográficas PNAD Contínua e POF do IBGE foi realizado por Souza (2015). Entretanto o assunto enfocado foi distribuição de renda e não fica claro na parte do estudo referente a metodologia se as comparações foram feitas com microdados.

Quadro 2 – Estimativa da cor ou raça da população Brasileira no ano de 2018, através dos dados das pesquisas Pnad Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Cor ou Raça | Pnad Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|-------------|--------------------|--|---------------|
| Branca | 88.912.167 | 91.127.030 | -2,43 |
| Preta | 19.335.180 | 21.167.709 | -8,66 |
| Parda | 97.394.953 | 92.003.791 | 5,86 |
| Amarela | 1.363.635 | 1.412.777 | -3,47 |
| Indígena | 814.280 | 777.539 | 4,72 |

Primeiramente deve ser destacado que o IBGE pesquisa cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. Ou seja, quando questionada, a pessoa pode se declarar como: preta, parda, branca, amarela ou indígena. Segundo IBGE (2022) a cor ou raça dos moradores deve ser determinada pelo próprio morador, sem qualquer influência do entrevistador.

Como pode ser observado quadro 2, as diferenças encontradas em termos percentuais entre as duas pesquisas para a variável: cor ou raça ficaram entre -2,43% e -8,66%. O percentual mais elevado, refere-se a cor ou raça preta que alcançou uma diferença numérica de 1.832.529 em favor da pesquisa POF 2018.

Importante salientar que segundo IBGE (2022) a variável curso mais elevado que frequentou foi perguntada para as pessoas que já frequentaram a escola.

Como pode ser observado no quadro 3 as diferenças encontradas em termos percentuais entre as duas pesquisas para a variável: curso mais elevado que frequentou ficaram entre 1,63% e 14,07%. O percentual mais elevado, refere-se ao nível de mestrado que alcançou a diferença numérica de

105.437 em favor da pesquisa PNAD Contínua 2018. O nível doutorado também apresentou uma diferença elevada em termos percentuais de -6,87%. Com diferença numérica de 24.123

Quadro 3 – Estimativa do curso mais elevado que frequentou da população Brasileira no ano de 2018, através dos dados das pesquisas Pnad Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Curso Mais elevado que frequentou | Pnad Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|-----------------------------------|--------------------|--|---------------|
| Ensino Fundamental | 36.623.103 | 36.033.756 | 1,63 |
| Ensino Médio | 49.389.598 | 46.644.085 | 5,89 |
| Superior | 19.248.309 | 18.638.364 | 5,88 |
| Especialização | 4.691.364 | 4.558.564 | 2,91 |
| Mestrado | 854.755 | 749.318 | 14,07 |
| Doutorado | 327.004 | 351.127 | -6,87 |

Deve ser salientado que para esta variável, as maiores diferenças percentuais foram observadas nos itens com menor valor numérico.

Analisando os dados do quadro 4 pode-se observar diferença de -3,88% entre as idades médias calculadas para as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018. Com diferença numérica de 1,37 anos. Importante também considerar que a amostra da PNAD Contínua 2018 investigou cerca de 210.000 domicílios por trimestre e a da POF 2018 investigou 57.920 domicílios ao longo de 12 meses. Essa diferença de tamanho de amostras, em favor da PNAD Contínua 2018, não deve ser desconsiderada. Mesmo assim a diferença não superou 3,88%.

Quadro 4 – Estimativa da idade média em anos da população Brasileira no ano de 2018, através dos dados das pesquisas Pnad Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| | Pnad Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|--------------------|--------------------|--|---------------|
| Idade Média (anos) | 33,89 | 35,26 | -3,88 |

4.2 VARIÁVEIS RELACIONADAS AOS DOMICÍLIOS

Segundo o IBGE (2023) considera-se domicílio como o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação para uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal.

Quadro 5 – Estimativa do quantitativo do material que predomina nas paredes dos domicílios brasileiros no ano de 2018, através dos dados das pesquisas Pnad Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Material Predominante nas Paredes | PNAD Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|-----------------------------------|--------------------|--|---------------|
| Alvenaria com Revestimento | 60.315.371 | 60.281.129 | 0,057 |
| Alvenaria sem Revestimento | 4.894.999 | 4.750.992 | 3,03 |

| | | | |
|----------------------------------|-----------|-----------|-------|
| Taipa sem revestimento | 385.821 | 284.552 | 35,59 |
| Madeira Adequada para construção | 3.277.691 | 3.253.010 | 0,76 |

Analisando o quadro 5 pode-se observar que as diferenças encontradas em termos percentuais entre as duas pesquisas para a variável: material que predomina nas paredes ficaram entre 0,057% e 35,59%. O percentual mais elevado, refere-se a taipa sem revestimento que alcançou a diferença numérica de 101.269 em favor da pesquisa PNAD Contínua 2018. Sendo esta a maior diferença percentual encontrada no estudo.

Deve ser salientado que para esta variável, as maiores diferenças percentuais também foram observadas nos itens com menor valor numérico.

Analisando o quadro 6 pode-se observar que as diferenças encontradas em termos percentuais entre as duas pesquisas para a variável: material que predomina no telhado ficaram entre -0,76% e 9,93%. O percentual mais elevado, refere-se a: Zinco, alumínio ou chapa metálica que alcançou a diferença numérica de 86.682 em favor da pesquisa PNAD Contínua 2018.

Deve ser salientado que para esta variável, a maior diferença percentual também foi observada no item com menor valor numérico.

O item somente laje de concreto também apresentou uma diferença que deve ser destacada de -7,77%. Com valor numérico de 778.046. Esta situação foi diferente da maioria já encontrada, onde as maiores diferenças percentuais ocorreram em itens com menores valores numéricos.

Analisando o quadro 7, pode-se observar que as diferenças encontradas em termos percentuais entre as duas pesquisas para a variável: material que predomina no piso ficaram entre 1,94% e 24,51%. O percentual mais elevado, refere-se a: Terra que alcançou a diferença numérica de 89.300 em favor da pesquisa PNAD Contínua 2018.

Quadro 6 – Estimativa do quantitativo do material que predomina no telhado dos domicílios brasileiros no ano de 2018, através dos dados das pesquisas PNAD Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Material Predominante no telhado | PNAD Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|----------------------------------|--------------------|--|---------------|
| Telha sem laje de concreto | 35.968.684 | 36.242.967 | -0,76 |
| Telha com laje de concreto | 22.211.572 | 20.988.207 | 5,82 |
| Somente laje de concreto | 9.239.195 | 10.017.241 | -7,77 |
| Madeira Adequada para construção | 373.212 | 363.271 | 2,73 |

| | | | |
|-----------------------------------|---------|---------|------|
| Zinco, alumínio ou chapa metálica | 960.018 | 873.336 | 9,93 |
|-----------------------------------|---------|---------|------|

Deve ser salientado que para esta variável, a maior diferença percentual também foi observada no item com menor valor numérico.

O item madeira apropriada para construção apresentou também uma diferença que deve ser destacada de -21,08%. Com valor numérico de 1.165.345. Esta situação diferente da maioria já encontrada, ocorrendo em item com elevados valores numéricos.

Quadro 7 – Estimativa do quantitativo do material que predomina no piso dos domicílios brasileiros no ano de 2018, através dos dados das pesquisas PNAD Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Material Predominante no Piso | PNAD Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|------------------------------------|--------------------|--|---------------|
| Cerâmica, Lajota ou Pedra | 53.294.536 | 51.937.632 | 2,61 |
| Madeira Apropriada para Construção | 4.361.526 | 5.526.871 | -21,08 |
| Cimento | 10.884.969 | 10.677.637 | 1,94 |
| Terra | 450.375 | 361.705 | 24,51 |

Analisando o quadro 8, pode-se observar que as diferenças encontradas em termos percentuais entre as duas pesquisas para a variável: principal fonte de abastecimento de água ficaram entre 0,6% e 18,61%. O percentual mais elevado, refere-se a: Fonte ou nascente alcançou a diferença numérica de 229.832 em favor da pesquisa PNAD Contínua 2018.

Para esta variável a maior diferença percentual não ocorreu em item com baixo valor numérico, como nas outras variáveis analisadas.

Analisando o quadro 9, pode-se observar que as diferenças encontradas em termos percentuais entre as duas pesquisas para a variável: principal destino do lixo ficaram entre -1,21% e 23,1%. O percentual mais elevado, refere-se ao item coleta em cacimbado serviço de limpeza que alcançou a diferença numérica de 1.068.868 em favor da pesquisa PNAD Contínua 2018.

Para esta variável a maior diferença percentual não ocorreu em item com baixo valor numérico, como na maioria das outras variáveis analisadas.

Tabela 8 – Estimativa do quantitativo da principal fonte de abastecimento de água dos domicílios brasileiros no ano de 2018, através dos dados das pesquisas PNAD Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Principal Fonte de Abastecimento de Água | PNAD Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|--|--------------------|--|---------------|
| Rede Geral de Distribuição | 58.799.231 | 58.447.643 | 0,6 |
| Poço profundo ou Artesiano | 5.085.268 | 5.010.189 | 1,5 |

| | | | |
|--------------------------------|-----------|-----------|-------|
| Poço Raso, freático ou cacimba | 2.374.684 | 2.426.186 | -2,12 |
| Fonte ou nascente | 1.464.478 | 1.234.646 | 18,61 |
| Água da Chuva Armazenada | 497.334 | 463.593 | 7,28 |

Tabela 9 – Estimativa do quantitativo do principal destino do lixo dos domicílios brasileiros no ano de 2018, através dos dados das pesquisas PNAD Contínua 2018 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018.

| Principal destino do lixo | PNAD Contínua 2018 | Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 | Diferença (%) |
|---|--------------------|--|---------------|
| Coletado Diretamente por serviço de limpeza | 56.871.134 | 57.567.409 | -1,21 |
| Coletado em cacimba do serviço de Limpeza | 5.697.310 | 4.628.442 | 23,1 |
| Queimado | 5.734.914 | 5.586.374 | 2,66 |
| Enterrado | 258.224 | 281.616 | -8,3 |
| Jogado em Terreno Baldio ou Logradouro | 509.742 | 577.791 | -11,78 |

5. CONCLUSÕES

As maiores diferenças percentuais quando comparadas as duas pesquisas, ocorreram nas variáveis relacionadas aos domicílios.

As maiores diferenças percentuais ocorreram principalmente em itens das variáveis com menores valores numéricos. Excetuando-se os seguintes itens: Cor ou raça preta, somente laje de concreto, madeira apropriada para construção, fonte ou nascente e coleta em caçamba do serviço de limpeza.

A maior diferença percentual ocorreu no item: taipa sem revestimento (35,59%).

As maiores diferenças numéricas ocorreram nos seguintes itens: cor ou raça (1.832.529 pessoas), somente laje de concreto (778.046 domicílios), madeira apropriada para construção (1.165.345 domicílios) e fonte ou nascente (229.832 domicílios).

É possível considerar, em especial nas variáveis relacionadas aos moradores, que para a grande maioria das variáveis estudadas, as pesquisas PNAD contínua 2018 e POF 2018 produzem amostras com valores bastante aproximados e consistentes. Mesmo considerando as seguintes situações: métodos de ponderação amostral diferentes no estudo, períodos não coincidentes de coleta e tamanhos amostrais diferentes.

O estudo indica que se deve ser conservador quando da comparação de amostras de diferentes pesquisas demográficas, e com as consequentes extrapolações para as populações, sempre considerando se as variáveis escolhidas fazem parte ou não das utilizadas para cálculo e dimensionamento amostral. Mesmo que as pesquisas façam parte da mesma Amostra Mestra.

5.1 IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA PESQUISA

Em uma breve análise na base de dados SIDRA do IBGE é possível observar que o IBGE não divulga estimativas dos moradores e características dos domicílios através dos dados da POF 2018, já que a amostra, como já citado, foi dimensionada especificamente para apresentar maior precisão para outras variáveis.

O principal objetivo da pesquisa PNAD Contínua é estudar as variáveis relacionadas a mercado e trabalho e renda. Já a POF 2018 tem como principal finalidade identificar o padrão de gastos dos brasileiros e estabelecer a cestas de produtos que será considerada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Tanto para a pesquisa PNAD contínua 2018 como para a POF 2018, as amostras são dimensionadas para captar com precisão as variáveis de maior interesse: na PNAD Contínua o número de pessoas ocupadas e taxa de desocupação (%). Já para a pesquisa POF 2018 a amostra é dimensionada para a cesta coletiva de produtos adquiridos. Este estudo comparou variáveis das duas pesquisas que não fazem parte das selecionadas para o dimensionamento das referidas amostras.

Devido a estes fatores, os dados comparados neste estudo devem ser analisados com muita atenção e entendimento do real objetivo das amostras construídas para as pesquisas PNAD Contínua 2018 e POF 2018.

5.2 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA PESQUISA FUTURA

O presente estudo analisa e compara amostras oriundas de duas pesquisas amostrais, com períodos de referências diferentes. A pesquisa PNAD Contínua 2018 considera dados no período de janeiro e dezembro de 2018. Já a POF considera os dados do período de junho de 2017 a julho de 2018.

As análises dos microdados via software R foram muito facilitadas pelo pacote PNADciIBGE. Como ainda não existe o pacote para a Pesquisa POF 2018, foi necessário o uso dos pacotes dplyr e Tidyverse considerando a variável PESO_FINAL.

O ideal para uma melhor comparação seria a realização da comparação com duas das pesquisas através do uso do pacote do IBGE para a pesquisa POF, que infelizmente ainda não existe.

Com isto existe a dificuldade de expandir as amostras da Pesquisa POF 2018 para a população, já que a função survey que foi utilizada na expansão da Pesquisa PNAD Contínua 2018 facilita muito este processo.

A pesquisa PNAD Contínua 2018 tem uma amostra de cerca de 210.000 domicílios por trimestre, onde as variáveis consideradas no estudo são captadas na primeira das cinco entrevistas realizadas. Já a POF 2018 teve uma amostra perto de 57.920 domicílios e as variáveis consideradas no estudo são captadas através do caderno POF1 ao longo de 12 meses. As diferenças no tamanho das amostras não devem ser desconsideradas como um dos possíveis efeitos sobre os resultados obtidos.

Na PNAD Contínua, as variáveis relacionadas aos domicílios, tem como referência os moradores e na POF 2018 o domicílio. Devido a isto, foi necessário dividir as variáveis da pesquisa PNAD Contínua por 3 para ajusta a comparação. O número 3 refere-se ao número médio de moradores por domicílio indicado pela pesquisa PNAD Contínua de 2018. Este ajuste também não deve ser desconsiderado como um dos possíveis efeitos sobre os resultados obtidos.

Não foi encontrado nenhum estudo na literatura com formato semelhante, para as variáveis analisadas no estudo, que pudesse ser utilizado como comparação e avaliação para o presente estudo.

REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, G. **Análise de Microdados da Pnad Contínua**. 2024 RPUBS. Disponível: link:<https://rpubs.com/gabriel-assuncao-ibge/pnadc> Acesso: 09/09/2024.
- BARROS, R.P.; CURY, S. ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na Pnad, na POF e nas contas nacionais**. Texto para discussão nº 1263. IPEA, Rio de Janeiro, 2007, 39p.
- BARROS, R.P.; CURY, S. ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando a Pnad, POF e contas nacionais**. Texto para discussão nº 4. Rio de Janeiro, Departamento de Economia, UFF. 2008, 41P.
- BIANCHINI, Z.M; ALBERI, S. E. **Principais aspectos da amostragem da pesquisas domiciliares do IBGE – revisão 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Metodologia. 2003. (Texto para discussão no 8).
- BRAGA, D. **Análise de microdados da Pnad Contínua. Com pacotes PNADcIBGE e survey**. RPUBS..Disponível link:<https://rpubs.com/BragaDouglas/335574>. Acesso em 09/09/2024
- DEUS, G.B.B.F; VIEIRA, H.C.; MELO, T.F.N. **Nota técnica em economia n. 13**. FACE/UFG, 2023. 13P.
- FREITAS, M. P. S.; LILA, M.F. AZEVEDO, R.V.; ANTONACI, G.A. **Amostra mestre para o sistema integrado de pesquisas domiciliares**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade. 2007. 67p.
- GONÇALVES, C. **Indicadores no R: Indicadores de emprego e renda na PnadC**. RPUBS. Disponível link:https://rpubs.com/caiocgonc/pnadc_trimestral. Acesso em 09/09/2024.
- HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato: microdados mensais baseados na pnad contínua**. Nota Técnica nº 62. Diretoria de Estudos e Política Sociais. IPEA, 2020, 22p.
- HOFFMANN,R. **Distribuição da renda no Brasil em 2017. Uma apresentação didática das principais características da distribuição de renda no Brasil de acordo com os dados da Pnad Contínua de 2017**. Economia & Região, Londrina. v.7, nº2, p 5-28, jul/dez, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares – 2002-2003**. Notas Técnicas, Rio de Janeiro 2003,
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Amostra mestre para o sistema integrado de pesquisas domiciliares. Textos para discussão nº 23**. Rio de Janeiro, 2007a. 67p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD. Textos para discussão nº 24**. Rio de Janeiro, 2007b. 80p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Sistema integrado de Pesquisas Domiciliares Amostra mestra 2010 e Amostra da Pnad Contínua**. Textos para discussão nº 50. Rio de Janeiro, 2014b, 43p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG. 2008, 20P.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. **Manual do Agente de Pesquisa**. do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Orçamento e Gestão . Rio de Janeiro, 2008. 322p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Nota Metodológicas**. V.1. Rio de Janeiro, 2014. 47p.
- IBGE, **Sistema integrado de Pesquisas Domiciliares Amostra mestra 2010 e Amostra da Pnad Contínua**. Textos para discussão nº 50. Rio de Janeiro, 2014b, 43p.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, Pnad e Pnad Contínua. Nota técnica.** Rio de Janeiro. 2015. 10p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-18. **Manual do Agente de Pesquisa.** Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2017a. 317p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017:2018: **perfil das despesas no Brasil: Indicadores de qualidade de vida.** Ministério da Economia Diretoria de Pesquisa. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2021a, 63p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Lançamento da coleta das informações.** Rio de Janeiro, 2017b. 40p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua. Manual Básico da Entrevista.** Coordenação de Pesquisas Por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2022. 262p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Notas técnicas.** Versão 1.12. Rio de Janeiro, 2023. 126p.
- R Core Team (2024). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.
- SOUZA, P.H.G.F. A distribuição de renda nas populações domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre Censos, Pnads e Pofs. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro, v.32, n.1, p. 165-188, 2015.
- TROVÃO, C.J.B.M. **Por dentro da Pnad Contínua: uma introdução ao tratamento de dados usando R. Dados eletrônicos** (1 arquivo:78kb). Natal- RN:EDUFRN, 2022. 339p.

CUIDADOS ODONTOLÓGICOS EM PACIENTES PALIATIVOS DENTAL CARE IN PALLIATIVE PATIENTS

Yasmin Mendes Rodrigues¹

Diogo Felix Dos Santos¹

Gustavo Paião Dale Luche¹

Fabiana Vitória Ananias Gonçalves Chiossi²

fabiana.goncalves@univag.edu.br

RESUMO

Os cuidados paliativos são cuidados multidisciplinares, os quais não se referem aos cuidados de fim da vida, mas sim melhorar a qualidade de vida de pacientes e suas famílias diante de doenças ameaçadoras de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento. O cirurgião dentista (CD) no ambiente hospitalar atua na concretização do conceito de saúde integral e promoção de saúde. A importância do CD concentra-se na prevenção dos fatores complicadores do processo de internação hospitalar ou no tratamento de sequelas. Mesmo durante o avanço de uma doença grave, é essencial manter a saúde bucal, uma vez que problemas dentários podem resultar em desconforto, dificuldades na alimentação e prejuízos na comunicação. Ademais, infecções na boca podem disseminar para outras regiões do corpo, acarretando complicações graves. O cuidado desses pacientes paliativos vai além de garantir uma melhor qualidade de vida ao paciente e familiares, proporciona uma maior dignidade ao paciente afetado. O objetivo do presente estudo é descrever sobre os cuidados e tratamentos odontológicos mais adequados sob foco do paciente paliativo. Foi realizada uma seleção de artigos na plataforma eletrônica PubMed, Scielo e Google acadêmico, entre 2010 e 2024, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Após leitura crítica dos artigos, foi concluído que os cuidados paliativos não se referem aos cuidados de fim da vida, sim promover qualidade de vida ao paciente sob um determinado tratamento, como medicamentos/ sistêmicos e avanço da doença de base comprometem a cavidade bucal com xerostomia, mucosite, lesão de cárie e maior exposição á doença oportunista. Os cuidados odontológicos em pacientes paliativos é suma importância, ele proporciona benefícios para a população que requer mais atenção para estabelecer a qualidade de vida.

Palavras-chave: Cuidados paliativos; Odontologia hospitalar; Doença terminal.

ABSTRACT

Palliative care is a multidisciplinary care that does not refer to end-of-life care, but rather to improving the quality of life of patients and their families facing life-threatening illnesses, through prevention and relief of suffering. The dental surgeon (DS) in the hospital environment works to implement the concept of comprehensive health and health

¹ Egresso do curso Bacharel em Odontologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG

² Professora Orientadora Doutora – Odontologia do Centro universitário de Várzea Grande – UNIVAG;
Fabiana.goncalves@univag.edu.br

promotion. The importance of the DS focuses on preventing complicating factors in the hospitalization process or treating sequelae. Even during the progression of a serious illness, it is essential to maintain oral health, since dental problems can result in discomfort, difficulties in eating and impaired communication. Furthermore, infections in the mouth can spread to other regions of the body, leading to serious complications. The care of these palliative patients goes beyond ensuring a better quality of life for the patient and family members, providing greater dignity to the affected patient. The objective of this study is to describe the most appropriate dental care and treatments with a focus on palliative patients. A selection of articles was carried out on the electronic platforms PubMed, Scielo and Google Scholar, between 2010 and 2024, in Portuguese, English and Spanish. After critical reading of the articles, it was concluded that palliative care does not refer to end-of-life care, but rather to promoting quality of life for the patient under a certain treatment, such as medications/systemic and progression of the underlying disease compromise the oral cavity with xerostomia, mucositis, caries lesions and greater exposure to opportunistic disease. Dental care in palliative patients is of utmost importance, it provides benefits to the population that requires more attention to establish quality of life.

Keywords: Integrative Palliative Care; Dental Staff; Hospital; Critical Illness.

1 INTRODUÇÃO

Pacientes hospitalizados com doenças sistêmicas são, muitas vezes, totalmente dependentes de cuidados de outrem, o que significa que não conseguem manter uma higiene bucal adequada e necessitam de apoio dos profissionais de saúde para esta e outras atividades (Rabelo; De Queiroz; Da Silva Santos, 2018). O termo ‘cuidados paliativos’ em odontologia é definido como o manejo de indivíduos com uma doença em estágio avançado, em que há comprometimento da cavidade oral, seja pela enfermidade ou como resultado do tratamento médico/ sistêmico (Nery, 2018). Torna-se então, função do cirurgião dentista: cuidar, reduzir ou solucionar os sintomas de alguma doença bucal que o paciente apresenta (Miranda *et al.*, 2016).

A odontologia deve fazer parte da equipe de cuidados paliativos, pois a cavidade oral pode abrigar diversos processos patológicos e podem ocorrer efeitos colaterais causados pelas terapias medicamentosas utilizadas no tratamento da doença de base. Além disso, a cavidade oral é particularmente importante para a saúde geral, pois está relacionada com funções do sistema estomatognático como a mastigação e deglutição (nutrição por via oral do paciente) e a fala, que, se comprometidas, pode levar a uma redução da qualidade de vida e complicações sistêmicas pelo estado nutricional (Olívia; Miranda, 2015; Zoccoli *et al.*, 2019).

O controle de placa bacteriana por instrução de higiene oral individualizada, profilaxias, indicação de colutórios, laserterapia, crioterapia, tratamento periodontal, exodontia, tratamento endodôntico, indicação de lubrificantes orais e gomas sem açúcar, estimulação do consumo de água, e, aconselhamento dietético menos cariogênica e ácida (Epstein *et al.*, 2014; Marin.; Arrieira, Jacotec, 2017, são algumas medidas preventivas e

terapêuticas passíveis de serem realizadas nessa população em questão. No entanto, a prestação de assistência odontológica em pacientes em cuidados paliativos ainda é limitada, devido a falta de conhecimento dos gestores, falta de treinamento do cirurgião-dentista, dificultando assim a prática atendimento multidisciplinar e de maneira integrada (Fitzgerald; Gallagher, 2018), justificando o aprofundamento desse tema. Portanto, o objetivo do estudo é descrever sobre os cuidados e tratamentos odontológicos mais adequados em ambiente hospitalar sob foco do paciente paliativo, evidenciando a influência do condicionamento do meio bucal e as afecções sistêmicas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, caracterizada pela construção de uma análise de artigos científicos publicados nos últimos quatorze anos (2010 - 2024). Os descritores pesquisados no DECS (Descritores em Ciências da Saúde) foram: Cuidados paliativos, Odontologia hospitalar, Doença terminal. Tais descritores foram combinados nas bases de dados PubMed, Scielo e Google Acadêmico, para pesquisa e seleção dos artigos. Os critérios de inclusão compreenderam: os artigos publicados dentro do período estipulado; nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídos artigos que continham apenas resumo e que, dentro do tema da odontologia hospitalar, não abordassem o cuidado paliativo e as questões odontológicas.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 REVISÃO DA LITERATURA

Hespanhol *et al.* (2010) realizaram uma pesquisa em um hospital de oncologia da cidade de Juíz de Fora (Minas Gerais- MG, BR), por meio de uma coleta de dados nos prontuários de pacientes que estiveram sob tratamento oncológico entre os anos de 2000 e 2007. Os autores avaliaram os dados sobre prevalência das manifestações orais em relação ao sexo, idade e tipo de tumor 97 prontuários. A mucosite foi a manifestação com mais incidência ambos os sexos (cerca de 15,5%). A xerostomia e outras condições orais como a candidíase e lesões aftosas, também estiveram presentes. Nesse estudo, os autores ressaltaram sobre que é possível melhorar a qualidade de vida em três momentos do tratamento do paciente: antes, durante e após as terapias antineoplásicas através de um protocolo de atendimento odontológico que inclui medidas de condicionamento do meio bucal prévia á quimioterapia, como profilaxia, remoção de cáries, tratamento periodontal e de focos periapicais, e tratamento de laserterapia. Portanto, é importante a inserção do cirurgião dentista na equipe oncológica para o diagnóstico precoce das manifestações bucais e acompanhamento no período o tratamento.

Rabelo, Queiroz e Santos (2010) realizaram uma pesquisa em ambiente hospitalar com o tema ‘atendimento odontológico ao paciente em unidade de terapia intensiva’. Os autores descreveram que pacientes portadores de afecções sistêmicas em situação de

hospitalização, muitas vezes se encontram totalmente dependente de cuidados. A presença de placa bacterianas na boca pode influenciar as terapêuticas médicas, devido aos fatores de virulência dos microrganismos que nela se encontram, os quais podem ser agravados pela presença de outras alterações bucais necrose pulpar, lesões de cárie, dentes fraturados ou infectados, traumas provocados por próteses fixas ou móveis que podem trazer para o paciente repercussões na sua condição sistêmica. Complicações sistêmicas devido a patógenos localizados na boca já foram relatadas, sendo os principais microrganismos relacionados a um foco primário na boca, a *Pseudomonas aeruginosa*, o *Stafilococcus aureus* e o *Streptococcus coagulose*. Portanto, os autores concluem que a avaliação da condição bucal e necessidade de tratamento odontológico em pacientes hospitalizados exigem o acompanhamento por um cirurgião dentista habilitados em odontologia hospitalar.

Já sobre a atenção nos atendimentos em pacientes paliativos, Sera *et al.* (2013) dizem a respeito da falta de atenção básica dada a saúde bucal dos pacientes em fase terminais ainda se prevalece, tanto dela falta de sensibilidade, ética ou falta de conhecimento. Ainda no mesmo contexto, Hermes e Lamarca (2013) dizem a respeito do atendimento odontológico em cuidados paliativos, focam em manter o acompanhamento da saúde bucal, fazendo a proteção do tecido periodontal, dentes, restaurações, implantes e próteses.

Almeida e Garcia (2015), descreveram que se a saúde bucal de um paciente em cuidados paliativos for bem conduzida, reduzirá o número de infecções e prevenir diversas complicações no tratamento da doença de base. Este serviço oferece atendimento humanizado a pacientes que muitas vezes não podem se deslocar até um consultório odontológico. Miranda *et al.* (2016), afirmam que os cirurgiões dentistas andam se aproximando cada vez mais do ambiente hospitalar, quebrando preconceitos e rompendo barreiras, mas ainda atuando na parte de higiene bucal dos pacientes terminais.

Para Matsuo *et al.* (2016), uma estratégia eficaz é adotar um enfoque multidisciplinar, envolvendo médicos, enfermeiros e dentistas, para uma melhor coordenação do cuidado e tratamento. É essencial adaptar as técnicas e procedimentos odontológicos às necessidades específicas desses pacientes, como a utilização de anestesia local mais suave, posicionamento adequado para evitar desconforto e ajustes na frequência e duração das consultas. Além disso, é importante oferecer apoio emocional e psicológico a eles e seus familiares, pois lidar com uma doença grave pode ser extremamente desafiador. Nakajima (2017), afirma que também deve-se focar no alívio da dor e realizar o ensino dos cuidados sobre a higiene bucal para os cuidadores, familiares ou responsáveis pela higiene bucal do paciente em questão.

Lima *et al.* (2021), em sua revisão integrativa da literatura sobre as implicações clínicas orais e a importância dos cuidados odontológicos em pacientes sob cuidados paliativos, descreveram os principais focos do dentista na atuação do cuidado paliativo são inflamatórios, infecciosos e dores decorrente das questões bucais, a partir de planejamentos éticos, humanos e interdisciplinares. Observaram a frequente manifestação de acúmulo de biofilme, doença periodontal (gengivite e periodontite), doenças oportunistas

(candidíases), lesões de cárie, mucosite, xerostomia entre outras alterações resultantes da imunossupressão, diminuição do fluxo salivar e uso excessivo de medicamentos. Intervenções básicas como a adequação mecânica, eliminação de saburra lingual e aplicação de soluções que diminuem a colonização de bacteriana, quando executadas de maneira regular e satisfatória podem influenciar diretamente no prognóstico do paciente. Os autores concluíram que o cirurgião dentista contribui para a qualidade de vida de pessoas em cuidados paliativos, que possibilitam a prevenção de agravos e recuperação de reabilitação de danos.

Miura, Cardoso e Guedes. (2021), relataram três casos clínicos de pacientes oncológicos que apresentaram necessidade de tratamento endodôntico, sendo o objetivo do trabalho apresentar os principais desafios e cuidados com essa população sob a realização do tratamento endodôntico. Contextualizando, dentre as modalidades de tratamento do câncer citaram a cirurgia, a radioterapia e a quimioterapia ou associação de ambas. Porém a terapia antineoplásica pode acarretar aos pacientes oncológicos algumas complicações orais imediatas ou tardias. Este fato ocorre porque o tratamento oncológico é capaz de destruir células tumorais, mas também lesionar células saudáveis. Dentre as complicações mais comuns na cavidade oral encontram-se a mucosite, xerostomia, disgeusia, infecções fúngicas, bacterianas e virais, cáries relacionadas à radiação, trismo, osteorradionecrose, neurotoxicidade e as osteonecrose dos maxilares associada ao uso de bisfosfonatos. O tratamento odontológico antes e durante a terapia antineoplásica apresenta muitos desafios; e o principal objetivo do tratamento odontológico no paciente oncológico é adequar o meio bucal buscando eliminar ou estabilizar as condições bucais para minimizar o risco de infecções local e sistêmica, durante e após o tratamento do câncer, e dessa forma melhorar a qualidade de vida do paciente. Sendo assim, o conhecimento adequado do processo de diagnóstico, do estadiamento do tumor e do planejamento da oncoterapia associado a uma adequada avaliação odontológica são necessários para auxiliar o cirurgião dentista a planejar o tratamento. Dessa forma, em casos de necessidade de realização de tratamento endodôntico, alguns critérios devem ser respeitados para evitar complicações; dentre eles: uso adequado isolamento absoluto, adaptação do grampo quando possível, evitar cirurgia periapical, optar pelo tratamento endodôntico convencional e realizar boa técnica de obturação e selamento coronário. A interação do cirurgião dentista com a equipe oncológica na atenção e cuidado do paciente em tratamento é extremamente importante em todos os estágios da doença. Portanto, é de fundamental importância que o tratamento odontológico sempre que possível não interfira no tratamento oncológico do paciente e tenha por finalidade minimizar complicações e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Segundo Pinto (2021), o aumento da expectativa de vida dos pacientes paliativos está vinculado a uma maior chance de o indivíduo desenvolver doenças crônicas não transmissíveis que se tornam as principais causas de sua mortalidade, morbidade e/ou incapacidade, e repercute na maneira como estes idosos são assistidos. As doenças crônicas podem ser encontradas em cuidados paliativos e os indivíduos acometidos por tais doenças, bem como suas famílias, poderão receber obrigações e cuidados desde o diagnóstico, proporcionando melhor qualidade de vida e a dignidade a estes pacientes em final de vida.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa descritiva, transversal da abordagem quantitativa. Foi realizado exame bucal em 89 idosos, em suas respectivas residências, e aplicado em questionário socioeconômico. Os resultados mostraram que doenças neurodegenerativas, declínio cognitivo, dependência funcional e componentes socioeconômicos, como sexo e renda financeira, estão associados a piores indicadores de saúde bucal como alto índice CPO-D (cariado, perdidos, obturados, dente), edentulismo funcional, saburra lingual, não uso de próteses, má higiene das próteses e menor frequência de escovação. Estes dados podem subsidiar ações de planejamento e promoção de saúde em pacientes idosos complexos, com declínio gradual e prolongado. O ideal seria que o cirurgião dentista deveria estar na equipe de cuidados paliativos para definir protocolos de atendimento, com caráter preventivo, detectando os problemas precocemente e orientando a família e cuidadores em relação aos problemas orais destes pacientes paliativos.

Silva, Carvalho e Simonato (2022), após realizarem uma revisão de literatura sobre como é o manejo com os pacientes com câncer bucal. Notaram que é preciso garantir o alívio da dor causada pelas complicações orais já instaladas, implementando ações educativas em colaboração com os cuidadores familiares e demais profissionais de saúde envolvidos. Podendo assim dar a importância do cirurgião-dentista envolvido em equipes multidisciplinares, importância até então desconhecida, pois se pensava erroneamente que a intervenção odontológica poderia agravar o estado de saúde de um paciente terminal, o que evidencia uma completa falta de compreensão do potencial da odontologia, porém, estudos têm demonstrado que o trabalho em conjunto possibilita os pacientes e seus familiares melhor qualidade de vida. A partir do momento em que o paciente está em um estado progressivo de declínio, os cuidados paliativos são necessários para garantir que ele esteja confortável enquanto está em seus últimos momentos. As pessoas que recebem cuidados paliativos geralmente têm problemas bucais. Infelizmente, as políticas de saúde no Brasil ainda negligenciam a saúde bucal, o que dificulta a prevenção e a participação dos pacientes nos processos terapêuticos, prejudicando os pacientes e seus familiares. Descrevendo como uma realidade que os profissionais e cuidadores nem sempre têm o conhecimento necessário para os cuidados bucais ideais, pois não conhecem as patologias básicas e suas consequências para a boca e o tratamento.

Soares *et al.* (2022), revisaram a literatura sobre importância da assistente odontológica nos cuidados paliativos de pacientes oncológicos. De acordo com os autores, o tratamento e os cuidados paliativos do câncer, tornaram-se fundamentais para o prognóstico da doença e melhoria da qualidade de vida do portador, tendo em vista que a falta do diagnóstico precoce permite seu desenvolvimento, além de dificultar as respostas ao tratamento e complexificar a possibilidade de cura. Nesse sentido, os cuidados ao paciente oncológicos consistem em quatro pilares: a prevenção primária, a detecção precoce, o tratamento curativo e os cuidados paliativos. Durante a terapêutica, o paciente pode ter sinais relacionados à doença e ao seu tratamento, como comprometimento funcional, além de sintomas psíquicos, os quais podem acarretar a diminuição da qualidade de vida. Algumas condições orais são prevalentes por conta da piora no quadro sistêmico do paciente, assim como pela utilização de fármacos oriundos do tratamento radioterápico

ou quimioterápico. Assim, manifestações orais como disfagia, disgeusia, cárie, periodontite, candidíase, dor orofacial, xerostomia, mucosite, sangramento, mobilidade dentária, esses são os efeitos colaterais mais frequentes associado ao tratamento antineoplásico. Para que esse cuidado e tratamento ocorram de modo holístico, a inclusão do cirurgião dentista na equipe multidisciplinar é bastante relevante e necessária para promover melhor qualidade de vida, tendo em vista as necessidades em cuidados orais que surgem durante todas as etapas do tratamento.

Teixeira e Morais (2022), após revisão de literatura sobre a atuação do CD nos cuidados paliativos em pacientes oncológicos terminais, o foco do CD deve ser o alívio da dor e a adequação do ambiente bucal, que são aspectos prioritários no tratamento dos pacientes internados. Dessa maneira, um exame inicial minucioso, deve ser feito através de uma análise clínica detalhada das cavidades orais, permitirá identificar e eliminar focos de infecção que podem surgir no futuro, além de diagnosticar infecções já presentes na cavidade bucal que têm potencial para agravar a condição clínica global, comprometendo o bem-estar dos pacientes. Estudos apontam que existe correlação entre complicações decorrentes da falta de higiene oral e o aumento da permanência hospitalar, demonstrando a fundamental importância do controle mecânico da placa bacteriana. Outro item importante é que deve ser realizado a promoção de saúde bucal para os pacientes hospitalizados, pois os procedimentos mais simples como uma profilaxia dentária, aplicação tópica de flúor ou o ensino de técnicas de escovação ficam mais difíceis para pacientes hospitalizados já que esses não podem se dirigir aos consultórios odontológicos ou até mesmo unidades básicas de saúde para terem acesso a tais informações e cuidados.

Silva *et al.* (2022), realizaram uma revisão integrativa da literatura e abordaram os desafios da equipe multiprofissional em cuidados paliativos no Brasil. A habilidade comunicativa para o trabalho em equipes multiprofissionais, na perspectiva da atenção integral ao ser humano, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde, é de grande relevância. Nesse contexto, atividades e capacitações que visem a qualificação do profissional para uma melhor comunicação com a equipe de trabalho e pacientes/ familiares são medidas que precisam ser estimuladas pelos serviços e gestores em saúde. Acredita-se que a comunicação efetua entre todos os envolvidos no processo de cuidados paliativos é uma condição necessária para o devido suporte emocional aos pacientes. Os profissionais, por sua vez, podem lançar mão de iniciativas como a escuta ativa e utilização de perguntas abertas associar estas condutas ao toque efetivo. No que tange aos desafios relacionados ao eixo paciente/ família abordam que os cuidados paliativos devem ser direcionados não somente ao indivíduo em tratamento, mas também ao seu núcleo familiar, visando a promoção da qualidade de vida desde o adoecimento até a perda do ente querido. Neste sentido, destaca-se a necessidade de acolhimento familiar pela equipe de cuidados paliativos, além da comunicação adequada durante o processo de cuidado. Ademais, o desafio mais apontado pelos autores foi a ausência de uniformização de protocolos para indicação e condução dos cuidados paliativos, bem como a necessidade de melhor estrutura para acolhimento e comunicação com os familiares. Portanto, os profissionais da equipe multiprofissional em cuidados paliativos enfrentam desafios relacionados á aspectos como:

formação/ qualificação profissional e operacionalização de rotina de trabalho em equipe; ao campo de atuação e a rede deficitária de suporte ao paciente, comunicação/ acolhimento aos pacientes e familiares. Essas evidências demonstrem necessidade de melhor qualificação profissional em cuidados paliativos. Assim, a difusão do acolhimento pode contribuir para prevenir ou mitigar os desafios que venham a seguir durante atuação profissional.

Lima (2022), em sua pesquisa qualitativa exploratória, conduziu uma “proposta prática educativa em saúde bucal no contexto da hemato-oncologia nos cuidados paliativos infanto-juvenil”. A coleta de dados foi realizada em uma unidade oncológica, de atendimento à criança e adolescente, em um hospital universitário da região do sul do Brasil. O período da coleta de dados ocorreu entre de julho a dezembro de 2021, por meio de dois questionários encaminhados aos participantes da pesquisa em dois momentos: questionário de fase inicial e o da fase final (após o envio dos vídeos). Os resultados geraram seis categorias oriundas da análise dos dados e que repercutiram como eixos norteadores da construção dos vídeos educativos sobre a saúde bucal no contexto da onco-hematologia: Cuidados com a mucosite; Utilização do laser como prevenção e tratamento; Cuidados com a higiene oral; outras complicações bucais comuns na oncologia infantil; Proposta educativa – confecção do vídeo; e Avaliação da proposta educativa – resultados fase final. A pesquisa relata que a complicação mais comum na oncologia pediátrica é a mucosite, uma resposta inflamatória da mucosa bucal a altas doses de quimioterapia e/ou radioterapia; e que, se não tratar pode resultar em úlceras dolorosas. Os autores concluíram que as práticas educativas relacionadas a saúde bucal no contexto dos cuidados paliativos, auxiliou na ampliação do conhecimento dos profissionais do setor, além de instigar a autonomia profissional na definição de condutas efetivas frente aos casos apresentados na onco-hematologia infanto-juvenil.

Santos *et al.* (2023), realizaram uma revisão bibliográfica da literatura sobre os cuidados paliativos em oncologia pediátrica. Segundo os autores ao se deparar com o diagnóstico de câncer no contexto pediátrico, pais e responsáveis pela criança, podem se sentir desestabilizados para enfrentar tal condição. Sonhos, projetos, rotina, cotidiano, tomam um novo curso. Diante desse contexto utilizar alternativas para não tornar ainda mais doloroso todo o processo que a criança oncológica enfrentará no decorrer do tratamento, em virtude de propor medidas de alívio e conforto, e na oferta do suporte necessário. Os cuidados paliativos a execução da assistência pode ser realizada por uma equipe multiprofissional, em que cada integrante coopere de uma determinada forma para melhorar a qualidade de vida do paciente e família. O cirurgião dentista que atua em cuidados paliativos, possibilita o alívio do sofrimento e desconfortos orais da criança a oncológica, na prevenção e avaliação de problemas ou de possíveis alterações bucais. Os autores ressaltam a importância da aplicabilidade dos cuidados paliativos, e o seus benefícios tanto para o paciente oncológico pediátrico quanto para familiares, a fim de vincular desta forma maior visibilidade e conhecimento sobre o tema, no que se refere a existência e prática do cuidado, tornando-o mais difundido no meio acadêmico, social e principalmente visto como uma alternativa benéfica e eficaz na equipe multiprofissional.

Segundo os autores Palma *et al.* (2024), os cuidados paliativos não estão relacionados com a duração da vida, a antecipação ou o adiamento da morte, mas sim, ter como foco a garantia de uma maior qualidade de vida que pode impactar de forma positiva no tratamento da doença. Portanto, é possível afirmar que cada caso é individualizado e as condutas são adequadas conforme a terapêutica e a necessidade do paciente. O tratamento paliativo é composto por cuidados à saúde bucal, exames clínicos, exames complementares, diagnóstico e intervenção. Assim, sendo atuante em tratamentos de doenças glandulares presentes na cavidade bucal, câncer de cabeça e pescoço, disfunções temporomandibular, dor miofascial, enfermidades mucocutâneas, doenças autoimunes, infecções odontológicas, manifestações associadas às condições sistêmicas e fármacos, edentulismo e problema de origem periodontal ou cardiogênico. As doenças orais como xerostomia, cárie e estomatite são prevalentes em adultos que possuem alterações sistêmicas graves, podendo causar complicações fatais, interferindo assim na qualidade de vida do indivíduo. A xerostomia é a condição oral mais comum, sendo ela responsável por prejudicar a fala, paladar, mastigação e deglutição, apresentando piora a cada fase da morte, devido a insuficiência renal, desidratação e o uso de medicamentos anticolinérgicos. Neste sentido, a doença cárie também pode impedir a ingestão de nutrientes de forma adequada, em função de dores odontogênicas, bem como, a presença de próteses mal adaptadas, que também podem interferir no bem-estar dos pacientes. Outras condições que podem acometer os pacientes paliativos estão relacionadas a candidíase, herpes labial, saburra e inflamação da língua, halitose, mucosite, eritema da mucosa e dor orofacial. Portanto, os cuidados paliativos realizados pelo cirurgião dentista são de fundamental importância para amenizar a dor e ocorrência de complicações, como também, para acolher e transmitir confiança ao paciente dominado pelas emoções.

Correia *et al.* (2024) em revisão de literatura sobre o tema de a importância do cirurgião-dentista nos cuidados com pacientes oncológicos em estágio terminal, relatam a necessidade da participação do cirurgião dentista na equipe multidisciplinar, pois a cavidade oral pode ser afetada direta ou indiretamente por diferentes doenças e seus tratamentos. Entre os pacientes que necessitam de cuidados paliativos, os pacientes oncológicos terminais desenvolvem diversas manifestações orais como xerostomia, mucosite e candidíase, além dos cânceres que acometem a região de cabeça e pescoço, o tratamento oncológico acarreta diversos efeitos colaterais na cavidade oral, faringe, laringe. Nesses casos o cirurgião dentista pode atuar em diferentes estágios da doença, desde o diagnóstico de câncer bucal, até a manutenção da saúde do paciente em estágios avançados da doença. O artigo conclui que o cirurgião desempenha um papel fundamental para as manifestações que podem se desenvolver durante o tratamento antineoplásico.

Vasconcelos *et al.* (2024), realizaram uma revisão integrativa da literatura, o impacto dos problemas bucais na qualidade de vida de pacientes terminais e a participação da Odontologia na equipe de cuidados paliativos. Os profissionais envolvidos na equipe multidisciplinar precisam formar uma aliança terapêutica com o paciente, os cuidadores e a família, esse tipo de assistência melhora a qualidade de vida não apenas dos dentes, mas também das suas famílias ou de seus cuidadores, que enfrentam as complexidades das

enfermidades potencialmente fatais. Trabalhando-se em conjunto com os demais membros da equipe de assistência hospitalar, o cirurgião dentista tem condições de atuar de uma forma preventiva, iniciando se por práticas adequadas de higiene bucal. E quando não se é possível prevenir os agravos, a intervenção e o tratamento adequados, reduzem ou evitam situações mais complexas, quando a possibilidade de infecções, de dor, desconforto e de dificuldades no desempenho das funções orais.

4 RESULTADOS

Os cuidados paliativos não se referem aos cuidados de fim da vida, mas sim promover qualidade de vida ao paciente sob um determinado tratamento. Os tratamentos medicamentosos / sistêmicos e o avanço da doença de base comprometem a cavidade bucal e dentre essas afecções cita-se: a xerostomia, mucosite, suscetibilidade a lesões de cárie, e maior exposição á doenças oportunistas (fúngicas e virais). A Odontologia tem papel fundamental nesse contexto devido atuar em três pilares, sendo a prevenção primária, a detecção precoce, o tratamento curativo e os cuidados paliativos de forma individualizada.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo conclui que a atuação da Odontologia com pacientes sob cuidados paliativos:

a) Traz benefícios para essa população que requer maior atenção para restabelecer qualidade de vida com cuidados individualizados, desde promoção de saúde até procedimentos invasivos para solucionar dor, dificuldade na alimentação e interferência na comunicação;

b) A Odontologia para pacientes em necessidade especial consegue se deslocar àqueles pacientes que não podem se locomover ou estão sob internação hospitalar;

c) As infecções bucais em pacientes paliativos que possuem sistema imunológico debilitado, podem se espalhar para outras partes do corpo, levando a complicações por disseminação bacteriana;

d) Ainda pouco vista, é uma área promissora que necessita trabalhar dentro de uma equipe multidisciplinar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, K. L. GARCIA, D. M. O uso de estratégias de comunicação em cuidados paliativos no Brasil: revisão integrativa. **Cogitare Enfermagem**, v.20, n.4, p.725–732, 2015.
- CORREIA, I. A. S. *et al.* A importância do cirurgião-dentista nos cuidados com pacientes oncológicos em estágio terminal-revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review, Curitiba**, v.7, n.2,p.01-06,mar./apr.,2024.
- EPSTEIN, J. B. *et al.* Appropriate and necessary oral care for people with cancer: guidance to obtain the right oral and dental care at the right time. **Support Care Cancer**, v.22, n.1, p.1981-1988, 2014.
- FITZGERALD, R.; GALLAGHER, J. Oral health in end- of-life patients: A rapid review. **Special Care in Dentistry**, v.38, n.5, p.291-298, 2018.
- HERMES, H. R.; LAMARCA, I. C. A. Cuidados Paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 18, n.9, p.2577-2588, 2013.
- HESPANHOL, F. L. *et al.* Manifestações bucais em pacientes submetidos a quimioterapia. **Ciênc. saúde coletiva**, n.15, suppl.1, 2010.
- LIMA, L. C. S. *et al.* Implicações clínicas orais e a importância dos cuidados odontológicos em pacientes sob cuidados paliativos. **Research, Society and Development**, v.10, n.9, e52410918356, 2021.
- LIMA, M. S. **Proposta prática educativa em saúde bucal no contexto da hematologia nos cuidados paliativos infanto-juvenil**. 2022. 38 p. Pós-Graduação em Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde- Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2022.
- MARINI, M. Z.; ARRIEIRA, I. JACOTEC, C. Relato de experiência da equipe odontológica em atenção domiciliar em um hospital-escola na cidade de Pelotas, RS, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia – UPF**, v.22, n.2, p.158-161, 2017.
- MATSUO, K. *et al.* Associations between oral complications and days to death in palliative care patients. **Supportive Care in Cancer**, v.24, n.1, p.157-161, 2016.
- MIRANDA, B.*et al.* Pacientes oncológicos, serviço de urgência e oferta de cuidados paliativos. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.62, n.3, p.207-211, 2016.
- MIURA, F. L.; CARDOSO, E. M. F. S.; GUEDES, C. D. C. F. V. Cuidados durante o tratamento endodôntico no paciente oncológico. **Research, Society and Development**, v.10, n.11, e446101119789, 2021.
- NAKAJIMA, N. Characteristics of Oral problems and effects of Oral Care in Terminally ill Patients with Cancer. **American Journal of Hospice and Palliative Medicine**, v.34, n.5, p.430-434, 2017.
- NERY, M. W. Conhecimento de estudantes de medicina, odontologia e enfermagem sobre o câncer de boca: estudo na cidade de Recife/PE. **Revista da ABENO**, v.3, n.1, p.12-23, 2018.
- OLÍVIA, F. A.; MIRANDA, A. F. Cuidados Paliativos e Odontogeriatrics: Breve comunicação. **Revista Portal de Divulgação**, n.44, n.5, p.1-6, 2015.
- PALMA, A. B. O., *et al.* Cuidados paliativos em odontologia: revisão de literatura. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais**, v.17, n.5, p. 01-15, 2024
- PINTO, C. A. **Saúde bucal de idosos em cuidados paliativos domiciliares e fatores associados**. 2021. 101p. (Dissertação- Mestrado em Gerontologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.

RABELO, G. D.; DE QUEIROZ, C. I.; DA SILVA SANTOS, P. S. Atendimento odontológico ao paciente em unidade de terapia intensiva. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, v.55, n.2, p.67–70, 2018.

SERA, E. A. R. *et al.* Avaliação dos cuidados odontológicos pré e transtratamento radioterápico. **Brazilian Journal of Periodontology**, v 23, n.3, p.30- 38, 2013.

SILVA, B. S. R.; CARVALHO, M. M.; SIMONATO, L. E. Manejo odontológico em cuidados paliativos de pacientes com câncer bucal. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. 2022.

SILVA, T. S. S. *et al.* Desafios da equipe multinacional em cuidados paliativos no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, e118511628904, 2022.

SOARES, J. B.; *et al.* Importance of dental care in palliative care of cancer patients: na integrative literature review. **Reserarch, Society and Development**, v.11, n.11, p. e142111133198, 2022.

TEIXEIRA, C. B.; MORAIS, A. D. A atuação do cirurgião-dentista nos cuidados paliativos em pacientes oncológicos terminais: revisão de literatura. **JNT- Facit Business and Technology Journal**. QUALIS B1.Ed. 39 Vol. 3. 2022

VASCONCELOS, E. E. M. *et al.* Problemas bucais e a participação da odontologia na equipe de cuidados paliativos, **Challenges and Research in Health Sciences: A Multidisciplinary Approach**. 2024

ZOCCOLI, T. L. V. *et al.* Desmistificando Cuidados Paliativos Um Olhar Multidisciplinar. **Arquivos em Odontologia**, v.3, n.1, p.1-9, 2019.

A INFLUÊNCIA DA VARIABILIDADE CLIMÁTICA NA PRODUTIVIDADE DE SOJA DO MATO GROSSO

THE INFLUENCE OF CLIMATE VARIABILITY ON SOYBEAN YIELD IN MATO
GROSSO.

Helizani Couto Bazame¹
Gabriel de Ávila Marcolino da Silva²
Juliana Maria Amabile¹
Débora Curado Jardim¹

¹Docentes do curso de Agronomia do UNIVAG. e-mail: helizani@univag.edu.br;
juamabile@univag.edu.br; debora.jardini@univag.edu.br.

² Discente do curso de Agronomia do UNIVAG. e-mail: gabrielavila012@gmail.com

RESUMO

A soja é uma leguminosa de grande interesse na economia mundial e de grande importância na alimentação humana. A variabilidade climática tem grande influência na estimativa da produtividade agrícola, pois a ausência ou excesso de precipitação, e/ou baixas ou elevadas temperaturas durante o ciclo da cultura podem atrapalhar o seu desenvolvimento no campo. Os modelos agrometeorológicos tem sido utilizado para a realização da simulação de produtividade, prevendo o desenvolvimento da cultura antes e durante a sua implantação no campo. O objetivo deste estudo foi estimar as datas de plantio de soja e a produtividade correspondente em todo estado do Mato Grosso para as safras cujos plantios se dão de 2000 a 2023. O início do plantio da soja no Mato Grosso varia ano a ano em função especialmente do início da estação chuvosa, porém, outros fatores como, a intenção do plantio de milho safrinha, podem estimular fazendeiros a plantar a soja mais cedo. A queda de produtividade em 2023 foi exacerbada pelo modelo, o que pode estar relacionado à dificuldade de dados de precipitação de baixa resolução em representar para cada pixel de soja as respectivas chuvas esporádicas ou muito localizadas. O modelo agrometeorológico desempenhou de forma satisfatória na captura dos sinais de quebra de safra de soja frente à variabilidade climática no período estudado.

Palavras-chave: Modelos agrometeorológicos; Mudanças climáticas; Modelagem.

ABSTRACT

Soybeans are a legume of great interest to the global economy and of great importance for human nutrition. Climate variability has a great influence on the estimation of agricultural yield, since the absence or excess of precipitation, and/or low or high temperatures during the crop cycle can hinder its development in the field. Agrometeorological models have been used to perform yield simulations, predicting the development of the crop before and during its implementation in the field. The objective of this study was to estimate soybean planting dates

and the corresponding yield throughout the state of Mato Grosso for harvests whose plantings occur from 2000 to 2023. The start of soybean planting in Mato Grosso varies from year to year, especially depending on the beginning of the rainy season. However, other factors, such as the intention of planting second-crop corn, can encourage farmers to plant soybeans earlier. The drop in yield in 2023 was exacerbated by the model, which may be related to the difficulty of low-resolution precipitation data in representing the respective sporadic or very localized rainfall for each soybean pixel. The agrometeorological model performed satisfactorily in capturing the signs of soybean crop failure in the face of climate variability in the period studied.

Keywords: Agrometeorological models; Climate change; Modeling.

Introdução

A soja é uma leguminosa de grande interesse na economia mundial e de grande importância na alimentação humana em decorrência de suas propriedades nutricionais (Silva et al., 2010). O Brasil é o maior produtor mundial de soja, a safra brasileira em 2023/2024 foi de aproximadamente 147,38 milhões de toneladas (Conab, 2024). A magnitude da participação do Brasil no mercado mundial de soja deixa os produtores fortemente expostos à demanda do mercado externo e às oscilações de preços. A produtividade das culturas agrícolas depende de diversos fatores como manejo, tipo de solo, e clima, sendo o clima fator limitante.

A variabilidade climática tem grande impacto nas atividades e produtividade agrícola, pois a ausência ou excesso de precipitação, e/ou baixas ou elevadas temperaturas durante o ciclo da cultura podem atrapalhar o seu desenvolvimento no campo (Aparecido et al., 2022). Por exemplo, o “déficit” hídrico proporciona decréscimo da produção da área foliar, fechamento dos estômatos, aceleração da senescência e abortamento, por outro lado, elevadas precipitações pluviométricas podem provocar perdas na cultura, favorecendo a incidência de doenças e problemas radiculares (Gerstemberger et al., 2007). O entendimento do sistema solo-planta-atmosfera por meio da modelagem, vem sendo cada vez mais utilizado pelos pesquisadores para auxiliar na escolha do melhor manejo das culturas auxiliando o produtor no conhecimento científico e suporte na tomada de decisão no campo (Jin et al., 2014).

A agricultura moderna se beneficia do uso de modelos agrícolas, que auxiliam na estimativa da produtividade de forma eficiente e precisa (Freitas et al., 2025). Modelos agrometeorológicos que relacionam a produtividade das culturas com variáveis hídricas podem auxiliar na previsão de safra e na identificação de material genético mais tolerante a “déficit” hídrico. Esses modelos, são ferramentas que permitem gerar cenários, considerando as diversas

combinações dos fatores que influenciam a produtividade das culturas (Gomes et al., 2014). Dentre as vantagens da utilização destacam-se à economia de tempo e a quantidade de recursos para definição de melhores práticas de irrigação, determinação de riscos de déficit hídrico, respostas de culturas à suplementação hídrica, quantificação de impactos ambientais.

Além disso, a volatilidade dos preços causadas por eventos climáticos extremos podem afetar toda a cadeia da cultura da soja que possui uma grande participação na matriz alimentícia do planeta. Por isso, a modelagem e o entendimento da relação entre a variabilidade do clima e a economia possui papel fundamental tanto para os produtores quanto para toda a população que consome os produtos agrícolas (Schemes, 2018). O objetivo deste estudo foi estimar datas de plantio de soja e a produtividade correspondente em todo estado do Mato Grosso para as safras cujos plantios se dão de 2000 a 2023.

Material e métodos

Para se estimar o impacto da variabilidade climática no cultivo de soja do estado do Mato Grosso utilizou-se o modelo agrometeorológico SSM-iCrop2 (Soltani e Sinclari, 2012; Soltani et al., 2020). Para se estimar a produtividade das safras de soja de 2000 a 2023, este modelo requer dados meteorológicos diários de precipitação, temperatura, umidade relativa e radiação solar. Além disso, para uma melhor estimativa da produtividade por parte do modelo, levou-se em consideração a localização geográfica dos cultivos de soja, bem como as suas respectivas características de solo e datas de plantio. Nas seções a seguir serão detalhadas a parametrização do modelo SSM-iCrop2, as fontes de dados meteorológicos, de solos, e de áreas de cultivo de soja, e a metodologia utilizada para estimativa das datas de plantio. Para facilitar o processamento computacional, o território do estado do Mato Grosso foi dividido em células de $0.25^\circ \times 0.25^\circ$. Essa divisão é apresentada na Figura 1A junto a alguns dos dados utilizados neste estudo (Figura 1B-D).

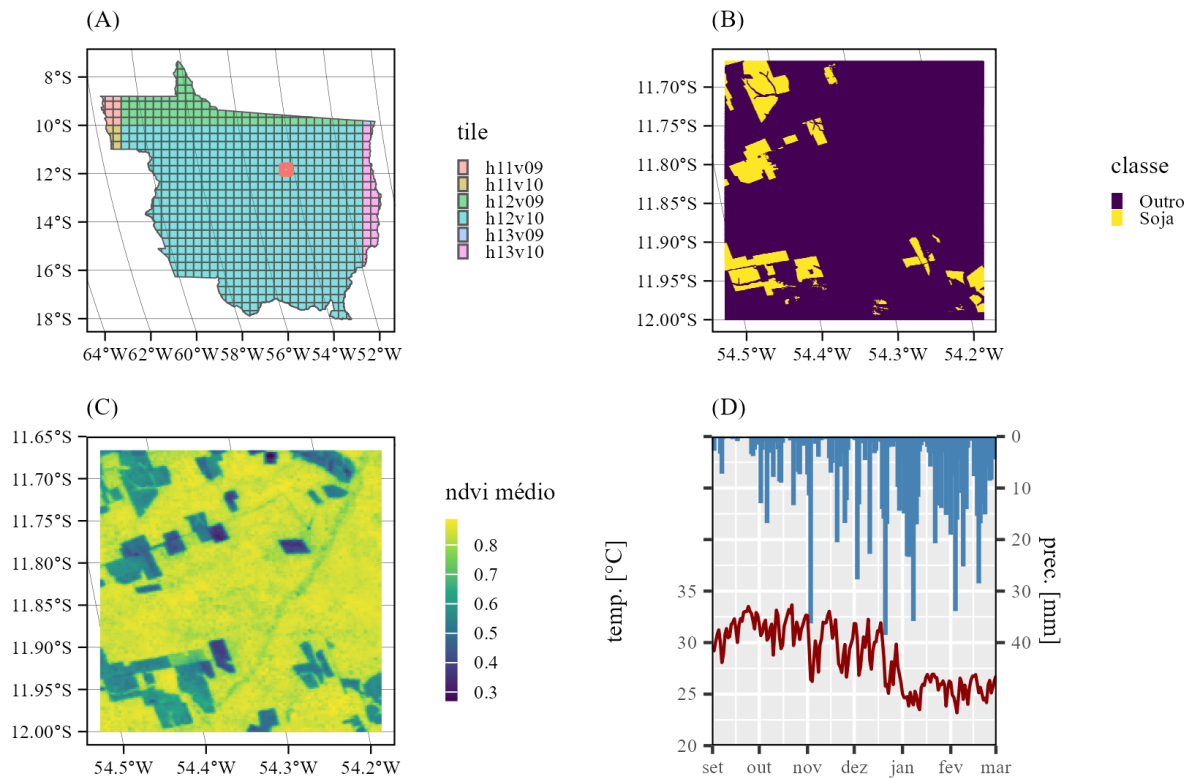


Figura 1. (A) Tiles do produto MODIS 13Q1 utilizados e subdivisões em células de 0.25° x 0.25°. Célula vermelha em destaque para resumo de dados da Figura 1B-D. (B) Máscara de soja da Coleção 9 do Projeto MapBiomass para o ano de 2023 para a célula em ênfase em 1A. (C) NDVI médio da safra de 2023 para célula em ênfase em 1A. (D) Série temporal de temperatura e precipitação para célula em ênfase em 1A.

Parametrização do modelo agrometeorológico

O modelo SSM-iCrop2 é um modelo baseado em processos (simulação dinâmica) para representação do sistema solo-planta com clima e conta com submodelos de fenologia, de desenvolvimento foliar, de produção de matéria seca, e balanço hídrico. Apesar das inúmeras variedades e cultivares de soja adotadas no Mato Grosso, para esta simulação adotou-se como referência o cultivar BRSGO 8360, cujo ciclo médio é de 115 dias, espaçamento entre linhas de 0,50m e densidade de plantio de 14 plantas/m (EMBRAPA, 2013).

Devido ao ciclo semiprecoce do cultivar, ajustou-se o comprimento (em graus dias) da fase da emergência ao florescimento (R1) sendo 25% mais curto que em ciclos normais (ciclo médio de 130 dias). Dessa forma, a duração das fases, em unidades térmicas (graus dias), foi de 70 entre plantio e emergência (SOWEMR), 712.5 (ciclo semiprecoce = 950 * 0.75) entre emergência e término de crescimento das folhas na haste principal (EMRTLTM), 190 do e

término de crescimento das folhas na haste principal até o fim do crescimento dos grãos (TLMBSG), 700 do início ao fim do enchimento dos grãos (BSGTSG) e 240 do fim do enchimento de grãos à maturidade de colheita (TSGMAT). Adotou-se o fotoperíodo crítico como 12.1, de acordo com o grupo de maturidade de 8.3 deste cultivar. Para os demais parâmetros utilizados pelo modelo, adotou-se os padrões apresentados em Soltani e Sinclair (2012). Para o módulo de balanço hídrico, adotou-se o número da curva (CN), relacionado ao parâmetro de retenção de água do solo, como 78,7 para a soja cultivada no Cerrado (Oliveira et al., 2016).

Dados meteorológicos

Os dados diários de precipitação, temperatura, umidade relativa e radiação solar foram obtidos do projeto Prediction of Worldwide Energy Resources (POWER) do Langley Research Center (LaRC) da National Aeronautics and Space Administration (NASA) (NASA, 2025b). Os dados diários de precipitação, temperatura e umidade relativa são provenientes do modelo GMAO MERRA-2 (NASA, 2022), com resolução de 0.5° x 0.625°, e o dado diário de radiação solar proveniente do modelo CERES SYN1deg (NASA, 2025a), com resolução espacial de 1° x 1°.

Dados de solo

Os dados de solo foram obtidos da base SoilGrids250m (Hengl, 2017) para as frações volumétricas (%) de água disponível à capacidade de campo (pF 2.5), no ponto de murcha permanente, e na saturação do solo. Os dados estão disponíveis para diferentes profundidades do solo e foram ponderados pela profundidade respectivas até 1,2m de profundidade, que é a profundidade máxima das raízes da soja adotado nesse estudo.

Mapeamento de histórico de soja

A localização das áreas plantadas de soja para as safras de 2000 até 2023 foram obtidas da Coleção 9 da série anual de mapas de uso da terra do Brasil do projeto MapBiomas (MAPBIOMAS, 2025; Souza, 2020), cuja acurácia no nível 1 da classificação hierárquica: 93.09%. O dado está disponível em resolução de 30m x 30m.

Datas de plantio da soja

Após a obtenção dos mapas anuais de soja do estado do Mato Grosso, as respectivas datas de plantio dos campos de soja de cada safra foram estimadas à nível de pixel utilizando-se séries temporais do índice de vegetação NDVI (Normalized Difference Vegetation Index) do produto MODIS 13Q1 v6.1 (Didan, 2021). Os dados possuem resolução espacial de aproximadamente 250 m, e resolução temporal de 16 dias. Filtraram-se os pixels de NDVI com valores de confiabilidade de 0 (dados bons) e 1 (dados marginais/úteis). Como máscara para cada safra utilizou-se os mapeamentos de soja anuais reamostrados para a resolução espacial do MODIS. Para redução dos ruídos na série temporal de NDVI, suavizou-se a série para resolução diária com kernel smoother em janela temporal de 1.5x a resolução temporal (24 dias). Para determinar a data de plantio de cada pixel, observou-se a data mais próxima em que o NDVI atingiu o valor de 0,60 e subtraiu-se 45 dias (Figura 2). Essa diferença de 45 dias é observada como a média de dias aproximada que a soja leva para atingir o NDVI de 0,60 para séries temporais de MODIS em diferentes estudos (Farias, et al. 2023, Shammi e Meng, 2021).

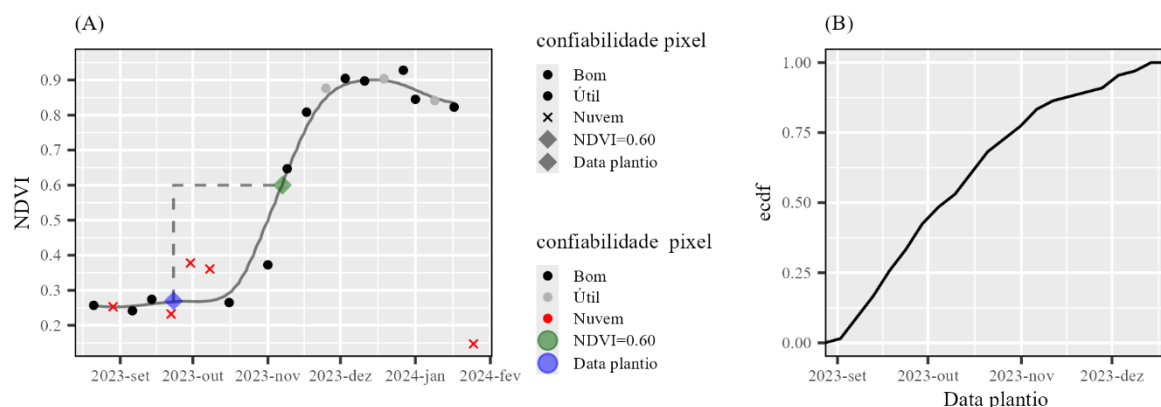


Figura 2. Estimativa da data de plantio através da série temporal de NDVI. (A) Série temporal de NDVI do produto MODIS 13Q1 para um pixel aleatório da célula em destaque na Figura 1A. (B) Curva de plantio obtida para célula em destaque na Figura 1A.

Resultados e discussão

Datas de plantio da soja

As estimativas aproximadas de datas de plantio da soja por meio de séries de NDVI apontam um plantio cada vez mais rápido ao longo dos anos no estado do Mato Grosso (Figura 3A). Além disso, a estimativa de data de plantio também nos permite investigar as regiões que,

em média, plantam a soja mais cedo ou mais tarde no estado (Figura 3B). O início do plantio da soja no Mato Grosso varia ano a ano em função do vazio sanitário, mas especialmente em função do início da estação chuvosa. Porém, outros fatores, como a intenção do plantio de milho safrinha, podem estimular fazendeiros a plantar a soja mais cedo. No Mato Grosso, o milho é cultivado predominantemente como safrinha, e sua área plantada cresceu em aproximadamente 1814% de 1990 a 2020, enquanto a área de soja cresceu em apenas 552% no mesmo período (SEDEC, 2021). Esse grande crescimento do plantio de milho safrinha pode explicar por que vemos a soja plantada cada vez mais cedo.

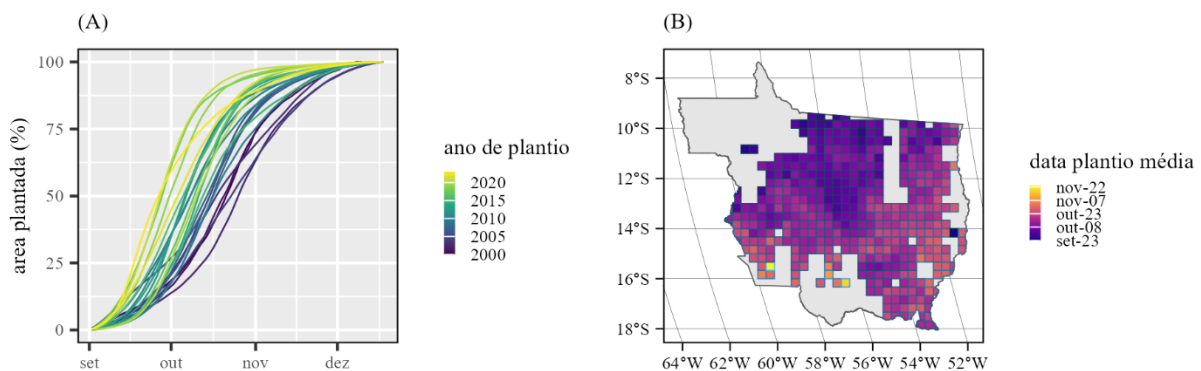


Figura 3. (A) Curva de plantio da soja no estado do Mato Grosso. (B) Data média do plantio de soja para diferentes regiões do estado do Mato Grosso.

O modelo agrometeorológico, aliado de dados climáticos e físico-hídricos do solo, apontou os anos de 2015, 2019, 2020 e 2023 como os de menor produtividade média da soja ao longo dos anos observados (Figura 4A-B). Corroborando com esses resultados temos dados que também apontam quebra nesses anos, como por exemplo a menor safra 2015 em relação ao ano anterior (Agrolink, 2016), relatórios apontando a apreensão de produtores devido às frequências das chuvas em 2020 (IMEA, 2020) e expectativa de quebra de 21% da safra de 2023 (Aprosoja, 2024).

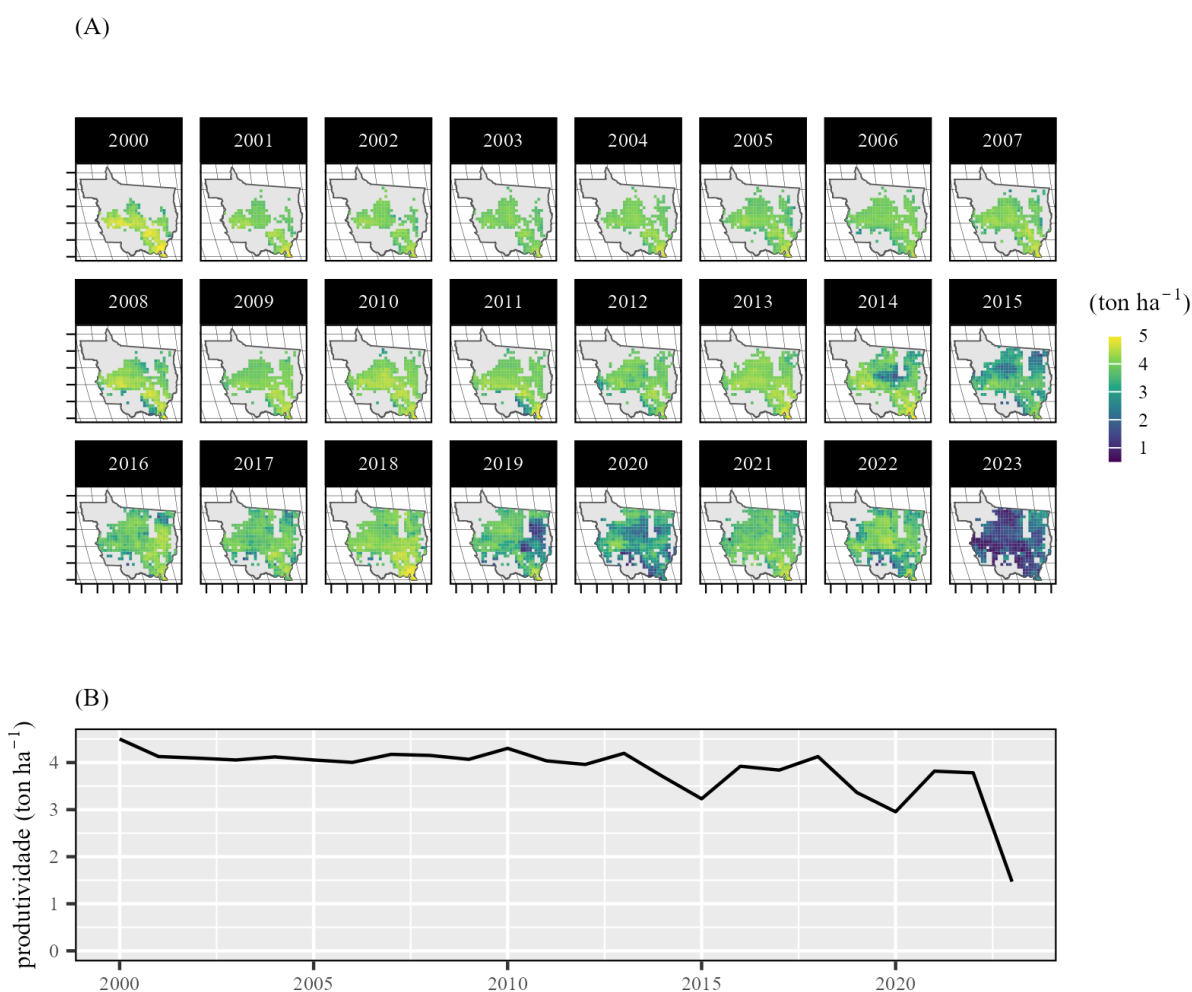


Figura 4. (A) Produtividade espacial da soja ao longo das safras de 2000 a 2023 e (B) sua produtividade média agregada ao território do estado do Mato Grosso.

Vale ressaltar que apesar da quebra de safra documentada, a magnitude da quebra estimada pelo modelo em 2023 não ocorreu, e pode ter sido exacerbada por limitações do modelo e/ou dados utilizados. Os modelos, são ferramentas que permitem gerar cenários, considerando as diversas combinações dos fatores que influenciam a produtividade das culturas agrícolas (Gomes et al., 2014). Dentre as vantagens da utilização destacam-se à economia de tempo e a quantidade de recursos para definição de melhores práticas de irrigação, determinação de riscos de déficit hídrico, respostas de culturas à suplementação hídrica, quantificação de impactos ambientais, entre outros. Por outro lado, devemos também estar atento à suas limitações, que vão desde simplificações de processos fisiológicos da cultura modelada, adoção de um cultivar único ao longo de mais de 20 anos, ignorando aprimoramentos tecnológicos, e problemas relacionados à escala, como a resolução espacial e temporal de dados adotados.

Conclusões

O modelo agrometeorológico desempenhou de forma satisfatória na captura dos sinais de quebra de safra de soja frente à variabilidade climática no período. O modelo pode também elucidar motivos ou condições médias observadas que resultaram no sucesso ou quebra da safra, auxiliando produtores e autoridades a se planejar para o volume produzido no respectivo ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APARECIDO, L.E.D.O.; LORENÇONE, J. A.; LORENÇONE, P. A.; TORSONI, G. B.; LIMA, R. F.; MORAES, J. R. S. C. 2022. Predicting coffee yield based on agroclimatic data and machine learning. *Theoretical and Applied Climatology*.

Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB]. 2017. Análise do mercado da soja. Monitoramento agrícola- Safra 20. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/analises-do-mercado-agropecuário-e-extrativista/analises-do-mercado/historico-de-conjunturas-de-soja/item/14410-soja-conjuntura-semanal-19-10-a-23-10-2020>>. Acesso em: 06 março 2025.

DIDAN, K. 2021. MODIS/Terra Vegetation Indices 16-Day L3 Global 250m SIN Grid V061 [Data set]. NASA EOSDIS Land Processes Distributed Active Archive Center. <https://doi.org/10.5067/MODIS/MOD13Q1.061>. Data de acesso: 2025-05-25.

EMBRAPA. Cultivares convencionais de soja – Macrorregiões 3, 4 e 5. 2013. Acessado em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/954281/1/CatalogoSoja2013MTRO.pdf>. Data de acesso: 2025-05-25.

FARIAS, G. D. et al. Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) for soybean biomass and nutrient uptake estimation in response to production systems and fertilization strategies. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 6, p. 959681, 2023. <https://doi.org/10.3389/fsufs.2022.959681>.

FREITAS, C. H.; COELHO, R. D.; COSTA, J. O.; SENTELHAS, P. C. Equationing Arabica coffee: Adaptation, calibration, and application of an agrometeorological model for yield estimation, *Agricultural Systems*, Volume 223, 2025, 104181, ISSN 0308-521X. <https://doi.org/10.1016/j.agry.2024.104181>.

GERSTEMBERGER, E.; SOUZA, J.L.M.; SANTOS, M.J.; ARAUJO, M.A. 2010. Estimativa da produtividade da cultura do milho em diferentes sistemas de cultivo na região de Ponta Grossa-PR, Utilizando modelos agrometeorológicos. In: XVIII Reunião Brasileira De Manejo E Conservação Do Solo E Da Água - Novos Caminhos para Agricultura Conservacionista no Brasil. Teresina, PI, Brasil.

GOMES, A.C.S.; ROBAINA, A.D.; PEITER, M.X.; SOARES, F.C.; PARIZI, A.R.C. 2014. Modelo para estimativa da produtividade para a cultura da soja. *Ciência Rural* 44(1): 43-49.

HENGL, Tomislav et al. SoilGrids250m: Global gridded soil information based on machine learning. *PLoS one*, v. 12, n. 2, p. e0169748, 2017. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0169748>.

IMEA, 2020. 6ª Estimativa de Safra 2020/2021. Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária. Acessado em: <https://imea.com.br/imea-site/relatorios-mercado-detalhe?c=4&s=696277481678307328>. Data de acesso: 2025-05-25.

JIN, X.; FENG, H.; ZHU, X.; LI, Z.; SONG, S.; SONG, X. 2014. Assessment of the AquaCrop Model for Use in Simulation of Irrigated Winter Wheat Canopy Cover, Biomass, and Grain Yield in the North China Plain. *Plos One* 9(1): 1–11.

MAPBIOMAS, 2025. Projeto MapBiomass – Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Acesso em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Data de acesso: 2025-05-25.

NASA, 2022. Global Modeling and Assimilation Office – Modern-Era Retrospective analysis for Research and Applications, Version 2 (MERRA2). Acessado em <https://gmao.gsfc.nasa.gov/reanalysis/MERRA-2/>. Data de acesso: 2025-05-25.

NASA, 2025a. Clouds and the Earth’s Radiant Energy System (CERES) Synoptic TOA and surface fluxes and clouds (SYN). Acessado em: <https://ceres.larc.nasa.gov/data/#syn1deg-level-3>. Data de acesso: 2025-05-25.

NASA, 2025b. Prediction of Worldwide Energy Resources (POWER) - National Aeronautics and Space Administration (NASA) Langley Research Center (LaRC). Acessado em [NASA POWER | Prediction Of Worldwide Energy Resources](#). Data de acesso: 2025-05-25.

OLIVEIRA, P. T. S., NEARING, M. A., HAWKINS, R. H., STONE, J. J., RODRIGUES, D. B. B., PANACHUKI, E., & WENDLAND, E. (2016). Curve number estimation from Brazilian Cerrado rainfall and runoff data. *Journal of Soil and Water Conservation*, 71(5), 420–429. <https://doi.org/10.2489/jswc.71.5.420>

SEDEC, 2021. Série histórica da produção de grãos no estado de Mato Grosso. Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC). Acessado em: <https://www.sedec.mt.gov.br/documents/195466/13895647/SÉRIE+HISTÓRICA+DA+PRODUCÃO+DE+GRÃOS+NO+ESTADO+DE+MATO+GROSSO/59a0a370-6254-32bd-f68e-ca633f1b488d>. Data de acesso: 2025-05-25.

SHAMMI, Sadia Alam; MENG, Qingmin. Use time series NDVI and EVI to develop dynamic crop growth metrics for yield modeling. *Ecological Indicators*, v. 121, p. 107124, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2020.107124>.

SILVA, C.O.; ANDRADE, G.F.; DANTAS, M.I.S.; COSTA, N.M.B.; PELUZIO, M.C.G.; FONTES, E.A.F.; MARTINO, H.S.D. 2010. Influence of processing on the protein quality of new soybean cultivars intended for human food. *Revista de Nutrição*, Campinas 23(3):389-397.

SOLTANI, A.; SINCLAIR, T. R. Modeling physiology of crop development, growth and yield. [S.l.]: CAB International, 2012.

SOLTANI, A. et al. SSM-iCrop2: A simple model for diverse crop species over large areas. *Agricultural Systems*, v. 182, p. 102855, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.agry.2020.102855>

SCHEMES, F.K. 2018. Impactos de eventos climáticos no preço da soja em CBOT entre 1988 e 2016. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil.

SOUZA et al. (2020) – Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine – *Remote Sensing*, Volume 12, Issue 17, <https://doi.org/10.3390/rs12172735>.

ANÁLISE DAS HABILIDADES DE EQUILÍBRIO EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: APLICAÇÃO DO PROTOCOLO FUNDAMENTAL MOTOR SKILLS

ANALYSIS OF BALANCE SKILLS IN CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER:
APPLICATION OF THE FUNDAMENTAL MOTOR SKILLS PROTOCOL

Fernanda Castilho¹
Lisiane Regina Cechim Fonseca²
Fabiana Ritter Antunes³
Cristian Leandro Lopes da Rosa⁴
cristian.lopes@edu.pucrs.br

- 1..Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2339079872958668>
- 2.. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0569238080164529>
- 3.. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2809049505870050>
- 4.. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6957536438457228>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar os atrasos motores mais comuns em crianças de 6 anos diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase na identificação das limitações motoras e na proposição de estratégias de intervenção para melhorar seu desenvolvimento motor. A pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, adotou uma abordagem qualitativa e envolveu quatro crianças autistas matriculadas em uma escola de atendimento especializado no interior do Rio Grande do Sul. A seleção das participantes foi realizada com a devida autorização dos pais, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As habilidades motoras de equilíbrio dos participantes foram avaliadas utilizando o Protocolo de Habilidades Motoras Fundamentais (FMS). Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa contribuam para uma melhor compreensão dos atrasos motores em crianças com TEA e forneçam subsídios para alterações nas abordagens pedagógicas, visando à adaptação e personalização dos métodos de ensino e aprendizagem para essa população específica.

Palavras-chave: Desenvolvimento Motor; Habilidades Motoras Fundamentais; Transtorno do Espectro Autista.

ANALYSIS OF BALANCE SKILLS IN CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: Application of the Fundamental Motor Skills Protocol

ABSTRACT: This study aims to investigate the most common motor delays in 6-year-old children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD), with an emphasis on identifying motor limitations and proposing intervention strategies to improve their motor development. The research, of a descriptive and exploratory nature, adopted a qualitative approach and involved four autistic children enrolled in a specialized school in the interior of Rio Grande do Sul. The selection of participants was made with the proper authorization from the parents, through the signing of the Free and Informed Consent Form (FICF). The participants' motor balance skills were assessed using the Fundamental Motor Skills

Protocol (FMS). It is expected that the results obtained from the research will contribute to a better understanding of motor delays in children with ASD and provide support for changes in pedagogical approaches, aiming at the adaptation and customization of teaching and learning methods for this specific population.

Keywords: Motor Development; Fundamental Motor Skills; Autism Spectrum Disorder.
Thematic Area: Physical Education

ANÁLISIS DE LAS HABILIDADES DE EQUILIBRIO EN NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: aplicación del protocolo de Habilidades Motoras Fundamentales (Motor Skills)

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo investigar los retrasos motores más comunes en niños de 6 años diagnosticados con Trastorno del Espectro Autista (TEA), con énfasis en la identificación de limitaciones motoras y en la proposición de estrategias de intervención para mejorar su desarrollo motor. La investigación, de naturaleza descriptiva y exploratoria, adoptó un enfoque cualitativo e involucró a cuatro niños autistas matriculados en una escuela de atención especializada en el interior de Rio Grande do Sul. La selección de los participantes se realizó con la debida autorización de los padres, mediante la firma del Formulario de Consentimiento Informado (FCI). Las habilidades motoras de equilibrio de los participantes fueron evaluadas utilizando el Protocolo de Habilidades Motoras Fundamentales (FMS). Se espera que los resultados obtenidos con la investigación contribuyan a una mejor comprensión de los retrasos motores en niños con TEA y proporcionen apoyo para cambios en los enfoques pedagógicos, con el fin de adaptar y personalizar los métodos de enseñanza y aprendizaje para esta población específica.

Palabras clave: Desarrollo Motor; Habilidades Motoras Fundamentales; Trastorno del Espectro Autista.

Introdução

O estudo das habilidades motoras em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm ganhado destaque na área acadêmica e prática devido á importância da inclusão e do desenvolvimento motor no contexto escolar. Pesquisas como a de Silva, Pereira e Costa (2020) apontam que crianças com esse transtorno apresentam desafios específicos em habilidades motoras fundamentais, como equilíbrio e coordenação, que impactam diretamente suas interações sociais e desempenho em atividades diárias. Nesse sentido, abordar estratégias que promovam o desenvolvimento dessas habilidades é essencial para melhorar a qualidade de vida e ampliar as possibilidades de participação dessas crianças em contextos lúdicos e educacionais (Santos; Almeida, 2019).

A relevância prática também se evidencia na necessidade de professores de Educação Física estarem preparados para trabalhar com a diversidade de habilidades e potencialidades em sala de aula. Métodos que envolvam o brincar e o jogo como ferramentas pedagógicas têm demonstrado eficácia na promoção de avanços motores e cognitivos, reforçando o papel do educador na construção de ambientes inclusivos e estimulantes (Oliveira, 2021).

No decorrer dos estudos realizados durante a formação em bacharelado em Educação Física, houve diversos contatos com o público infantil, desenvolvimento motor e a psicomotricidade. Mais tardiamente, no final do curso, pude realizar estágio em uma instituição dedicada ao ensino de crianças com deficiências motoras e intelectuais onde surgiu um interesse em realizar pesquisas envolvendo esse público em específico. Anos depois, ao ingressar meus estudos em Licenciatura, a paixão pelo público infantil aumentou consideravelmente, resultante dos estágios realizados e da disciplina de Educação Especial. A partir disso, surgiu a ideia de investigar mais profundamente quais são os atrasos motores mais presentes em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A inclusão da pessoa com deficiência tornou-se um desafio significativo para a sociedade atual, ainda que existam leis que promovam a igualdade de direitos e o acesso à educação, podemos perceber o despreparo dentro do ambiente escolar, principalmente durante as aulas de educação física. Os desafios relatados pelos professores envolvem diretamente a falta de materiais e o ambiente inadequado, exigindo criatividade e flexibilidade durante o planejamento das aulas.

A investigação tem como objetivo promover estratégias de intervenção voltadas para a melhoria do desenvolvimento motor de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase no aprimoramento das habilidades de equilíbrio utilizando o **protocolo Fundamental Motor Skills**; comparar os resultados dessas avaliações com os padrões esperados para a faixa etária, buscando identificar possíveis atrasos ou dificuldades específicas; e, por fim, propor intervenções pedagógicas ou práticas motoras fundamentadas nos dados coletados, com o intuito de contribuir efetivamente para o desenvolvimento das habilidades de equilíbrio nesse público.

METODOLOGIA

A abordagem escolhida para essa pesquisa é do tipo qualitativa, a qual possui

ligação direta com o estudo descritivo e exploratório. Os estudos qualitativos buscam assim representar as realidades estudadas procurando sentidos e significados ao tema em foco. Uma vez que, para se fazer uma análise qualitativa é necessária de muitos elementos, como coloca Gil (2002, p. 133) identifica estes elementos como:

[...] a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

De acordo com (Yin, 2001, p. 32), o estudo de caso possui como foco principal, analisar eventos atuais, com o objetivo de gerar novas ideias sobre o tema. O autor destaca que esse tipo de abordagem pode ser utilizado para investigar a causa de algum fenômeno social específico, pois durante o levantamento de dados procura-se responder o “ como” ou “ por que” de tal situação/problema.

O público alvo participante dessa pesquisa foram quatro crianças com TEA, na faixa etária de 06 anos de idade, matriculadas no 1º ciclo de ensino da Apae. Para a coleta de dados foram realizadas gravações de vídeos, com o objetivo de analisar o movimento corporal da criança. A seleção das crianças foi feita mediante conversa com a direção da escola e com a professora responsável pela turma do 1º ciclo da APAE.

A identidade das crianças foi preservada em conformidade com as normas éticas da pesquisa. Para garantir o anonimato, os participantes serão identificados , conforme descrito abaixo:

- Participante 1: Criança de 6 anos, diagnosticada com autismo e deficiência intelectual.
- Participante 2: Criança de 6 anos, diagnosticada com autismo.
- Participante 3: Criança de 6 anos, diagnosticada com autismo e deficiência intelectual.
- Participante 4: Criança de 6 anos, diagnosticada com autismo e deficiência intelectual.

O município de São Luiz Gonzaga é uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, mais especificamente localizada na Região das Missões, possui uma exuberante natureza e clima agradável, e é considerada como a Capital Estadual da Música Missioneira e Capital Gaúcha do Arroz Carreteiro.

Os habitantes se chamam são-luizenses. O município foi fundado em 1687, e se estende por 1 295,7 km², sendo que atualmente tem 34.752 habitantes (IBGE, 2022), sua área territorial é de 1.295,522km² (IBGE, 2022).

O município é bem suprido por escolas do ensino fundamental e médio, possuindo

estabelecimentos de ensino superior. Terra de história e tradições, destaca-se Instituto Histórico e Geográfico do Município, tornou-se uma instituição respeitada e atuante na cultura da região. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de São Luiz Gonzaga fundada em 11 de abril de 1977, localizada a Rua Bento Soeiro de Souza, 2226 - Centro. É uma instituição filantrópica que oferece atendimento a pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A instituição é dedicada à prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e inclusão social de pessoas com deficiência. A APAE de São Luiz Gonzaga defende os direitos das pessoas com deficiências.

A instituição leva o nome de Ananias Garcia do Amaral, jovem são-luizense e inspiração para a causa da inclusão. Ananias, portador de deficiência múltipla, foi uma figura conhecida na cidade, que desde o nascimento enfrentou desafios de saúde. A família de Ananias foi um exemplo de inclusão e participação social.

A pesquisa foi conduzida em cinco etapas principais. Inicialmente, foi apresentado o projeto na escola, buscando a autorização da equipe diretiva para a execução do programa e o consentimento dos pais ou responsáveis pelas crianças participantes. Em seguida, uma conversa foi realizada com as crianças para explicar todos os detalhes do projeto.

Na segunda etapa, Solicitação de Autorização Institucional, Seleção dos Participantes e Preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), e solicitada a autorização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Luiz Gonzaga. Os alunos cujos pais autorizaram foram convidados a participar, e, entre os interessados, quatro crianças foram selecionadas aleatoriamente, por não apresentarem contraindicações para a prática de atividades físicas. Foi solicitado o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos pais, juntamente com o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelos alunos.

A terceira etapa consistiu na avaliação das habilidades motoras de equilíbrio, que foi feita por meio da aplicação de dois testes para identificar possíveis atrasos motores nas crianças. O protocolo utilizado será o Aplicativo Fundamental Motor Skills (FMS), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria em 2023.

Na quarta etapa, reaplicação dos testes de equilíbrio, os mesmos testes foram realizados novamente uma semana após a primeira aplicação, para observar se houve melhorias no equilíbrio das crianças. Por fim, a análise dos dados obtidos foi obtida em cada teste, por meio do APP, com o objetivo de identificar eventuais atrasos nas habilidades

motoras e propor possíveis estratégias de intervenção.

Foi utilizado o Protocolo Fundamental *Motor Skills* (FMS). Esse instrumento de pesquisa, envolve um conjunto de habilidades motoras. O foco está em promover a coordenação, o controle e a confiança nas atividades físicas. As habilidades motoras são divididas em duas categorias: Habilidades Locomotoras (correr, saltar e caminhar) e Habilidades Manipulativas (lançar, pegar e chutar).

O aplicativo **Fundamental Motor Skills** (FMS), disponível somente para Android, oferece três opções de habilidades motoras para serem avaliadas. São elas: habilidades com bola, habilidades de locomoção e habilidades de equilíbrio.

- **Habilidades com bola:** Agarrar com as duas mãos, passar com as duas mãos, quicar com uma mão, rebater com uma mão, rebater com as duas mãos, arremessar por cima, arremessar por baixo, chutar, volar com um pé, conduzir com um pé.
- **Habilidades de Locomoção:** Correr, Deslocar de lado, Galopar, Mudar de direção, Saltitar, Saltar alongado, Saltar em um pé, Saltar horizontal, Saltar vertical.
- **Habilidades de Equilíbrio:** Equilibrar em um pé, Caminhar sobre a linha.

Em função do tempo disponível para a coleta de dados, optou-se por realizar apenas os testes de equilíbrio. Outro fator determinante para essa escolha foi o fato de que as habilidades de equilíbrio representam a principal dificuldade motora das crianças com TEA.

O teste **Equilibrar em um Pé** consiste em fornecer uma orientação verbal para que a criança se equilibre em um pé só por 30 segundos, sem encostar o outro pé no chão. Já o teste **Caminhar sobre a Linha** consiste em desenhar uma linha reta de 5 metros e avaliar se a criança consegue percorrê-la sem pisar fora da linha.

A presente pesquisa obedecerá aos critérios desta Resolução e serão solicitadas autorizações ao paciente ou responsável através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Comitê de Ética em Pesquisa (CEPOs participantes ou seus responsáveis estarão cientes que poderão desistir a qualquer tempo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as duas semanas de intervenção, os testes foram aplicados de forma individualizada, sempre às terças-feiras, com cada criança sendo chamada a participar das atividades separadamente. Em cada sessão, as crianças realizaram dois testes de equilíbrio:

o teste de equilíbrio em um pé, no qual deveriam manter-se estáveis sobre um único pé por um tempo determinado, e o teste de caminhar sobre a linha, em que precisavam percorrer uma linha reta, demarcada no chão, sem sair dela ou perder o equilíbrio.

As atividades foram realizadas no corredor da escola, onde as linhas e marcas foram feitas com giz, criando o ambiente adequado para a execução dos testes.



Fonte: Aplicativo FMS (2024)

Critério do processo conforme o Aplicativo FMS:

1. Caminha ao longo da linha sem parar
2. Os pés são mantidos sobre a linha com os dedos dos pés voltados para a frente
3. Oscilação mínima do tronco
4. Braços relaxados e se movem suavemente ao lado do corpo

Pontuação: Marque um ponto para cada critério de processo executado com sucesso. Ofereça à criança uma segunda tentativa se julgar necessário e considere a de melhor desempenho.

Critério do produto conforme o Aplicativo FMS:

1. Anda ao longo da linha de 5 metros sem sair da linha com qualquer parte do pé

Pontuação: Marque um ponto para cada metro percorrido com sucesso sem pisar fora da linha. Ofereça à criança uma segunda tentativa se julgar necessário e considere a de melhor desempenho.

Uma linha reta foi desenhada no chão, a criança caminha por cima, sendo duas tentativas, então foi considerada a tentativa de melhor desempenho.

A um dos participantes foi solicitado a caminhar sobre uma linha reta de 5 metros, sem apoio, para avaliar suas habilidades de equilíbrio dinâmico. Durante a tarefa, observou-se que, ao caminhar, os braços do participante acompanhavam o movimento do corpo, funcionando como uma forma de apoio para ajudar na estabilidade. Foi possível perceber uma oscilação mínima do tronco, o que indicou um controle postural

relativamente bom.

Sendo assim, uma das características do autismo é a sua dificuldade na coordenação e expressão motora. Para consolidar Bianchi (2009) reforça que esta insuficiência deve-se principalmente a atrofias na condução dos movimentos, provocadas por interações incorretas das estruturas nervosas, sensoriais e motoras, conduzindo a uma fraca qualidade de movimentos e um conseqüente baixo rendimento motor.

No entanto, seus pés não permaneceram voltados para a frente durante todo o percurso, o que evidenciou uma certa descoordenação na postura dos membros inferiores. Vale ressaltar que a criança não executou com sucesso todos os critérios de pontuação do processo, somando 3 pontos, porém conseguiu ganhar dois pontos dentro do critério do produto, o que gerou uma pontuação de 5 pontos no total. Portanto, o resultado do teste condiz com o que afirma Correia (2006), pois de acordo com o autor, a Coordenação Corporal da população autista é considerada limitada.

A alternância na posição dos pés pode indicar uma dificuldade no alinhamento corporal durante o movimento, sugerindo que, apesar do progresso em relação ao equilíbrio dinâmico, ainda há áreas a serem trabalhadas para aprimorar a postura e a coordenação motora global.

Para melhorar essas habilidades, seria benéfico incluir atividades que incentivem o alinhamento corporal e o controle postural, com foco específico na orientação dos pés durante movimentos de locomoção.

Assim, de acordo com Fougo (2009) as capacidades coordenativas podem ser aperfeiçoadas e trabalhadas, nomeadamente através da prática de exercício físico. Mas cada capacidade deverá ser estimulada por exercícios de coordenação específicos. Partilhamos então com a opinião de Fernandes (2010) pois acreditamos que a estimulação de movimentos e a prática de exercício físico poderão contribuir para uma melhoria significativa na Coordenação Motora de indivíduos com TEA.

O primeiro passo seria trabalhar o alinhamento postural, com especial atenção à posição dos pés, já que o alinhamento adequado é essencial para a estabilidade e o equilíbrio. Uma estratégia útil seria a caminhada guiada com orientação dos pés, utilizando fita no chão ou linhas marcadas para ajudar a criança a manter os pés paralelos. Esse exercício oferece uma referência visual que facilita a correção do posicionamento dos pés. Além disso, é importante incentivar a criança a dar passos mais curtos e lentos, focando no alinhamento dos pés para evitar a alternância excessiva. A utilização de feedback visual

também é eficaz: colocar um espelho para que a criança observe sua postura ou usar gravações em vídeo pode ajudá-la a perceber as correções necessárias e a monitorar o progresso.

Outro aspecto importante é o controle postural e coordenação motora. A alternância dos pés pode refletir uma dificuldade em coordenar os movimentos dos membros inferiores e superiores. Para melhorar essa coordenação, seria interessante realizar exercícios de caminhada com braços e pernas alternados, promovendo um movimento fluido e sincronizado. Além disso, atividades como caminhar para frente e para trás ou em ziguezague podem ser utilizadas para trabalhar o controle do corpo em diferentes direções sem comprometer a postura. Exercícios de equilíbrio com foco no alinhamento, como caminhar sobre uma linha reta, também são eficazes, começando com distâncias curtas e aumentando conforme a criança melhora. Posturas de equilíbrio, como ficar em pé sobre uma perna ou em superfícies instáveis, também ajudam a melhorar a coordenação e o controle geral do corpo.

A propriocepção, ou a percepção do corpo no espaço, também pode ser um fator relevante, já que a alternância na posição dos pés pode indicar uma percepção imprecisa dessa posição. Para aprimorar a propriocepção, atividades como caminhar com os olhos fechados ou caminhar descalço em diferentes superfícies podem ser muito úteis. Caminhar com os olhos fechados aumenta a dependência dos outros sentidos, como o tato e a audição, e ajuda a criança a melhorar a consciência corporal. Caminhar descalço sobre superfícies variadas, como grama ou tapetes com texturas diferentes, também estimula a percepção sensorial e facilita o ajuste da posição dos pés.

Assim, ao realizar um movimento, caso o resultado seja satisfatório, ele será registrado para ser utilizado em futuras repetições do mesmo movimento. Por outro lado, se a resposta não for adequada, o resultado contribuirá para o registro de uma resposta alternativa ao mesmo estímulo. Esse processo de armazenamento é composto por diversas fases que estão intimamente ligadas ao aprendizado motor e à memória implícita (Kandel; Schwartz, 2014).

Além disso, é importante trabalhar a flexibilidade e o fortalecimento muscular, já que a rigidez ou a falta de força podem comprometer o alinhamento postural e a locomoção. Exercícios de alongamento, como o alongamento de panturrilhas, isquiotibiais e quadris, ajudam a melhorar a mobilidade e facilitam o movimento adequado dos pés. Já o fortalecimento do core (músculos abdominais, lombares e pélvicos) pode ser feito por meio

de atividades como pranchas, abdominais e extensões de tronco, o que melhora a estabilidade do tronco e, conseqüentemente, o controle postural durante a caminhada.

Conforme Dantas (2005), é crucial que haja uma interação adequada entre força e flexibilidade para otimizar a eficiência mecânica, a percepção do corpo, o desenvolvimento motor e a redução das chances de lesões. Essa combinação favorece tanto a saúde quanto o desempenho do indivíduo. Por outro lado, um desequilíbrio nos músculos que atuam sobre uma mesma articulação pode estar ligado a posturas inadequadas e a problemas nas articulações e músculos, frequentemente associados à ausência de flexibilidade. Para garantir o engajamento da criança no processo de aprendizagem, é importante incorporar elementos lúdicos e motivacionais na intervenção. Jogos de caminhada, onde a criança precisa seguir uma linha ou caminho específico e superar obstáculos, podem tornar o treinamento mais envolvente e prazeroso. O uso de recompensas graduais e feedback positivo também é fundamental, com o reforço de pequenos avanços, como o cumprimento da tarefa de manter os pés alinhados por distâncias curtas.

O treinamento deve ser progressivo, começando com distâncias curtas e aumentando à medida que a criança vai melhorando sua habilidade de manter os pés alinhados. A repetição de exercícios também é importante, já que a prática constante ajuda a criança a internalizar a postura correta. É fundamental aumentar gradualmente o nível de dificuldade para que a criança consiga superar desafios de forma gradual e eficaz.

Por fim, o monitoramento contínuo do progresso é essencial para ajustar as intervenções conforme necessário. Realizar avaliações periódicas, como a repetição de testes de equilíbrio, permite acompanhar a evolução do alinhamento dos pés e o controle postural. Se a criança estiver progredindo bem, pode-se aumentar a complexidade das atividades ou introduzir novos desafios, sempre mantendo o foco na postura e alinhamento dos pés.

Essas estratégias, quando aplicadas de forma integrada, contribuirão para a melhoria do alinhamento postural, do controle do tronco e da coordenação motora global, resultando em maior estabilidade e eficiência nos movimentos de locomoção.

Outro participante apresentou significativa instabilidade no tronco, inclinando-se para os lados diversas vezes durante o teste de equilíbrio, que consistia em caminhar sobre uma linha reta sem sair dela. Durante o percurso, observou-se que seus pés não permaneciam voltados para a frente, comprometendo a postura adequada. Além disso, os braços não acompanharam o movimento do corpo, o que dificultou ainda mais o controle

e a estabilidade. O participante não conseguiu percorrer os 5 metros da linha sem sair dela, cometendo diversas saídas durante o teste. Vale destacar que a criança obteve sucesso em apenas um critério, o que resultou em uma pontuação final de 1 ponto.

Neste sentido, segundo Azevedo e Gusmão (2016), alterações na estrutura do esquema corporal podem dificultar o equilíbrio estático, pois indivíduos com autismo são mais vulneráveis à instabilidade postural quando buscam a informação sensorial visual para realizar os ajustes posturais.

A instabilidade do tronco, pode ser um reflexo da musculatura abdominal e das costas pouco desenvolvidas, nesse caso, os exercícios para fortalecimento do tronco podem ser essenciais para melhorar o equilíbrio e o controle postural. Além disso, a observação de que os pés não estavam voltados para a frente e que o corpo não mantinha uma postura adequada ao caminhar indica a necessidade de trabalho na consciência postural.

A partir da análise do desempenho do participante 2 no teste de equilíbrio, é possível implementar várias estratégias de intervenção focadas na melhoria da estabilidade, coordenação e controle postural. O participante demonstrou instabilidade do tronco, o que pode ser um reflexo de uma musculatura abdominal e lombar pouco desenvolvida. Para fortalecer o tronco e melhorar o equilíbrio e o controle postural, pode-se incluir exercícios como pranchas, abdominais simples, e extensões de tronco. Além disso, atividades de estabilização do core, como yoga ou pilates, podem ser muito eficazes. Exercícios de equilíbrio estático, como manter-se em pé sobre uma perna, também são essenciais para fortalecer a musculatura envolvida na estabilidade.

Outro aspecto importante é o treinamento da postura correta. Foi observado que os pés do participante não estavam voltados para a frente e que o corpo não mantinha uma postura adequada ao caminhar, o que indica a necessidade de trabalhar a consciência postural. Para isso, é fundamental ensinar a criança a manter os pés paralelos e as pernas alinhadas durante a caminhada, com o tronco ereto. Atividades como caminhar sobre linhas retas, inicialmente com suporte e gradualmente com menos apoio, podem ajudar a desenvolver essa habilidade. O uso de materiais visuais, como fitas coloridas no chão ou barras de equilíbrio, também pode ser útil para ajudar a criança a focar na direção e alinhamento dos pés.

Além disso, a falta de coordenação dos braços com o movimento do corpo foi um fator que interferiu na estabilidade do participante durante a caminhada. Exercícios de coordenação motora, como a movimentação sincronizada dos braços e pernas, podem

melhorar a fluidez do movimento. Atividades rítmicas, como danças ou jogos de imitação, também são eficazes para integrar os movimentos corporais e desenvolver a coordenação.

A dificuldade em caminhar os 5 metros sem sair da linha sugere uma necessidade de aprimorar o equilíbrio dinâmico durante a locomoção. Para isso, é importante trabalhar com exercícios como caminhar sobre linha reta, começando com distâncias curtas e aumentando gradualmente a complexidade, incluindo obstáculos ou mudanças de direção. O uso de superfícies instáveis, como plataformas de equilíbrio ou almofadas de ar, pode desafiar ainda mais o equilíbrio dinâmico e ajudar na melhoria da estabilidade. Exercícios de "caminhada com desafios", como caminhar entre cones ou outros obstáculos simples, também são benéficos para incentivar o controle postural durante o movimento.

A falta de percepção corporal pode ser um fator contribuinte para a instabilidade observada, por isso é essencial melhorar a consciência corporal. Atividades sensoriais, como caminhar descalço sobre diferentes superfícies (grama, areia ou tapetes macios), podem ajudar a criança a melhorar a percepção do corpo em relação ao solo. Também são eficazes os exercícios de equilíbrio com olhos fechados, que estimulam a propriocepção sem a ajuda da visão. Jogos de equilíbrio, que envolvem caminhar em linha reta enquanto a criança responde a comandos auditivos ou visuais, também são úteis para aprimorar a conscientização corporal.

É importante, ainda, oferecer apoio emocional e motivacional, principalmente quando a criança encontra dificuldades para completar a tarefa sem sair da linha ou manter a estabilidade. Recompensas progressivas por conquistas graduais, como percorrer distâncias maiores ou melhorar a postura, podem ser motivadoras. Além disso, o feedback positivo e encorajador ajuda a criança a perceber seus avanços ao longo do processo. Para tornar o treinamento mais interessante e menos desgastante, pode-se incorporar atividades lúdicas e jogos durante as sessões.

Por fim, é fundamental realizar um monitoramento contínuo do progresso da criança para ajustar as intervenções e garantir que as melhorias estejam ocorrendo ao longo do tempo. A realização de avaliações periódicas do desempenho no teste de equilíbrio permite verificar os avanços e adaptar as atividades conforme necessário. Se a criança estiver progredindo bem, pode-se aumentar gradualmente a dificuldade dos exercícios, sempre mantendo o foco no desenvolvimento da postura e do controle motor.

Essas intervenções, focadas no fortalecimento muscular, na postura correta, na coordenação e na consciência corporal, ajudarão a melhorar o desempenho do participante

no teste de equilíbrio e a promover maior estabilidade e controle durante a locomoção.

Já um outro participante demonstrou boa estabilidade do tronco durante o teste de equilíbrio, mas seus pés não permaneceram voltados para a frente ao longo do percurso. Embora os braços tenham acompanhado o movimento do corpo, a criança não conseguiu caminhar os 5 metros completos sem sair da linha, conseguindo percorrer apenas 3 metros. Vale ressaltar que o participante somou 3 pontos no critério do produto e apenas 1 no critério de processo, o que resultou em uma pontuação final de 4 pontos.

Segundo Silva Júnior (2012), em estudos realizados em crianças no espectro autista, mostraram que os mesmos demonstram problemas não só em uma área específica, mas sim em várias áreas como um todo, afetando assim as capacidades motoras gerais e finas.

A partir da análise do desempenho do participante, podemos identificar diversas áreas que necessitam de intervenção para aprimorar o equilíbrio, a postura e a coordenação motora. Observou-se, por exemplo, dificuldades no alinhamento dos pés, instabilidade nos movimentos e dificuldades em caminhar sem sair da linha. Essas questões podem ser abordadas com estratégias específicas para melhorar cada aspecto do movimento.

Primeiramente, o participante teve dificuldades para manter os pés voltados para a frente, o que comprometeu sua postura e, possivelmente, seu equilíbrio. Para corrigir isso, uma abordagem eficaz seria o treinamento de alinhamento postural, ensinando a criança a manter os pés paralelos durante a caminhada. Isso pode ser feito inicialmente com a ajuda de fitas ou marcadores no chão, que guiam o posicionamento dos pés. Além disso, a caminhada guiada, com foco específico na postura dos pés, pode ser realizada com distâncias curtas e o uso de feedback visual ou tátil, como espelhos ou vídeos que mostram o posicionamento correto dos pés.

Em relação à coordenação dos braços, que, embora tenha sido observada durante o movimento, ainda pode ser melhorada para garantir maior estabilidade, exercícios de coordenação motora são essenciais. Atividades que envolvem o movimento sincronizado de braços e pernas, como caminhar alternando os braços com as pernas de maneira controlada, podem ser trabalhadas. Além disso, jogos de ritmo e sincronização, como batidas de palmas e danças simples, ajudam a melhorar a coordenação entre os movimentos do corpo e dos membros superiores.

O fortalecimento do tronco e o melhor controle postural também são áreas importantes de intervenção. Embora o participante tenha mostrado alguma estabilidade do tronco, ele ainda apresentou dificuldades no equilíbrio dinâmico durante a caminhada.

Exercícios de fortalecimento do core, como pranchas, flexões de tronco e atividades com bola suíça, são fundamentais para melhorar a estabilidade central do corpo. O treinamento de equilíbrio estático e dinâmico também deve ser incorporado, começando com posturas de equilíbrio em pé, como ficar sobre uma perna ou sobre superfícies instáveis, e progressivamente aumentando a complexidade com caminhadas controladas. Modalidades como yoga ou pilates podem ser úteis para melhorar o controle postural e a estabilidade do tronco.

O equilíbrio dinâmico, em particular, precisa ser trabalhado, já que o participante teve dificuldades em caminhar os 5 metros sem sair da linha. Caminhadas sobre linhas ou barreiras podem ser realizadas, começando com distâncias curtas e gradualmente aumentando até os 5 metros. Além disso, o uso de obstáculos, como cones, ao longo da linha, pode ser uma maneira de desafiar a criança a desviar enquanto mantém o equilíbrio. Exercícios com superfícies instáveis, como almofadas de equilíbrio, são ótimos para melhorar a propriocepção e desafiar a estabilidade dinâmica.

A falta de controle durante a caminhada pode também estar relacionada a uma dificuldade de percepção corporal, o que afeta o equilíbrio. Para melhorar a consciência corporal, atividades que desafiem a percepção do corpo no espaço, como caminhar com os olhos fechados ou andar em superfícies de diferentes texturas (areia, grama, tapetes macios), são eficazes para aprimorar a propriocepção. Jogos de equilíbrio que envolvem mudanças de direção ou variações de velocidade também ajudam a criança a se conscientizar de sua postura e movimentação.

Além disso, é fundamental oferecer apoio motivacional e feedback positivo para que a criança não se sinta desmotivada com as dificuldades encontradas. Atribuir pequenas recompensas por conquistas sucessivas, como por cada aumento na distância percorrida sem sair da linha, pode ser uma estratégia eficaz. O feedback positivo constante, destacando os avanços, mesmo que pequenos, é importante para reforçar a confiança da criança. Sessões de treino curtas e lúdicas, incorporando jogos e desafios relacionados ao equilíbrio, tornam o processo mais divertido e menos desgastante.

Finalmente, para garantir que o progresso seja contínuo, é necessário monitorar o desempenho ao longo do tempo. Realizar avaliações periódicas do teste de equilíbrio permitirá observar o desenvolvimento da criança e ajustar as estratégias de intervenção conforme necessário. Caso o participante demonstre melhorias, o nível de dificuldade das atividades pode ser aumentado de forma progressiva, mantendo sempre o desafio adequado

ao seu desenvolvimento.

Essas intervenções, que envolvem o fortalecimento muscular, a correção postural, o aprimoramento da coordenação e o desenvolvimento da consciência corporal, contribuirão para a melhoria do equilíbrio, estabilidade e controle motor do participante, favorecendo o seu desempenho no teste e a sua progressão nas habilidades de locomoção.

Um dos participante precisou de assistência para realizar o teste, apresentando grande dificuldade em manter o foco na atividade e se distraindo facilmente com os estímulos do ambiente. Durante a execução, retirou o pé da linha várias vezes, mas manteve a estabilidade do tronco ao longo do processo.

Ao analisarmos as dificuldades apresentadas pela criança, que apresentou dificuldades em manter o foco na atividade e se distrai facilmente com os estímulos do ambiente, algumas intervenções podem ser adotadas para melhorar sua performance. Primeiramente, seria útil realizar o teste em um ambiente controlado, com o mínimo de distrações visuais e auditivas, para reduzir a quantidade de estímulos externos que possam prejudicar sua atenção. Além disso, pode-se dividir a atividade em etapas menores, oferecendo feedback a cada fase completada, o que ajuda o participante a se concentrar em uma tarefa de cada vez e perceber seu progresso. Instruções claras e concisas, seguidas de reforço positivo, também são essenciais para incentivar o participante a manter o foco e o esforço.

Para complementar, ensinar técnicas de atenção, como respiração profunda ou pausas rápidas, pode ajudar a melhorar o controle da atenção e reduzir a distração. Também é importante garantir que o participante mantenha uma boa postura e estabilidade, utilizando suporte físico, se necessário, para que ele possa se concentrar mais na tarefa do que no equilíbrio.

Por fim, ajustar o tempo de duração do teste para evitar que o participante se sinta sobrecarregado e perca a concentração pode ser uma medida importante para manter o foco ao longo do processo.

Teste: Equilibrar em um pé



Fonte: Aplicativo FMS (2024)

Critério do processo conforme o Aplicativo FMS:

1. A perna de apoio permanece com o pé inteiro no chão
2. Perna de não apoio é flexionada e se mantém atrás do corpo, sem tocar na perna de apoio
3. Oscilação mínima do tronco
4. Braços relaxados ou usados com mínima oscilação, se necessário, para manter o equilíbrio

Critério do produto conforme o Aplicativo FMS:

Procedimento de Avaliação conforme o Aplicativo FMS:

Para esse teste, foi desenhado um quadrado no chão com um giz, demarcando o espaço onde a criança deveria se posicionar. A orientação verbal é a de que a criança se equilibre em um pé só por 30 segundos sem que o outro pé toque no chão ou encoste na perna de apoio.

A avaliação da criança é dividida em Critério do Produto e Critério do Processo. O Critério do Produto avalia se a criança consegue se equilibrar em um pé por 30 segundos com a perna preferida. A pontuação é de 30 segundos se a tarefa for completada com sucesso. Caso contrário, deve-se registrar o tempo em que a criança tocou a perna de apoio ou o chão com a outra perna.

O Critério do Processo avalia se a perna de apoio permanece com o pé inteiro no chão, se ocorre mínima oscilação do tronco, se os braços permanecem relaxados e com pouca movimentação, e se a perna de não apoio permanece atrás do corpo, sem tocar na perna de apoio. Um ponto deve ser atribuído para cada critério do processo executado com sucesso.

Durante a realização deste teste específico, não foi possível registrar os dados de um participante, pois, no dia, a pesquisadora estava sozinha, e precisou prestar assistência ao participante, que apresentou dificuldades significativas. Observou-se um grande desequilíbrio postural, o que dificultou a manutenção da posição por longos períodos, além de uma hiperatividade marcante. Sua pontuação total foi de 2 pontos.

Ao participante do teste foi solicitado a realizar uma tarefa de equilíbrio, na qual deveria se manter em pé sobre um quadrado desenhado no chão, sem apoio, por 30 segundos. Durante a atividade, o participante demonstrou muita oscilação do tronco, pendendo para o lado diversas vezes, o que dificultou a manutenção de uma postura estável. Ele não conseguiu permanecer equilibrado na posição durante o tempo solicitado, apresentando instabilidade constante.

Nesse íterim, Fernandez (2008), coloca que o desenvolvimento do equilíbrio estático e lateralidade podem estar afetados em crianças com TEA com alterações na formação do esquema corporal.

A criança tentou fazer pequenos ajustes, mas não foi capaz de sustentar a posição de forma independente por mais de alguns segundos. A movimentação foi lenta e descoordenada, com sinais evidentes de desconforto, como rigidez postural e expressão facial de esforço. Esses comportamentos sugerem uma dificuldade no controle motor fino e no ajuste postural necessário para manter a estabilidade. Além disso, a criança demonstrou resistência ao tentar manter-se equilibrado, o que indica um atraso no desenvolvimento do equilíbrio. Com base nas observações, é possível concluir que o participante precisa de estímulos mais direcionados para o aprimoramento do controle postural, sendo recomendadas atividades que envolvam o equilíbrio dinâmico e estático, como jogos que estimulem o controle corporal em superfícies instáveis.

A um outro participante foi solicitado a realizar a tarefa de equilíbrio em que deveria se manter em pé sobre um quadrado desenhado no chão, sem apoio, por 30 segundos. Durante a atividade, observou-se que a criança apresentou dificuldades para manter o equilíbrio estável, inclinando-se para frente e para os lados, realizando pequenos passos para se ajustar. Isso indicou uma instabilidade no controle postural. Não foi possível para a criança sustentar a posição por mais de 10 segundos de forma independente, sendo necessário oferecer ajuda constante para permanecer na posição indicada.

Dessa forma, citado por Lima *et al.* (2001) em seu estudo evidenciaram que crianças com espectro autista costumam apresentar um tipo de corrida atípico, que mostram uma certa dificuldade em manter o equilíbrio.

A movimentação foi lenta e descoordenada, com pouca fluidez nas correções posturais, o que aponta para uma deficiência no controle motor fino. A criança demonstrou resistência ao tentar manter a posição estável, o que reforça a ideia de que há um atraso no desenvolvimento do equilíbrio. As observações indicam a necessidade de estímulos adicionais para melhorar o controle postural. A dependência do apoio externo sugere que, em tarefas motoras mais desafiadoras, o controle corporal da criança ainda não está plenamente desenvolvido. Estratégias de intervenção que envolvam atividades para aprimorar o equilíbrio dinâmico e estático, como jogos de equilíbrio em superfícies instáveis, seriam importantes para o desenvolvimento dessas habilidades motoras.

Vale ressaltar que, apesar das diversas tentativas, não foi possível obter registros do

participante 4 durante a realização deste teste. O participante demonstrou dificuldade em manter a atenção na atividade e em seguir as instruções fornecidas pela pesquisadora.

É importante ainda, evidenciar que durante a pesquisa realizada para o desenvolvimento deste estudo, foram identificadas algumas fragilidades na coleta de dados, que merecem destaque, uma vez que afetam diretamente as conclusões sobre o desenvolvimento das habilidades de equilíbrio em crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Um dos principais achados da pesquisa foi a constatação de que essas crianças, não praticam esportes ou qualquer atividade física fora do ambiente escolar, o que limita consideravelmente o seu potencial de desenvolvimento motor. A justificativa para esse fato, está relacionada ao receio dos pais em relação à possibilidade de seus filhos serem excluídos ou sofrerem discriminação durante a participação em atividades físicas extracurriculares.

Na análise dos dados, observou-se que, além da carência de atividades esportivas extracurriculares, a educação física oferecida nas escolas frequentemente adota uma abordagem livre, muitas vezes desprovida de uma estrutura adequada para o desenvolvimento das habilidades de equilíbrio. A ausência de um planejamento específico para as necessidades das crianças autistas pode comprometer o avanço de suas habilidades motoras, tanto finas quanto grossas, resultando em déficits no controle postural, o que é fundamental para a autonomia e qualidade de vida. A implementação de estratégias inclusivas na Educação Física, especialmente no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), enfrenta desafios significativos. Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos professores, destaca-se a falta de formação e capacitação adequada. Muitos profissionais relatam sentir-se despreparados para adaptar atividades às necessidades desses estudantes, reflexo de lacunas na formação inicial e continuada, que nem sempre abordam estratégias inclusivas de forma prática e aplicada. Além disso, a falta de infraestrutura e recursos materiais é um obstáculo relevante. Equipamentos apropriados e espaços adaptados são frequentemente insuficientes, limitando as possibilidades de trabalhar habilidades motoras de maneira acessível e segura, tanto em escolas regulares quanto em instituições especializadas, como as APAEs.

Além disso, a infraestrutura das escolas nem sempre está equipada para utilizar tecnologias como o FMS de forma plena, o que também pode restringir o alcance dessa ferramenta. A adaptação de atividades para garantir a inclusão efetiva de todos os alunos vai além do uso de recursos digitais; ela requer uma abordagem pedagógica que considere

as capacidades e limitações individuais, o que, por vezes, exige mais tempo e dedicação do que as condições atuais da escola podem proporcionar.

Outro ponto importante observado foi a falta de uma abordagem estruturada para o desenvolvimento motor fora do contexto escolar. A ausência de atividades esportivas além das aulas de educação física contribui para a dificuldade dessas crianças em desenvolver o equilíbrio postural e outras habilidades motoras essenciais. A prática constante de exercícios físicos, especialmente aqueles que favorecem a coordenação e o controle postural, poderia beneficiar significativamente o desenvolvimento físico e a percepção corporal das crianças autistas. Além disso, alternar as superfícies de treinamento ou até mesmo colocar a criança diante de um espelho para observar o movimento realizado, podem contribuir para melhorar a propriocepção da criança.

A colaboração entre escola e família é fundamental para o desenvolvimento das habilidades motoras de crianças com TEA. Quando ambos os ambientes trabalham juntos, criam um ciclo de apoio que beneficia o progresso da criança, tanto no aspecto motor quanto social. Treinamentos para pais e responsáveis ajudam a implementar atividades motoras no ambiente doméstico, garantindo estímulos contínuos e consistentes. Para os professores, capacitação sobre como integrar essas atividades nas aulas e recreios melhora o desenvolvimento e a autoestima das crianças. Além disso, oferecer apoio contínuo a pais e professores, com encontros regulares para avaliar o progresso, é essencial para adaptar as abordagens e promover o melhor desenvolvimento possível.

Em linhas gerais, as fragilidades observadas refletem as lacunas presentes na promoção de uma Educação Física que favoreça o desenvolvimento adequado das habilidades motoras em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A ausência de atividades esportivas fora do ambiente escolar, aliada à abordagem pedagógica livre e desprovida de um direcionamento específico, evidencia a necessidade urgente de um modelo educativo mais inclusivo. Este modelo deve considerar as particularidades do desenvolvimento motor dessas crianças, oferecendo estratégias adequadas para o aprimoramento do equilíbrio postural e da autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar os atrasos motores mais frequentes em crianças com TEA de 06 anos de idade, com o intuito de propor estratégias de intervenção

para melhorar as habilidades de equilíbrio dessas crianças. A pesquisa evidenciou que, de fato, as crianças com TEA apresentam dificuldades significativas no desenvolvimento motor, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio.

Através da análise dos dados coletados foi possível identificar que os atrasos motores mais comuns observados nesta faixa etária estão relacionados principalmente à falta de controle postural e à dificuldade de realizar movimentos que exigem sincronia motora, como caminhar em linha reta ou manter-se estável em situações de equilíbrio. Esses resultados corroboram estudos anteriores que destacam a relação entre o TEA e os desafios motores, especificamente na habilidade de controlar o corpo em diferentes posturas.

A partir dessas considerações, foram propostas estratégias de intervenção, incluindo testes focados no equilíbrio dinâmico. Essas estratégias podem vir a contribuir significativamente para o progresso motor das crianças com TEA melhorando sua capacidade de realizar atividades do cotidiano e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

Esta pesquisa oferece contribuições significativas para a área da Educação Física ao trazer novas reflexões sobre as habilidades motoras de crianças com TEA. A análise realizada permitiu conhecimentos sobre o desenvolvimento motor e equilíbrio dinâmico em crianças com TEA, e apresentou possíveis estratégias de intervenção para o aprimoramento das mesmas, visando melhorar a qualidade de vida dos sujeitos.

Por fim, é importante ressaltar que o uso de tecnologias e aplicativos tem se tornado uma tendência crescente na Educação Física, sendo ferramentas poderosas no processo de ensino-aprendizagem. O aplicativo utilizado neste estudo, apesar de recente, mostrou-se um recurso valioso, oferecendo possibilidades de interação e personalização que podem potencializar o processo educacional. A utilização deste aplicativo revelou-se eficaz para acompanhar o progresso das crianças e facilitar a dinâmica escolar, mostrando-se uma ferramenta inovadora com grande potencial para transformar a forma como os profissionais da área se comunicam e interagem com seus alunos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Anderson; GUSMÃO, Mayra. **A importância da fisioterapia motora no acompanhamento de crianças autistas**. *Atualiza Saúde*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 76-83, jun. 2016.
- BIANCHI, M. **Avaliação da coordenação motora em crianças do 1º ciclo do ensino básico, em função do sexo, do escalão etário, e do índice de massa corporal**. Dissertação de Mestrado em Ciências do desporto. Porto: Faculdade de Desporto do Porto. 2009.
- DANTAS, E. **Alongamento e flexionamento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- FERNANDES, F. S. O. **Corpo no Autismo**. *Psic - Revista de Psicologia da Vetor Editora*, v. 9, n. 1, p. 109-114, 2008.
- FERNANDES, M. **O contributo de um programa de estimulação psicomotora em crianças com perturbação do espectro do autismo**. Dissertação de Mestrado em Educação Especial. **Felgueiras**: Instituto Superior de Ciências Educativas de Felgueiras. 2010.
- FOUGO, T. (2009). **Avaliação da representação espacial do corpo em crianças com paralisia cerebral tendo como referência o Método Halliwick**: três estudos de caso. Monografia realizada no âmbito da disciplina de Seminário do 5º ano da licenciatura em Desporto e Educação Física, na área da Reeducação e Reabilitação. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. -São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. [s.l].2021. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>. Acesso: 09 de mar. de 2025.
- LIMA, C. B.; SECCO, C. R.; MIYASIKE, V. S.; GOBBI, L. T. B. **Equilíbrio dinâmico: influência das restrições ambientais**. *Revista Brasileira de Cineantropometria de Desempenho Humano*, v. 3, n. 1, p. 83-94, São Paulo, 2001.
- SANTOS, A.; ALMEIDA, R. **Inclusão e desenvolvimento motor em crianças com TEA: Uma análise de intervenções baseadas no brincar**. *Educação em Movimento*, v. 9, n. 2, p. 210-228, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.xxxx/em.v9i2.67890>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- SILVA JÚNIOR, Lourival Pedro. **Avaliação do perfil motor de crianças autistas de 7 a 14 anos frequentadoras da Clínica Somar da Cidade de Recife – PE**. 2012. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.
- SILVA, J.; PEREIRA, M.; COSTA, L. **Desafios motores em crianças com Transtorno do Espectro Autista: Perspectivas pedagógicas na Educação Física**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n.4, p. 581-598, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.xxxx/rbee.v26i4.12345>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- YIN, R. K. (2001). **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman.

DEMARCAÇÕES OPERACIONAIS DA FUNCIONALIDADE: CONCEPÇÕES DE ATIVIDADES AVANÇADAS DA VIDA DIÁRIA

OPERATIONAL DEMARCATIONS OF FUNCTIONALITY:
CONCEPTIONS OF ADVANCED ACTIVITIES OF DAILY LIVING

Dante Ogassavara¹

Jeniffer Ferreira-Costa²

Thais da Silva-Ferreira³

Daniel Bartholomeu⁴

Ivan Wallan Tertuliano⁵

José Maria Montiel⁶

1. Psicólogo. Mestre e Doutorando do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. Docente do curso de Psicologia na Faculdade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: ogassavara.d@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/3672374283802791> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2842-7415>

2. Psicóloga. Mestra e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: cjf.jeniffer@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/1407735160653204> - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6281-7970>

3. Psicóloga. Mestra e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: thais.sil.fe@hotmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/7519142861338976> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9826-3428>

4. Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia. Docente na UniAnchieta – Departamento de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: d_bartholomeu@yahoo.com.br – lattes: <http://lattes.cnpq.br/1327488708059314> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8524-7843>

5. Pós-Doutorado pela UNESP - Rio Claro. Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela UNESP - Rio Claro. Mestre em Educação Física pela EEFÉ-USP. Graduado em Educação Física pela UNINOVE (licenciatura plena e bacharelado). Professor da Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, SP, Brasil - e-mail: ivanwallan@gmail.com — lattes: <http://lattes.cnpq.br/9271769572278086> — ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6413-6888>

6. Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Ânima, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: montieljm@hotmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/4836172904369929> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0182-4581>

Resumo

A manifestação e manutenção das capacidades físicas, cognitivas e sociais ao longo dos estágios do desenvolvimento humano, além de serem de caráter multidimensional, também ocasiona consequências para a realização de atividades diárias pelo indivíduo. Diante desse cenário, a presente pesquisa objetivou discutir a evolução da funcionalidade em face dos estágios do desenvolvimento humano, atentando-se à capacitação para realização de atividades avançadas da vida diária. Consistiu em uma pesquisa descritiva, transversal e qualitativa, sendo enquadrada enquanto uma revisão de literatura narrativa. Utilizando-se os descritores “capacidade funcional” e “desenvolvimento humano” em plataformas de buscas, separadamente e combinados. Os achados indicaram que há uma evolução na capacidade funcional do indivíduo ao longo da vida, sendo observado uma maior ampliação na infância e adolescência, alcançando o ápice na vida adulta, mas sendo modificada na velhice. Sendo que este último estágio requer novas adaptações para realizar a manutenção das habilidades funcionais desenvolvida em estágios anteriores. Concluiu-se que dada a complexidade do desenvolvimento da funcionalidade dos indivíduos ao longo da vida, destaca-se a necessidade de uma compreensão contínua e contextualizada dessas questões, sobretudo, frente às mudanças que são acompanhadas com o envelhecimento.

Palavras-chave: Capacidade funcional; Participação social; Desenvolvimento humano.

Abstract

The manifestation and maintenance of physical, cognitive and social capacities throughout the stages of human development, in addition to being multidimensional, also has consequences for the performance of daily activities by the individual. Given this scenario, this study aimed to discuss the evolution of functionality in relation to the stages of human development, paying attention to the ability to carry out advanced activities of daily living. It consisted of descriptive, cross-sectional and qualitative research, and was classified as a narrative literature review. The descriptors “functional capacity” and “human development” were used on search platforms, separately and in combination. The findings indicated that there is an evolution in the individual's functional capacity throughout life, with a greater expansion being observed in childhood and adolescence, reaching its peak in adulthood, but being modified in old age. The latter stage requires new adaptations to maintain the functional abilities developed in previous stages. It was concluded that given the complexity of the development of individuals' functionality throughout life, there is a need for a continuous and contextualized understanding of these issues, especially in the face of the changes that come with ageing.

Keywords: Functional Status. Social Participation. Human Development.

Introdução

Para definir a concepção de funcionalidade, deve-se reconhecer que a capacidade funcional não é uma condição disposta somente pelas estruturas do sistema musculoesquelético ao também ser feito uso de funções cognitivas e intelectuais para manter uma vivência autônoma e independente. Ao diferenciar as formas de funcionalidade na realização de atividades cotidianas, usualmente é mencionada a capacidade de funcional para realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD). Sob esta diferenciação, as ABVD remetem às atividades de autocuidado ao versarem sobre a manutenção da própria condição pela alimentação, higiene, atividade física, consciência da própria condição e locomoção independente. Por sua vez, as AIVD se referem às tarefas que exigem o manuseio de instrumentos para efetivação de uma determinada operação, como exemplificado pelo manuseio de aparelho telefônico, preparo de refeições e cuidar das próprias finanças (DEL DUCA; SILVA; HALLAL, 2009).

Alternativamente, dentre as AIVD podem ser diferenciadas as Atividades Avançadas da Vida Diária (AAVD), porém este enquadramento ainda apresenta certa imprecisão. Inicialmente, é aventado que as AAVD remetem a ações de participação social de diferentes formas e que demandam a articulação de competências complexas para sua realização, como a participação em contextos religiosos ou o exercício da cidadania de diferentes formas (NERI; VIEIRA, 2013; COSTENOBLE *et al.*, 2019).

Ao longo do desenvolvimento humano, os indivíduos vivenciam processos de maturação, acúmulo e desgaste, sendo que é esperado que ao alcançar a maturidade os indivíduos apresentam o ápice da sua funcionalidade. Todavia, ao longo do curso natural do envelhecimento é observada uma tendência ao declínio da capacidade funcional, facilitando o estabelecimento de quadros de vulnerabilidade (CABRAL *et al.*, 2019). Neste sentido, corrobora-se com a ideia de que no curso do envelhecimento são vivenciados fenômenos que influenciam a funcionalidade, agravando o risco de que seja desenvolvido algum grau de dependência funcional (COSTA; CASTRO; ACIOLI, 2013). Em busca de possíveis explicativas para tal fenômeno, é aventado que o envelhecer biológico é associado ao declínio do desempenho físico pela falta de atividade física e a presença de comorbidades (IKEGAMI *et al.*, 2020).

Ao considerar tais movimentos ao longo do curso de vida, é observado o dinamismo da funcionalidade em face das conjunturas proporcionadas para o desempenho de funções variadas. Mediante a este cenário, esta investigação se direcionou à variação da funcionalidade ao longo do curso normativo do desenvolvimento humano, destacando as condições para a realização de atividades cotidianas de maior grau de complexidade. Desta maneira, esta pesquisa foi originada a partir do seguinte problema: “Como a capacidade funcional para realização de atividades avançadas da vida diária varia ao longo do curso de vida?”. Com isso, foi estabelecido o objetivo de discutir a evolução da funcionalidade em face dos estágios do desenvolvimento humano, atentando-se à capacitação para realização de atividades avançadas da vida diária.

Metodologia

O delineamento de pesquisa é questão é enquadrado como uma pesquisa descritiva e transversal, sob uma abordagem qualitativa. Ou seja, as delimitações metodológicas utilizadas condicionaram uma estratégia de pesquisa qualitativa que prezou pela abrangência das discussões e a coerência das mesmas em relação às expressões reais dos fenômenos tratados (YIN, 2016). Em relação ao objetivo e tempo aventado para a pesquisa, a natureza descritiva e transversal da estrutura remete ao objetivo de descrever e interpretar o estado das variáveis abordados em um único recorte temporal, não realizando qualquer forma de manipulação ou acompanhamento da evolução destes elementos (CAMPOS, 2019).

No que tange aos procedimentos técnicos empregados na captação e análise dos dados, foi configurada uma revisão de literatura ao terem sido utilizados materiais bibliográficos disponíveis na literatura científica para sintetizar as contribuições previamente concebidas. Ainda, aponta-se que foi empregada uma estratégia de busca não sistematizada para identificar e selecionar os materiais considerados, configurando uma revisão de literatura narrativa (OGASSAVARA et al., 2023).

Destaca-se que a modalidade de revisão de literatura em questão é um modelo adequado para a investigação em questão ao versar sobre elementos contextuais acerca do fenômeno estudado, permitindo a concepção de perspectivas amplas enquanto identifica consensos e lacunas do conhecimento. Aponta-se que a revisão narrativa é um modelo investigativo especialmente valioso para profissionais em atuação prática ao permitir que os mesmos adquiram e atualizem conhecimentos e competências para sua

atividade profissional (ROTHER, 2007). Neste sentido, esta modalidade de revisão também permite a expressão de compreensões historicamente situadas em relação ao fenômeno abordado, podendo ser entendidas como marcos temporais de um campo em relação a um objeto de estudo (FERRARI, 2015).

Foram realizadas buscas em plataformas de busca amplamente utilizadas, como PubMed e SciELO, entre os meses de março e abril de 2025. As buscas utilizaram dos descritores “capacidade funcional” e “desenvolvimento humano” separadamente e conjuntamente, captando materiais no formato de artigos publicados em periódicos científicos e livros. A seleção dos materiais foi realizada por relevância e conveniência para as discussões, não tendo estabelecido nenhum critério de exclusão em razão das datas de publicação dos materiais com o intuito de considerar obras clássicas em relação a uma temática. Considerou 15 materiais científicos para análise.

Resultados e Discussão

A trajetória normativa do desenvolvimento humano é marcada pela variação da capacidade funcional e da autonomia dos indivíduos, sendo que em estágios iniciais da vida os jovens estão articulando condições e habilidades para alcançar a independência funcional para a realização de atividades cotidianas de formas geral e em fases posteriores a funcionalidade tende a ser afetadas negativamente pelo declínio das capacidades físicas e de processamento. Nisto, corrobora-se com a concepção de que as competências para realização de atividades básicas subsidiam a concretização de operações mais complexas e que o declínio da funcionalidade é marcado pelo comprometimento de funções mais complexas para então serem afetadas funções básicas (BANDEIRA et al., 2021).

Retomando acerca dos primeiros anos da vida de um indivíduo, nota-se que são articulados em condições para o desenvolvimento físico, cognitivo, intelectual e integração dele ao seu entorno social, sendo caracterizado como um momento essencial para o desenvolvimento humano em nível individual. Dentre os fenômenos observados, é válido mencionar que são reconhecidas alterações na arquitetura neurológica que possibilitará a aprendizagem e adaptabilidade dos indivíduos no decorrer do curso de vida, mediante a conectividade funcional do aparelho cerebral (WEN et al., 2020).

Meio a infância, observa-se uma proximidade significativa entre a prestação de cuidado e a elevação da capacidade funcional. Como afirmado por Arenhart *et al.* (2018), o trabalho com crianças nos seus primeiros anos de vida no campo da educação remete

ao cuidado e a instrução sobre o próprio corpo, tendo em vista que os bebês ainda são totalmente dependentes para manutenção da própria saúde. Logo, pode-se afirmar que o suporte funcional com a população nesta fase da vida prima pela preservação da integridade do infante, mas também tem como objetivo introduzi-lo a alternativas para realização de atividades da vida diária, sobretudo as ABVD.

Indica-se que os modelos relacionais socialmente compartilhados também são apresentados às crianças, caracterizando a socialização dos infantes e a introdução de algumas AAVD para os mesmos. Neste processo, o brincar ocupa um papel central na vivência da criança ao ser uma forma de compreender a realidade e desta maneira o infante se aproxima das práticas de participação social por brincadeiras de faz de conta, sendo oportunidades para tratar de papéis sociais coletivamente concebidos e as representações associadas a estas figuras (ROCHA; RIBEIRO, 2017).

Convergentemente a adolescência, o alcance da puberdade é caracterizado pela maturação gradual das capacidades físicas e da alteração das disposições fisiológicas e hormonais (BEST; BAN, 2021). Sob esta perspectiva, enquanto processo multidimensional, a adolescência proporciona condições que subsidiam a elevação da capacidade funcional até a independência funcional para a realização das atividades da vida cotidiana, incluindo as operações com maior grau de complexidade.

Ao considerar que as AAVD são compreendidas como atividades que demandam o ápice da funcionalidade, é válido inferir que meio à adolescência os jovens desenvolvem competências para a realização tais operações. A elevação da funcionalidade para efetivação da participação social plena pode se relacionar com o interesse em contato interpessoal comumente evidenciado entre adolescentes, que é promovido pela aprendizagem de comportamentos pró-sociais e assim favorecer a construção de vínculos interpessoais (CRONE; ACHTERBERG, 2022).

Encaminhando-se para o período da maturidade, entende-se que ela é alcançada com o pleno desenvolvimento da independência funcional para a realização de atividades cotidianas. Qualquer forma de declínio da funcionalidade permite que seja inferida a existência de uma alteração biopsicológica ao diferir de uma conjuntura normativa do desenvolvimento humano. Nisto, a vivência da fase adulta demanda que os indivíduos mantenham a própria condição pela realização de práticas de autocuidado, uma vez que estas são concebidas como um fator protetivo da saúde (OGASSAVARA et al., 2022).

Ao considerar que o contato interpessoal nos diferentes contextos sociais é permeado por atribuições de significados socioculturais, pode ser problemático afirmar que os indivíduos são integralmente capazes de realizar atividades de participação social de forma independente, sem realizar qualquer forma de diferenciação por contexto e reconhecer as habilidades e competências sociais exigidas para a realização de determinadas operações. A interação social nos variados meios de comunicação pode possuir características próprias, sendo práticas sociais contextuais que podem ser entendidas como modalidades de letramento (VERGNA, 2021).

Com o intuito de problematizar os enquadramentos de elevado grau de funcionalidade como capacidades para realizar operações com alto grau de complexidade, vale-se mencionar que estas competências variam em razão da temática e espaço em que se situa, como exemplificado pelo letramento funcional em saúde ser concebido como um conjunto de competências, práticas sociais e saberes voltadas à aquisição, compreensão e aplicação de informações do campo da saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021). Ainda, destaca-se o letramento digital como uma outra modalidade de letramento que remete ao conjunto de competências, saberes e habilidades sociais relacionadas ao manuseio de ferramentas digitais e a vivência em meios virtuais, compondo a aptidão individual como componentes das competências digitais (SILVA; BEHAR, 2019).

Prosseguindo entre as fases do desenvolvimento humano, envelhecer pode se relacionar com um declínio da capacidade funcional do indivíduo, mesmo não sendo determinante a sua ocorrência. O avançar da idade proporciona condições durante a velhice que prejudicam a independência funcional na realização de atividades complexas, havendo uma tendência de que seja evidenciado um pior desempenho físico (ROSA et al., 2014).

Na velhice, muito como consequências do processo natural do envelhecimento, aponta-se que a dimensão biológica do envelhecer é marcada pela alteração estrutural e funcional de múltiplos subsistemas, acarretando um maior risco de que sejam observados declínios no desempenho de funções biológicas, cognitivas e sociais. Por sua vez, a dimensão psicológica do envelhecer consiste no acúmulo e refinamento de saberes e competências, de modo que os indivíduos tendem a apresentar um maior grau de resiliência, quando estes se preparam para o próprio envelhecimento (CARVALHO et al., 2024).

Como aventado, é evidenciado por Bandeira *et al.* (2021) que a funcionalidade é associada a competência para algumas práticas sociais, uma vez que os autores registraram que a capacidade funcional dos indivíduos é correlacionada ao grau de letramento dos indivíduos. Assim, reforça-se a concepção de que a aptidão para realizar atividades menos complexas subsidiam a realização de operações com maior grau de complexidade, como o desenvolvimento de competências sociais e o exercício da participação social plena.

Deve-se considerar também a participação de disposições individuais sobre a preservação da funcionalidade, dado que alguns componentes de personalidade possuem valor motivacional e influenciar negativamente a preservação da funcionalidade (HAJEK; KÖNIG, 2021). Ao versar sobre os elementos contextuais que participam da formação de conjunturas para a atividade independente e autônoma, destaca-se que a composição das redes sociais dos indivíduos influencia sua capacidade funcional, sendo evidenciado que não estar casado e ter um núcleo familiar disfuncional é associado a uma pior funcionalidade durante a velhice (SILVA; SILVA; SOGAME, 2022).

Considerações Finais

Ao refletir acerca das delimitações teóricas acerca da capacidade funcional para realização de atividades cotidianas, foi elucidada a imprecisão conceitual que permeia a discussão em questão, sendo que somente as atividades básicas da vida diária são apresentadas com clareza ao se referirem somente às práticas e habilidades mínimas para o desempenho funcional independente. Nisto, deve-se mencionar a incoerência de tratar a funcionalidade como um espectro, mas avaliá-la de forma binária ao ser capaz ou incapaz para realizar determinada atividade. Ainda, ressalta-se que a concepção de atividade avançada da vida diária apresenta uso impreciso na literatura ao se referir tanto às atividades que demandam um sequenciamento processual mais articulado, quanto atividades que com a mesma complexidade, envolvendo diferentes elementos de ordem social que ao longo do desenvolvimento humano vão adquirindo mais complexidade.

Ao discorrer sobre a funcionalidade como um aspecto individual a ser considerado ao longo do curso normativo do desenvolvimento humano, diferenciou-se a infância e a adolescência como estágios do desenvolvimento em que são desenvolvidas capacidades e habilidades específicas para a realização de operações de natureza variadas, sendo

aventado que durante a infância é observada majoritariamente a elevação da capacidade funcional para a realização de ABVD enquanto na adolescência são articulados esforços para aprender a tratar de AIVD e AAVD.

Adentrando na fase adulta, notou-se que a maturação de processos iniciados em fases anteriores do desenvolvimento humano. Espera-se que os indivíduos que se encontram nessa fase sejam mais autônomos, com determinados processos anteriormente iniciados o seu estabelecimento no indivíduo. Após alcançar o ápice do desenvolvimento na fase adulta, com o avançar do envelhecimento, a velhice pode ser comumente apresentada como declínio e modificações biológicas, psicológicas e sociais. Associadas a isto, salienta-se os aspectos socioambientais são condições estruturais e relacionais referente ao contexto em que o indivíduo encontra inserido. Assim como também, enfatiza-se a importância da rede de apoio nessa fase de vida.

REFERÊNCIAS

ARENHART, Deise; GUIMARÃES, Daniela; SANTOS, Núbia Oliveira. Teaching at the daycare center: Care in the education of children from zero to three years of age. **Educacao and Realidade**, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 1677–1691, 2018. DOI: 10.1590/2175-623676576.

BANDEIRA, Eliel de Oliveira; ABREU, Daiane Porto Gautério; LIMA, Juliana Piveta De; MARTINS, Nidia Farias Fernandes; BRUM, Aline Neutzling. Relação entre funcionalidade e letramento funcional em saúde em pessoas idosas. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e48210212775, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12775.

BEST, Olivia; BAN, Sasha. Adolescence: physical changes and neurological development. **British Journal of Nursing**, [S. l.], v. 30, p. 272–275, 2021. DOI: 10.1016/j. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2016.04.012>.

CABRAL, Juliana Fernandes; SILVA, Ageo Mário Cândido Da; MATTOS, Inês Echenique; NEVES, Ádila de Queiroz; LUZ, Laércio Lima; FERREIRA, Daniele Bittencourt; SANTIAGO, Livia Maria; CARMO, Cleber Nascimento Do. Vulnerabilidade e fatores associados em idosos atendidos pela Estratégia Saúde da

Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 24, n. 9, p. 3227–3236, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.22962017>.

CAMPOS, Luiz Fernando Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 6. ed. Campinas: Alínea, 2019.

CARVALHO, Amanda Azevedo; OGASSAVARA, Dante; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; SILVA-FERREIRA, Thais; MONTIEL, José Maria. Disposições para a saúde da pessoa idosa: prontidão para envelhecer. **Diaphora**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 62–66, 2024.

COSTA, Sibely Rabaça Dias; CASTRO, Edna Aparecida Barbosa; ACIOLI, Sonia. Capacidade de autocuidado de adultos e idosos hospitalizados: implicações para o cuidado de enfermagem. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 192–199, 2013. DOI: 10.5935/1415-2762.20130016.

COSTENOBLE, Axelle et al. A Comprehensive Overview of Activities of Daily Living in Existing Frailty Instruments: A Systematic Literature Search. **The Gerontologist**, [S. l.], v. XX, n. XX, p. 1–11, 2019. DOI: 10.1093/geront/gnz147.

CRONE, Eveline A.; ACHTERBERG, Michelle. Prosocial development in adolescence. **Current Opinion in Psychology**, [S. l.], v. 44, p. 220–225, 2022. DOI: 10.1016/j.copsy.2021.09.020.

DEL DUCA, Giovâni Firpo; SILVA, Marcelo Cozzensa; HALLAL, Pedro Curi. Incapacidade funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária em idosos. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 43, n. 5, p. 796–805, 2009. Disponível em: http://www.abep.org/codigosguias/ABEP_CCEB_2003.pdf.

FERRARI, Rossella. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 230–235, 2015. DOI: 10.1179/2047480615z.000000000329.

HAJEK, André; KÖNIG, Hans Helmut. Personality and functional impairment. Evidence from the Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe. **Psychogeriatrics**, [S. l.], v. 21, n. 6, p. 861–868, 2021. DOI: 10.1111/psyg.12751.

IKEGAMI, Érica Midori; SOUZA, Lara Andrade; TAVARES, Darlene Mara Dos Santos; RODRIGUES, Leiner Resende. Capacidade funcional e desempenho físico de idosos comunitários: um estudo longitudinal. **Ciencia & saude coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 1083–1090, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020253.18512018.

NERI, Anita Liberalesso; VIEIRA, Ligiane Antonieta Martins. Envolvimento social e suporte social percebido na velhice. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 419–432, 2013. DOI: 10.1590/S1809-98232013000300002.

OGASSAVARA, Dante; SILVA-FERREIRA, Thais Da; FERREIRA-COSTA, Jeniffer; BARTHOLOMEU, Daniel; TERTULIANO, Ivan Wallan; MONTIEL, José Maria. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 8–21, 2023. DOI: 10.33871/23594381.2023.21.3.7646. Disponível em:

<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/7646>.

OGASSAVARA, Dante; SOUZA, Juliana Ferreira; SILVA, Daiane Fuga; BARTHOLOMEU, Daniel; MONTIEL, José Maria. Relação entre o bem-estar subjetivo e o autocuidado em cuidadores em tempos pandêmicos. **O Mundo da Saúde**, [S. l.], v. 46, p. 321–330, 2022. DOI: 10.15343/0104-7809.202246321330P. Disponível em:

<https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1411>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Health Promotion Glossary of Terms 2021**. Genebra: World Health Organization, 2021.

ROCHA, Maria Silvia Pinto de Moura Librandi; RIBEIRO, Rosângela Benedita. A vida cotidiana e as brincadeiras no primeiro ano do ensino fundamental. **Cadernos CEDES**, [S. l.], v. 37, n. 102, p. 237–258, 2017. DOI: 10.1590/cc0101-32622017173572.

ROSA, Rafael da Silva; BIANCHI, Patricia Dall’Agnol; HANSEN, Diana; MONSCHAU, Bianca Thomaz. Alterações fisiológicas da força muscular respiratória decorrente do envelhecimento sobre a funcionalidade de idosos. **Fisioterapia Brasil**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 16, 2014. DOI: 10.33233/fb.v15i1.307.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007.

SILVA, Ketia Kellen Araújo; BEHAR, Patricia Alejandra. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 35, p. e209940, 2019. DOI: 10.1590/0102-4698209940.

SILVA, Marcell Schwenck Alves; SILVA, Maria Carolina Pereira; SOGAME, Luciana Carrupt Machado. Condições socioeconômicas e de saúde associados à funcionalidade familiar de idosos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S. l.], v. 43, p. e20210252, 2022. DOI: 10.1590/1983-1447.2022.20210252.pt.

VERGNA, Márcia Aparecida. Concepções de letramento para o ensino da língua portuguesa em tempos de uso de artefatos digitais. **Texto Livre: linguagem e Tecnologia**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e24366, 2021. DOI: 10.35699/1983.

WEN, Xuyun; WANG, Rifeng; YIN, Weiyan; LIN, Weili; ZHANG, Han; SHEN, Dinggang. Development of Dynamic Functional Architecture during Early Infancy. **Cerebral Cortex**, [S. l.], v. 30, n. 11, p. 5626–5638, 2020. DOI: 10.1093/cercor/bhaa128.

YIN, Robert K. O que é pesquisa qualitativa - e por que você cogitaria fazer este tipo de pesquisa? *Em: Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 4–21.

